



Revisão constitucional e golpe de Estado

Álvaro Cunhal aponta em Alpiarça o que continua a ser o problema central da situação política actual: a questão das chefias militares na revisão constitucional através da qual a "AD" pretende realizar um verdadeiro golpe de Estado - Págs. 6/7

PELA PAZ!

PELO DESARMAMENTO!

NÃO ÀS ARMAS NUCLEARES!

sábado - 16 de Janeiro
marcha da paz

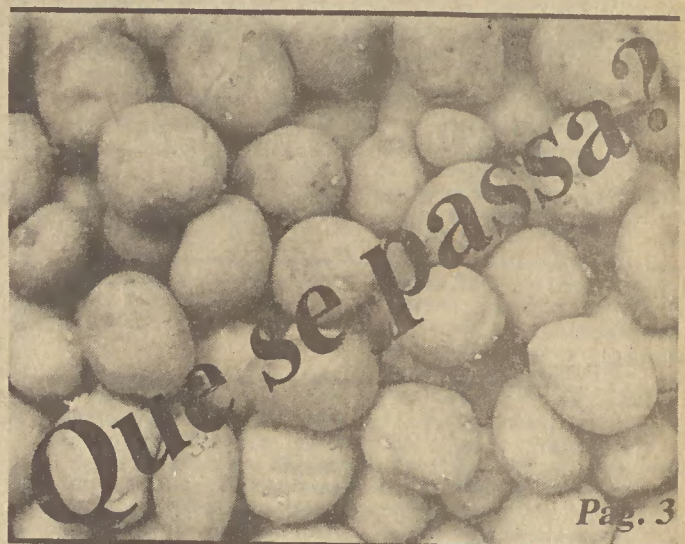
LISBOA
Saldanha - 15.^h

PORTO
Praça da Liberdade - 15.^h

Pág. 12

COMÍCIO DE AMIZADE PCP-PCUS PORTO

Palácio de Cristal * 21 de Janeiro * 21h30m
Intervenções de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP
e de I. V. Kapitonov, membro do secretariado do CC do
PCUS



Pág. 3

CONSTRUÇÃO CIVIL MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO TRANSPORTES PESSOAL NÃO DOCENTE DAS UNIVERSIDADES TABACOS CRISTALARIA

Mais de 300 000 trabalhadores destes sectores lutam por melhores condições de trabalho. Em numerosas empresas (Cabos Ávila, Fábrica de Loíça de Sacavém, etc.) os trabalhadores lutam contra a repressão patronal e despedimentos. Noutras empresas (Cambournac, etc.) os trabalhadores lutam pela manutenção dos postos de trabalho. Em todo o País, os trabalhadores e todo o povo lutam contra a política antipopular e antinacional do governo "AD"

Pág. 4

CGTP CONVOCA JORNADA DE LUTA NACIONAL PARA O PRÓXIMO DIA 12 DE FEVEREIRO

SEMANA

Nacional

6

Quarta-feira

A Carris entra em greve, juntando-se ao Metropolitano de Lisboa que está paralisado desde ontem; amanhã a CP entrará também em greve, paralisando assim todos os transportes públicos da capital, em causa a revisão das tabelas salariais, sistematicamente recusada pelos respectivos conselhos de gerência. ■ Ângelo Correia, ministro da Administração Interna, anuncia a intenção do Governo «AD» de alterar a Lei do Recenseamento Eleitoral, de tal forma que permita o aumento de 170 000 para 2,8 milhões do número de inscritos nos cadernos eleitorais estrangeiros; esta autêntica «chapelada» seria para aprovar até 10 de Fevereiro próximo, segundo os «desejos» governamentais. ■ Os desempregados agrícolas do distrito de Évora prosseguem hoje e nos próximos dias a apanha da azeitona que os agrários deixam deteriorar e que ascendem a muitas dezenas de milhares de quintais.

7

Quinta-feira

Lisboa quase totalmente sem transportes públicos, com a greve simultânea do Metropolitano, Carris e CP; circulam apenas alguns comboios desta última empresa pública por decisão do conselho de gerência e a convivência de alguns maquinistas, conduzindo as composições em situações de escassa segurança, enquanto o governo «AD», numa gigantesca manobra de propaganda, põe a circular dezenas de autocarros da PNI e de empresas privadas (recrutados em diversos pontos do País), não conseguindo, todavia, resolver a falta de transportes na capital motivada por estas paralisações, de carácter reivindicativo. ■ A greve de dois dias na construção civil, a nível nacional, hoje terminada, teve uma adesão de cerca de 70%, segundo a Federação dos Sindicatos do sector. ■ Dirigentes da Cooperativa de Produtores de Madeira do Centro, afirmam que cerca de 500 mil contos de madeiras queimadas nos incêndios do Verão estão a apodrecer porque as promessas oficiais (venda das madeiras queimadas às celulosas nacionalizadas aos preços correntes no mercado) não foram cumpridas.

8

Sexta-feira

A CGTP-IN propõe a todos os trabalhadores e a todas as organizações sindicais representativas a realização em todo o País, no próximo dia 12 de Fevereiro, de uma grande jornada de luta concretizada numa paralisação geral de meio-dia; esta proposta vai ser levada ao Plenário Nacional que se reunirá na próxima sexta-feira, tendo a CGTP-IN convidado todos os sindicatos representativos, independentemente de estarem ou não filiados na centraisindical. ■ A ANOP informa que o governo de Cabo Verde vai conceder o seu *agrément* a Paulo Louro das Neves como novo embaixador de Portugal no País. ■ Uma força da GNR intervém na Herdade de S. Marcos da Serra, em Viana do Alentejo, quando cerca de 50 trabalhadores tentavam recuperar cerca de seis mil quilos de azeitona abandonada pelo agrário António Coelho Charnay; os elementos da GNR apreenderam aos trabalhadores 16 sacas cheias de azeitona, soltando de seguida 30 touros bravos contra eles; uma equipa de televisão da RDA, presente no local, seria detida durante cerca de hora e meia.

9

Sábado

Comentando os actuais (e poderosos) movimentos grevistas no nosso país, Mário Soares, secretário-geral do PS, afirma a entrada de uma reunião da sua Comissão Nacional que tem sido o governo a dar «cariz político» a estes movimentos, salientando também que os trabalhadores aderem às greves «independentemente das suas filiações partidárias» e «por desespero face à situação dramática em que vivem». ■ Continuam a crescer as adesões às manifestações pela paz e contra a instalação de armas nucleares em Portugal (as quais se realizarão na tarde do próximo sábado), como se vê pela divulgação de comunicados de apoio de organizações e colectividades dos mais diversos sectores.

10

Domingo

Discursando em Alpiarça no final da 3.ª Assembleia de Organização do Partido naquela vila ribatejana, o secretário-geral do PCP alerta para a tentativa de golpe do Estado pretendida pela «AD» e Mário Soares através da revisão constitucional da Constituição. ■ Reúne o Secretariado Nacional do MDP/CDE, o qual considerará urgente a demissão do Governo «AD» pelo Presidente da República devido à sua política ao serviço de interesses antipopulares e antinacionais. ■ Mário Soares, no final da reunião da Comissão Nacional do PS, admite que novas eleições «poderão ter de se realizar mais cedo do que se julgava» pois o Governo «deixou de ter pés para andar» e está a agravar dia a dia a situação económica e social.

11

Segunda-feira

O matutino lisboeta «o diário» publica documentos que implicam Freitas do Amaral, presidente do CDS e actual vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, em acções bombásticas realizadas em 1975 no nosso país. ■ A comissão de Trabalhadores da Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto (SNAPA) manifestam o seu repúdio pela indiferença do Governo perante a ameaça de venda em hasta pública pelo governo racista da África do Sul de seis unidades daquela empresa nacionalizada, imobilizadas há longos meses em portos sul-africanos e acumulando uma dívida de 140 000 contos; recorde-se que cada uma destas unidades vale no mínimo 80 mil contos. ■ É anunciado para o próximo dia 30, na Voz do Operário em Lisboa, um encontro dos trabalhadores do distrito de Lisboa promovido pela USL, para dobar as suas reivindicações e as medidas a tomar para as concretizar.

12

Terça-feira

Uma nota da SIP do PCP acusa o Governo de preparar um diploma sobre eleições para as autarquias contendo disposições que abririam completamente as portas à «batota» e à mascarada eleitoral, dignas dos tempos do fascismo. ■ O Governo confirma (com vários dias de antecedência) o aumento dos preços ao consumidor do arroz, leite e açúcar. ■ Quarenta e duas organizações sociais do âmbito o sectores diversos anunciam em Lisboa a convocação de uma Convenção Nacional Democrática para proceder ao exame e debate dos problemas relacionados com a revisão da Constituição, estando aberta a todas as organizações sociais, sindicais, profissionais, de cultura, ciência, recreio, desporto e outras.

Efeméride da Semana — A 10 de Janeiro de 1875 é fundado o antigo Partido Socialista Português (ao qual ficou ligado o nome de José Fontana) e dissolvido no início dos anos 30 por iniciativa de dirigentes como Ramada Curto, que entraram em conciliação com o fascismo.

Editorial

RESPOSTA DE MASSAS E SOLUÇÃO CONSTITUCIONAL

Dois jornadas de luta que se prevêem de excepcional amplitude polarizam neste momento as atenções dos trabalhadores e de todos os portugueses democratas e patriotas: ao apelo de um grupo de destacadas individualidades dos mais diversos sectores de opinião vai realizar-se no próximo sábado em Lisboa e no Porto a «Marcha da Paz»; também, por iniciativa da CGTP-Intersindical será declarada no dia 12 do próximo mês de Fevereiro, e por um período ainda não determinado, uma paralisação geral dirigida contra a política laboral do Governo «AD»/Balsemão/Freitas.

Estas duas importantes jornadas inserem-se numa fase de intensas lutas. Embora de natureza diversa e por objectivos distintos ambas se destinam a uma larga repercussão na situação política do País.

Uma outra acção de notável envergadura e significado político teve ontem a sua primeira grande manifestação pública com o anúncio pelos organizadores da recolha de mais de 100 000 assinaturas, em pouco mais de um mês, de apoio a um documento em que se alerta para os perigos de uma revisão inconstitucional da Constituição, subscrito por mais de 700 personalidades dos mais variados sectores democráticos, entre os quais um grande número de ex-deputados, dirigido aos actuais deputados da Assembleia da República.

A importância destas lutas dificilmente poderá ser substituída — nela participa a parte mais representativa e válida da população portuguesa.

Não pode igualmente substituir-se o poderoso surto de lutas da classe operária, no qual avulta um movimento grevista intermitente, que tem mobilizado muitos milhares de trabalhadores no plano nacional.

Este surto de lutas está longe de afrouxar. Novas greves parciais estão anunciadas abarcando sectores profissionais muito variados.

Uma particularidade desta intensa movimentação popular salta à vista: as numerosas lutas de carácter reivindicativo põem cada vez mais em xeque a política do Governo, assumem rapidamente um carácter político pela teimosa recusa do Governo à satisfação de legítimas reivindicações. A estas começam a juntar-se outras abertamente políticas.

É o Governo que pressiona o patronato à recusa das reivindicações dos trabalhadores, é o Governo que agrava com novos aumentos de preços e restrições de toda a ordem a situação dos trabalhadores, é o Governo que provoca a maior parte dos conflitos sociais — como Alvaro Cunhal demonstrou desenvoltamente no seu discurso de domingo em Alpiarça. Mas é ao PCP e à Intersindical que o Governo pretende imputar a responsabilidade fundamental dessas lutas. Os governantes invertem propositadamente as causas e os efeitos.

A este respeito convém precisar algumas questões:

A força do movimento de massas põe em causa o próprio Governo, as suas razões profundas mostram de maneira iniludível que este Governo não serve o País, está a mais, deve ser removido pelo seu carácter e por a incapacidade para resolver os problemas nacionais. O Governo «AD»/Balsemão/Freitas só tem capacidade para os agravar.

A dinâmica de massas imprime necessariamente o seu selo nos acontecimentos e no desenvolvimento da situação política nacional. De facto a dinâmica de massas dá força decisiva à iniciativa das forças democráticas; possibilita uma alternativa democrática viável e credível à «AD» e ao seu Governo.

Na actualidade as forças reacconárias governantes carecem visivelmente de força e de terreno de manobra para alterarem a seu favor o sentido dos acontecimentos. Inversa-

mente, estão maduras as condições objectivas para uma viragem democrática na situação do País.

Presentemente abre-se às forças democráticas um vasto campo de iniciativa ao mesmo tempo que se reduz de maneira sensível para a Aliança reacconária governante o seu espaço de manobra.

Estas conclusões assentam na verificação prática de que se alarga o campo da democracia e do 25 de Abril numa amplitude verdadeiramente nacional e patriótica e se restringe numa escala correspondente a base de apoio social e político da «AD», do seu Governo, da sua política.

De facto, o Governo «AD»/Balsemão/Freitas está podre e irrevogavelmente condenado pelo Povo português. O momento de correr com ele não pode ser protelado para as calendas gregas sob pena de novos agravamentos na vida do País.

Cada hora a mais que passa de vigência da «AD» no Poder representa novos sofrimentos para os portugueses, mais grave situação de dependência de Portugal face ao imperialismo, mais sérias ameaças ao regime democrático. Pôr-lhe fim imediato é um imperativo nacional e patriótico.

Os balões de oxigénio não darão vida a um governo moribundo.

Entretanto, tentando deformar o carácter específico e directo da vasta movimentação popular e a sua expressão mais geral os governantes e certos políticos de vistas curtas têm vindo a afirmar, uns, que os comunistas querem, através de uma movimentação artificial da luta de massas, impedir a revisão constitucional.

Há em tais afirmações manifesto propósito de confundir os portugueses acerca da posição dos comunistas e simultaneamente carregar argumentos justificativos de uma legitimidade governativa de que a «AD» carece há muito, emprestando algo de subversivo quando não de espontâneo à vasta movimentação popular a que se mantêm alheios.

O PCP não pretende inviabilizar a revisão constitucional — os poderes de revisão são uma atribuição desta Assembleia legislativa qualquer que seja a sua composição. O PCP entende que se deve fazer a revisão constitucional (os comunistas também apresentaram o seu projecto), mas no respeito pelos limites formais e materiais expressos na Constituição. O PCP luta e continuará a lutar para que Abril não seja arrancado da Constituição da República, como pretende a «AD» com a insensata ajuda do PS/Mário Soares.

Por outro lado o PCP nunca preconizou a queda do Governo «AD»/Balsemão/Freitas «na rua» no sentido em que Mário Soares o insinua.

A posição dos comunistas é clara: o movimento de massas é o factor determinante para uma necessária viragem de política e de Governo no sentido democrático mas o actual Governo pode e deve ser demitido pela Iniciativa Institucional dos órgãos de soberania, pelo próprio e simples accionamento dos mecanismos constitucionais.

O que está pois em curso é a resposta de massas à política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD»/Balsemão/Freitas.

Exactamente «resposta».

Resposta a um desafio insensato e provocador à paciência dos trabalhadores e à violação diária das suas prerrogativas legais e constitucionais designadamente do seu direito à greve; resposta a um deliberado agravamento das suas condições de vida;

Resposta a uma ameaça definida e tangível à segurança do Povo português, à integridade do território nacional, à independência da nossa Pátria;

Assembleia da República

À falta de respostas a ‘AD’ continua a falar da Polónia...

A Assembleia da República passou os últimos dias a discutir às ratificações — pedidas pelo PCP e pelo PS — e que foram ambas concedidas, do Decreto-Lei governamental que regulamenta a Associação de Municípios. Na quinta-feira passada tratou-se da discussão, marcada pelo CDS, de um projecto deste partido, em conjunto com projectos similares da ASDI e do MDP e de uma proposta de lei do Governo sobre autonomia universitária, debate no qual se revelaram uma vez mais as dissonâncias existentes no seio da «AD» acerca de algumas matérias.

Sessão insólita, a de quinta-feira passada. Logo no período de antes da Ordem do Dia assistimos a duas «declarações políticas», uma por Portugal da Silveira, do PPM, que pretendeu assustar os professores chamando-lhes... «terroristas!» Depois foi a vez de Mendes de Carvalho que produziu também a sua «declaração política» falando de S. Francisco de Assis cujo oitavo centenário se comemora, assistindo-se a seguir a uma maratona entre alguns partidos que pretendiam significar que o referido santo, se fosse vivo, era um seu militante. Para findar em insólito, foi distribuído o borrão da sessão anterior. A electrónica não perdoa: a gravação feita e depois transcrita, punha na boca de Sousa Tavares graves palavras gritadas durante o tumulto que se seguiu à intervenção do camarada Jerónimo de Sousa. Aproveitando a confusão, Sousa

Tavares insultou o deputado comunista, misturando entre os insultos algumas palavras que não transcrevemos porque não é nossa obrigação sujar papel.

Jerónimo de Sousa que, como muitos dos presentes não se tinha dado conta da gravidade das palavras de Sousa Tavares senão quando leu o borrão da sessão anterior, protestou. O deputado do PSD não se encontrava na sala. E, quando chegou, informado do protesto, desandou logo...

O vendaval dos aumentos

Agora é já moda: ou os deputados da direita não têm imaginação alguma ou então trata-se de um verdadeiro programa, o que acontece em todas as sessões. Sempre que um deputado comunista intervém, em protestos ou pedidos de esclarecimento, os homens da «AD», de qualquer

dos três partidos, respondem «e na Polónia?», «e na União Soviética?».

Anteontem vimos o disparatado Silva Marques, do PPD, no seu tom e jeito provocatório, pedir um «esclarecimento» à camarada Ilda Figueiredo que acabara de, em declaração política, verberar os aumentos de preços decididos pelo Governo. Quereria o pequeno deputado «social-democrata» saber se a bancada do PCP se preocupava por «também haver» na União Soviética famílias que tinham «vivendas de Verão, de inverno, e de meia-estação...». O meio-deputado não obteve resposta à provocação. Era óbvio que o que pretendia, como pretendem sempre estas ditirêbes, era apagar o que fora dito.

Com efeito, Ilda Figueiredo acabara de acusar o Governo de, aplicando a política «subjacente às Grandes Opções do Plano e OGE» estar a agravar já as condições de vida do português.

E aí estão os aumentos dos combustíveis, dos transportes, dos medicamentos e dos serviços essenciais de saúde pública, da electricidade, do leite, do arroz, do açúcar e de tantos outros produtos essenciais numa autêntica espiral, tornando evidente que o objectivo apontado pelo Governo de 17% para o aumento do índice de preços no consumidor não serve senão como um tecto salarial para tentar reduzir os salários reais e aumentar os lucros do patronato, afirmou Ilda Figueiredo, anunciando a seguir que o grupo parlamentar do PCP acabara de depositar na mesa da Assembleia um voto de protesto contra as medidas governamentais.

Em torno desse voto, sublinhou, será possível aprofundar o debate que esta Assembleia deve travar sobre o seu grave significado.

Se os salários dos trabalhadores do Metro, da Carris e da CP estão em vigor há 15 meses — afirmou ainda a deputada do PCP falando da resposta inevitável dos trabalhadores à política do

Resposta a um plano subversivo que visa a destruição do regime democrático e do 25 de Abril, perigos que alguns aprendizes de feticheiro parecem não querer ver.

A «Marcha da Paz» de depois de amanhã, pela larga representatividade dos seus organizadores, vem ao encontro do sentir da maioria esmagadora do Povo português que começa a dar-se conta dos tremendos perigos que resultam para a Paz mundial e para a sobrevivência da Humanidade da política de preparação para uma guerra nuclear da administração Reagan, e também da ameaça directa que pesa sobre Portugal pela abjecta submissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas aos planos belicistas do imperialismo.

Os portugueses não querem ser tropa de choque dos senhores de guerra do Pentágono, não querem ver o seu território transformado numa base de agressão contra outros povos, não querem que em Portugal se instalem ou transitem armas nucleares, não querem que o seu País se torne alvo de uma justificada retaliação contra quaisquer ataques de armas nucleares partidos do seu território.

Os portugueses querem viver em Paz e querem que os seus filhos vivam.

É tudo isso que, aos milhares, irão afirmar nas «Marchas da Paz» de Lisboa e Porto no próximo sábado.

Os comunistas aí estarão ao lado de todos os que comungam os mesmo ideais de Paz quaisquer que sejam os seus credos políticos e religiosos e a sua condição social.

Por outro lado a paralisação nacional decidida para o dia 12 de Fevereiro pela CGTP-Intersindical está colhendo a adesão de centenas de sindicatos e muitos milhares de trabalhadores fabris, dos serviços, das profissões liberais.

Nos horizontes sombrios criados pela política social do Governo Balsemão/Freitas avultam os agravamentos dos preços, a prática congelação dos salários num «tecto» que implicará a sua baixa real, um novo agravamento geral das condições de vida dos trabalhadores e o infame pacote laboral que o Governo se prepara para impor com a sua maioria parlamentar e que aumentará numa escala sem precedentes o desemprego.

A paralisação nacional está enchendo de pânico os governantes e o seu anúncio provocou a desorientação entre os divisionistas do movimento sindical personificados numa UGT.

Como se sabe a UGT tinha decidido lançar uma «greve geral» quando se iniciasse a discussão do pacote laboral na AR. Não era nada a sério nem a UGT tinha a força, a influência e a estrutura capaz de lançar uma greve geral. Era puro divisionismo. Está demonstrado que a UGT só faria greve se o Governo marcasse. A ridícula «vigília» de meia dúzia de sujeitos da UGT diante da embaixada da Polónia é um frete prestado à reacção que os define no momento em que a situação dos trabalhadores portugueses se agrava cada dia sob a égide do Governo «AD».

Igualmente sectores esquerdistas do movimento operário e aventureiros da pseudo-esquerda que de há muito preconizam a «greve geral», tentam agora impor formas radicalistas a despropósito. É uma característica dos oportunistas de esquerda avançarem palavras de ordem desligadas da realidade e do contexto das situações concretas.

A resposta de massas dos trabalhadores e das camadas intermédias da população à política de classe dos governantes exprime cada vez mais a decidida vontade do Povo português de se libertar da incompetência, da incapacidade, do arbitrio, do golpismo de gente.

Exonerar o Governo «AD»/Balsemão/Freitas, dissolver a Assembleia da República, formar um governo idóneo que respeite a vontade popular, convocar novas eleições legislativas é a forma institucional imediata de travar o caminho para o caos e a bancarrota nacional.

Associação Inter-Municipal — continuou Anselmo Anibal — O texto demora-se a dizer quem vai e quem não vai. Quer uma atitude também censória que «in limine» evite coisas de que o MAI tem algum receio. Quase que pretende regulamentar. Aliás o MAI era capaz — muito capaz — de gostar que este diploma legal tivessem um exemplar tipo de estatutos para tudo ser igual e paralelo e para poder orientar do alto do Ministério a vida dos 305 municípios, vida que ele percebe e não gosta, na sua variedade e riqueza, que vai mudando muitas situações e dados. Dizia alguém na Conferência do PCP sobre Poder Local que «esta coisa do Poder Local vai tirando o fascismo da cabeça das pessoas». É um facto.



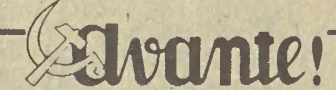
Várias organizações do PCP da cidade de Lisboa, entregaram ontem pelas 18 e 30 nas instalações da RTP na Av. 5 de Outubro, um protesto pela forma discriminatória que o PCP tem sido tratado naquele órgão de comunicação social.

Precedida de uma concentração, a entrega do documento feita por uma delegação constituída por cinco camaradas de diversos organismos de direcção da cidade.

Muito embora a audiência tivesse sido antecipadamente solicitada ao conselho de Administração, este não se dignou comparecer, pelo que o referido documento foi entregue no portaria. A este propósito, diria à saída um das camaradas que compunha a delegação, dirigindo-se aos presentes: «Para nós

o protesto tem exactamente o mesmo valor, quer seja entregue na portaria ou directamente ao Proença. Esta atitude mostra bem, no entanto, quem é esta gente».

Constituindo um verdadeiro, libelo acusatório, e devidamente fundamentado com números eloquentes aquele documento para além de ser uma enérgica voz de protesto contra a feroz discriminação de que o PCP tem sido alvo, justifica-se ainda na RTP, «cuja programação pela mediocridade exibida e pela manipulação ideológica realizada, é atentatória da consciência e dignidade democrática do povo português», constituindo peça da manobra da AD em curso, de subversão do regime democrático».



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CCL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 635306.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31268.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcaçova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 53-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heskia Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Dezembro 54 180

Revisão Constitucional

Os objectivos da direita e o papel de Mário Soares

Como o gato da história, também o acordo do PS/Mário Soares com a «AD» começou escondido e com o rabo de fora. Mas, à medida que avançava o Outono e a ofensiva do PS se adia, o gato mostrou-se. Hoje já alguns jornais falam em ofensiva de Inverno. A ofensiva, que alguns ingénuos esperavam que fosse contra a «AD» e o seu Governo, não estava na gaveta por causa da seca. Ela tinha já começado. Era contra o PCP no plano partidário. Era contra a Constituição no plano institucional. O Governo pôde dormir descansado do lado do PS. Só os trabalhadores e os democratas consequentes lhe deram insónias.

E as declarações recentes de Mário Soares, que sempre afirmou não querer fazer alianças com ninguém para depois as fazer com a direita — lembremos a contra-revolução legislativa, o Governo PS/CDS, a criação da UGT e as maquinacões contra as autarquias APU —, deixam entrever que, por vontade dele, os acordos do PS com a «AD» se vão aprofundar. Um «entendimento» para «correr» com os comunistas das autarquias — eis o convite da direita. Ouvimos haverá no PS, sempre atentos às solicitações da guerra ao PCP, que poderão vir a entusiasmar-se com a proposta.

Mas continua a ser na questão da revisão constitucional que os perigos maiores se acumulam. O acordo (escrito ou não, tanto faz) celebrado entre a direita e Mário Soares é tão visível que o dirigente do PS, encostado à parede pelas lutas dos trabalha-

dores contra a política do Governo, já afirma que, de facto, este Governo é contra os interesses dos trabalhadores. Mas afirma logo a seguir que a dissolução da Assembleia da República e eleições gerais antecipadas não seria solução. Porque se deve acabar antes a revisão constitucional. Isto é, Mário Soares está de acordo que esta revisão se faça com o peso actual da «AD» na Assembleia e está disposto (já que a «AD» mesmo assim não alcança os dois terços exigidos para quaisquer alterações) a contribuir com os votos socialistas para um projecto destrutivo da Constituição da República.

Enquanto já alguns deputados socialistas tomam distâncias em relação aos acordos, os perigos persistem. E, como já afirmámos, não provêm — pelo menos até à data — de convergências nos projectos «AD» e PS nos

campos dos direitos dos trabalhadores ou do sector económico, mas sim no que toca à transferência para o Governo de actuais poderes do Presidente da República.

O que está por detrás da passagem das competências militares do Presidente da República para o Governo — afirmou o camarada Alvaro Cunhal em Alpiarça, no passado fim-de-semana —, não é (como dizem) o melhoramento do regime democrático, não é (como dizem) a subordinação das Forças Armadas ao poder civil, mas um autêntico golpe de Estado.

A essência desse golpe de Estado é a governamentalização, partidarização e instrumentalização das Forças Armadas pela «AD», que, se conseguisse tal objectivo, restauraria uma hierarquia fascista ou fascizante, nomearia chefes de Estado-Maior, comandantes de regiões militares e administraria as Forças Armadas e tornaria assim as Forças Armadas um instrumento da contra-revolução, da liquidação do regime democrático, da instauração duma nova ditadura.

É notória a capacidade que Mário Soares tem para negociar

com a direita, utilizando como moeda de troca o que não é seu. De uma vez meteu o socialismo na gaveta para colocar o CDS no Governo. O socialismo ficou na gaveta e, mais tarde, o CDS confessaria que o seu único objectivo fora isso mesmo. O Governo de maioria PS caiu, tendo sido o próprio CDS a puxar-lhe o tapete debaixo dos pés.

Agora é a Constituição que Mário Soares utiliza — pelo menos a sua parte mais importante no actual momento (a questão da capacidade de nomeação das chefias militares põe em risco todas as outras garantias, direitos e conquistas).

Lançado, ao que parece, na ideia obsessiva de instalar-se em Belém, o secretário-geral do Partido Socialista — que já perdeu uma batalha quando quase descaradamente apoiou Soares publicamente, à reeleição do Presidente Ramalho Eanes —, colabora na maquinacão «AD»: revista a Constituição, levar à demissão do actual PR será o projecto da direita que entrante garantiria a Mário Soares o apoio para o lugar de «cortafitas» — que será, no essencial, o papel do Presidente da República uma vez sem os poderes que actualmente detém.

O que ninguém pode garantir é que, depois, a «AD» cumpra as suas promessas. Antes pelo contrário. Com os instrumentos do golpe nas mãos, a «AD» prescindirá de acordos anteriores, como tão bem sabemos. E Mário Soares joga para perder, como tão bem ele sabe.

Terra

Batata: onde vai parar o aumento? Grandes intermediários e armazenistas apostam forte na manobra!

Cíclicamente, o mercado abastecedor e por tabela o consumidor debatem-se com a falta de certos produtos. Quantas vezes nos dirigimos à mercearia ou supermercado do nosso bairro para efectuar determinada compra e na volta recebemos um seco «desculpe mas não há». Esta é por certo uma situação familiar a quem nos lê, que estará provavelmente a reconhecer-se como personagem viva desta cena quotidiana. Pois é exactamente de um desses produtos que iremos falar: a batata. Esse tubérculo precioso, quase indispensável à mesa dos portugueses e que ultimamente tem rareado no mercado.

Abordaremos o assunto tentando responder de forma sucinta a três questões: existe ou não batata e no caso afirmativo porque desapareceu ela do mercado, gerando a especulação e consequente aumento de preço; quem beneficia com tal situação e quem é prejudicado; será esta uma situação inevitável ou existem formas e mecanismos para a combater e modificar.

Em primeiro lugar importa desde já desfazer possíveis dúvidas quanto à existência da batata: muito embora o ano agrícola tenha sofrido as consequências das más condições climáticas que provocaram uma quebra de 20 a 25% na produção, existe apesar disso — conforme declarações recentes do próprio presidente da Junta Nacional das Frutas (JNF) — batata suficiente para responder satisfatoriamente às necessidades dos consumidores.

MEIA DÚZIA DE ARMAZENISTAS...

Porque escasseia ela então? — perguntar-se-á. A resposta é simples: o factor principal que motiva a falta daquele produto no mercado resulta da sua retenção e armazenamento com o objectivo de impor uma subida nos preços e passá-la dos actuais 16 escudos, conforme está tabelado, para vinte e tantos escudos. Ora é exactamente aqui que entra o papel da meia dúzia de grandes armazenistas intimamente ligados à CAP, associadas na ANAIEF, que detêm nas suas mãos praticamente toda a comercialização e importação da batata.

Acontece que por força deste monopólio o fluxo da batata está subordinado aos interesses desta gente, grandes intermediários que têm força suficiente para impor as suas condições quer ao produtor quer ao retalhista, distorcendo as próprias leis do mercado. Conseguem assim fazer cair o preço quando isso lhes interessa, arrasando o

valor que pagam ao produtor de forma a desincentivá-lo e levando-o inclusive a reduzir a sementeira do ano seguinte.

Para compreender melhor este circuito que origina crises cíclicas de défice e superabundância, de dois em dois anos, vejamos então como se processam as coisas na produção. Um ano em que haja falta de batata significa obrigatoriamente uma subida de preço no agricultor que assim se vê estimulado para a campanha seguinte aumentar a produção. O agricultor semeia mais, faz uma boa colheita, mas nessa altura assiste a um fenómeno contrário: o excesso de produção provoca uma baixa no preço. O ciclo repete-se e no ano seguinte, para não vir a ter prejuízo, o produtor volta a reduzir a sementeira o que provocará novamente uma baixa na produção e respectiva subida no preço, e assim sucessivamente. Ora, em qualquer dos casos quem ganha são sempre os armazenistas, pois quando a batata existe em abundância retém-na, fazendo assim subir o preço, e quando escasseia é o próprio preço que sobe naturalmente.

VERGONHOSA PROTECÇÃO DO GOVERNO

Mas há mais para podermos avaliar dos chorudos lucros dos intermediários: em anos de défice, e no que se refere à batata de semente, assume foros de verdadeiro escândalo o regime de liberalização da importação da batata estabelecido por portaria de 17 de Novembro de 81. Os armazenistas privados, únicas entidades a tratar da importação dado que a JNF não mexe uma palha tal como lhe competiria, gozam assim de uma vergonhosa protecção do Governo. E veja-se porque é até onde vai tal conclusão: os chamados «importadores tradicionais» têm liberdade completa de importação, foi fixado um contingente mínimo de 10 toneladas por varie-

dade de semente a importar, ou seja o dobro do ano anterior; os importadores não são obrigados a adquirir previamente batata de semente nacional; a margem de lucro na batata importada é de 315 escudos, sendo 245 escudos para o importador-armazenista e 70 escudos para o revendedor-retalhista, isto é, um lucro de \$330 por quilo, mais 12,5 por cento que no ano passado; o subsídio às cooperativas de produtores de semente nacional pela batata certificada e vendida tem exactamente o mesmo valor do ano passado (\$350 quilo). Ou seja, enquanto os produtores de semente nacional continuam sem garantias de escoamento e as suas cooperativas vêm reduzido o subsídio (muito embora o valor seja o mesmo, ele na verdade é menor devido à taxa de inflação), os intermediários viram aumentadas as margens «legais» de comercialização, podendo também importar maiores quantidades de semente cujo mínimo autorizado é agora o dobro do ano anterior.

Concluindo, podemos apontar desde já como primeira causa para toda esta situação o modo como funciona o mercado da batata.

O PAPEL DA JNF

Já vimos, portanto, como em todo este processo quem lucra sempre são os grandes armazenistas e intermediários em prejuízo dos produtores e consumidores.

Mas então como sair deste panorama? Será isto uma fatalidade? Existirão meios para lhe pôr cobro? Sim! A situação seria bem diferente se, juntar a outro funcionamento do mercado da batata, os Organismos de Coordenação Económica (OCE), e neste caso a Junta Nacional das Frutas (JNF) cumprissem cabalmente a atribuição que lhe está destinada.

Na verdade, após o 25 de Abril, o papel da JNF foi valorizado com o objectivo de a transformar em instrumento válido na defesa dos interesses dos homens do campo e de protecção do poder de compra dos trabalhadores em geral, eliminando do circuito os grandes intermediários grossistas. «Nesse período a JNF — tal como foi salientado numa intervenção proferida na Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum» realizada em Maio de 80 — interveio

com êxito no escoamento da batata com o duplo objectivo de assegurar preços compensadores à produção e garantir preços justos ao consumidor».

Entretanto, os sucessivos governos de direita a partir de 76, seguindo uma estratégia bem definida com vista à integração na CEE, têm vindo a alterar o funcionamento dos OCE, abrindo a porta aos grandes intermediários parasitas da CAP. É assim que o abastecimento aos grandes centros consumidores está controlado por um grupo restrito de grandes intermediários especialistas em acambarco e especulação que em conjunto com os latifundiários constituem o principal suporte da CAP.

A Junta volta a seguir a política do 24 de Abril, não desenhando a sua função interveniente junto da produção, planificando, estabelecendo preços fixos, dando prévias garantias e segurança ao agricultor, estabilizando o mercado.

Temos, pois, como segunda causa para toda esta situação o papel desempenhado pela Junta Nacional das Frutas.

LUTAR CONTRA O AÇAMBARCAMENTO

Por último, cabe referir o papel da Direcção Geral de Fiscalização Económica. Ele insere-se numa situação de degradação geral, com o Governo AD a provocar a ruína dos agricultores e a atacar directamente a bolsa dos portugueses, num quadro onde não se respeitam as leis do mercado. Daí que a acção da fiscalização não possa ser só por si a solução destes problemas.

Há primeiro que mudar de política e de Governo. Há que elaborar leis que combatam eficazmente o acambarco e a especulação e há que fazer incidir a fiscalização em primeiro lugar sobre os grandes intermediários e armazenistas e não sobre o pequeno comerciante. Os casos referidos ultimamente na imprensa de detecção e punição de pequenos acambarcadores ou especuladores com um, dois ou três sacos de batata não resolve nada e apenas serve para iludir o consumidor.

A batata existe e o Governo sabe onde ela está. E os tais armazenistas também existem e não são assim tão pequenos que não se vejam...

Na 2.ª quinzena de Março Convenção Nacional Democrática

As organizações sociais vão debater questões da revisão constitucional

Despertar o interesse e um acompanhamento mais detalhado sobre os problemas da revisão da Constituição da República, por parte das organizações

sindicais, organismos e associações socioprofissionais, colectividades culturais e de recreio, associações de carácter científico, clubes desportivos e outras

expressões organizadas dos cidadãos portugueses — este o objectivo da Convenção Nacional Democrática, a realizar em Lisboa na segunda quinzena de Março, iniciativa que arranca com uma Comissão Promotora que contou à partida com 42 organizações sociais.

O anúncio da importante realização foi feito em conferência de Imprensa, anteontem, na qual estiveram presentes António

Teodoro, presidente da Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; Artur Ramos, membro dos corpos gerentes da Sociedade Portuguesa de Autores; Gabriel Gomes, da URAP; Portela Santos, da «Voz do Operário»; João Silva, da União dos Sindicatos de Lisboa; e Maria Natal, do MDM.

A Comissão Promotora funciona na sede da «Voz do Operário», em Lisboa.

O texto do Apelo

1. A promulgação da Constituição da República em Abril de 1976 após ser aprovada pela esmagadora maioria dos representantes eleitos do Povo português, constituiu um factor primordial na institucionalização da democracia em Portugal e na definição das suas características essenciais.

De acordo com o previsto na própria Constituição, decorreu agora o processo da sua revisão. Este processo tem profundas repercussões na vida nacional.

A revisão constitucional é da competência da Assembleia da República e dos deputados que a integram. Mas é igualmente uma questão que diz respeito a todos os portugueses, a todos os cidadãos empenhados na construção de um País livre, democrático, independente, próspero e pacífico.

O processo de revisão constitucional tem estado circunscrito aos trabalhos de uma comissão no âmbito da Assembleia da República. Até ao momento não se realizou sequer qualquer debate público no Plenário da Assembleia.

Existe o perigo de a opinião pública não se aperceber das reais implicações dos problemas levantados pela revisão e vir, mais tarde, a ser confrontada com soluções que atinjam profundamente interesses vitais do Povo português, comprometam o desenvolvimento económico e social do País, façam perigar o regime democrático.

A revisão constitucional é uma questão que respeita a todos os portugueses. Os portugueses têm o direito de debater directamente o problema, não só na Assembleia da República, não só pelos Partidos políticos, não só pelos órgãos de imprensa, mas através da voz das suas organizações representativas dos mais variados interesses e objectivos, representativos, portanto, em conjunto, de interesses globais do Povo português.

Nesse sentido as organizações que subscrevem o presente apelo consideraram do máximo interesse o exame e debate dos problemas relacionados com a revisão da Constituição por todas as organizações sociais — associações sindicais, organismos e associações profissionais, colectividades de cultura e recreio, sociedades científicas e de cultura, associações desportivas e outras — no âmbito, nomeadamente, de uma iniciativa conjunta no plano nacional: uma grande Assembleia das organizações sociais, uma Convenção Nacional Democrática.

2. O regime democrático constitucional português é exemplarmente aberto à intervenção cívica dos cidadãos e das suas organizações na vida do País, no plano local e nacional.

Assentando numa concepção de democracia que está indissolúvelmente ligada ao exercício pleno das liberdades, e ao progresso económico, social e cultural, o regime democrático constitucional aponta para uma sociedade em que tudo o que diz respeito a Portugal diga respeito a cada português.

Organizações que já deram o seu apoio

Academia de Instrução e Recreativa Familiar Alamedaense, Associação dos Deficientes das Forças Armadas — ADFA, Associação Portuguesa de Autores, Casa Regional do Alentejo, Clube os Galitos, Clube Futebol Benfica, Clube Pessoal da Siderurgia Nacional, Conselho das Mulheres do Norte, Comissão Nacional das Organizações de Deficientes, Conselho de Moradoras da Cidade de Lisboa, Conselho de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Cooperativa de Habitação Económica Lagoense, Cooperativa de Acção Social Nascente — Espinho, Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, Federação Nacional das Cooperativas de Consumo — FENACCOOP, FITEI — Porto, Grupo de Teatro os Modestos — Porto, CESCOOP — Cooperativa Operária Gonçalo — Guarda, Movimento Agricultores e Rendeiros do Norte — MARN, Movimento Democrático de Mulheres — MDM, Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos —

MURPI, Orfeão Águeda, Secretariado dos Trabalhadores Estudantes de Lisboa, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Sindicato dos Têxteis de Braga, Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário, Sociedade Portuguesa de Autores, Sociedade Filarmónica Incrivel Alamedaense, Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, Sociedade Euterpe Alhandrense, Sociedade Filarmónica Capricho Bejense — Beja, Sociedade Filarmónica Silvense — Silves, Sociedade António Augusto de Aguiar — Évora, Sociedade Musical 5 de Outubro — Seixal, Sub-Comissão de Trabalhadores da Quimigal, — Barreiro, União dos Caselares da Ilha da Madeira, União dos Sindicatos de Lisboa — USL, União dos Sindicatos do Porto — USP, Sport Grupo Sacavenense, URAP — União dos Resistentes Anti-Fascistas Portugueses.

Constituição venha a ser não uma ofensa à Constituição mas sim um aperfeiçoamento da Constituição, respeitando o seu sistema vital de ideias, designadamente: os princípios do Estado de direito democrático, republicano, independente, unitário e descentralizado; os direitos fundamentais, incluindo os direitos específicos dos trabalhadores; a organização económica, garantindo as transformações democráticas do 25 de Abril; a organização do poder político no equilíbrio dos vários órgãos de soberania; a autonomia local e regional e o sistema independente de fiscalização da constitucionalidade.»

E a concluir:

«Os signatários apelam para todos os deputados que se identificam com os ideais do 25 de Abril, para que nos debates e

votações da revisão constitucional não permitam que, directa ou indirectamente, sejam facultados aos inimigos da democracia os meios de no presente ou no futuro atentarem contra ela. Apelam para todos os deputados fiéis ao 25 de Abril a fim de que de todas as maneiras garantam o respeito pelos princípios vitais da Constituição da República, em defesa da democracia.»

Contrariamente às calúnias que alguém se empenha em lançar contra o «Apelo», disse o antigo presidente da Assembleia da República, «evitar a revisão constitucional nunca foi o nosso objectivo — a revisão é necessária.» E acrescentou: «A verdade é que somos contra a substituição da Constituição ou contra o intento de fazer uma nova Constituição.»

Nacional

Freitas do Amaral e o terrorismo bombista

Um ex-membro da segurança pessoal de Diogo Freitas do Amaral, Luís Jorge Peixoto Ramalho, actualmente a cumprir uma pena de 23 anos de prisão em Pinheiro da Cruz, escre-

veu ao dirigente do CDS, recordando-lhe antigos serviços prestados — participou directamente em atentados bombistas e não só — e solicitando-lhe, ao mesmo tempo, algum apoio tendo

em vista a situação em que se encontra. Só que o actual ministro da Defesa nunca respondeu. Anteriormente, o matulino «o diário» publicou a primeira carta do recluso a Freitas do Amaral (Fevereiro de 1981), documento que compromete com argumentos e descrição objectiva dos factos a figura do diligente centrista com a onda de atentados terroristas de 1975/76. O ex-membro da sua segurança fala do ELP, do MDLP, do CODECO, descreve a sua participação nalguns dos actos terroristas (a cobertura daquelas organizações) refere que existem «muitos leilões de vidro em partidos como o CDS e o PPD» e diz: «Eu e o José Esteves (que pertencia ao vosso grupo de segurança) andámos muito no carro de V. Ex., no ano de 1975». E mais adiante: «Houve também o rebentamento de uma bomba na Casa de Angola. Recordarei que, antes, V. Ex. ao passar pelo local, havia dito que aquela casa precisava de uma bomba. Posteriormente, comentaria: «bom trabalho».

A reacção de Freitas do Amaral às graves acusações formuladas naquela carta, para além de informar que iria proceder judicialmente, contra «o diário» foi a de não aceitar a recepção da carta enviada por Luís Peixoto Ramalho e até de outras missivas de teor semelhante!...

Está ou não o PS disposto a expirar a demissão do Governo?

Fig. 3

Quem está despedido?

Fig. 4

Está ou não o PS disposto a expirar a demissão do Governo?

Fig. 3

Quem está despedido?

Fig. 4

Está ou não o PS disposto a expirar a demissão do Governo?

Fig. 3

Quem está despedido?

Fig. 4

Está ou não o PS disposto a expirar a demissão do Governo?

Fig. 3

Quem está despedido?

Fig. 4

Está ou não o PS disposto a expirar a demissão do Governo?

Fig. 3

Quem está despedido?

Fig. 4

Está ou não o PS disposto a expirar a demissão do Governo?

Fig. 3

Quem está despedido?

Fig. 4

Trabalhadores

Governo ataca o direito à greve escolhe a arbitrariedade e recusa a negociação

A movimentação contra o tecto salarial que o Governo «AD» tenta institucionalizar, de facto, nas empresas nacionalizadas e nos grandes sectores abrangidos pela contratação colectiva, designadamente na indústria, nos transportes e na função pública, continua a mobilizar centenas de milhar de trabalhadores. Apesar da campanha antigreve que o Governo e a política «AD» fizeram subir de tom na semana passada, durante a paralisação dos transportes em Lisboa, nenhum dos motivos concretos dos conflitos foi verdadeiramente posto em causa porque esses motivos radicam, como é sabido, em sólidas bases reivindicativas de ordem salarial para enfrentar o aumento constante do custo de vida. Tentativas de outra ordem da parte do Governo «AD», como seja a guerra aberta ao direito à greve, que se relacionam com a revisão constitucional e com o assalto diário aos direitos essenciais de quem trabalha, substituiram qualquer esforço que se pudesse esperar do Governo e dos seus conselhos de gerência para resolver os conflitos pela via do diálogo e da negociação.

Enquanto os preços dos bilhetes aumentavam 3 vezes (Janeiro de 1981, Setembro de 1981 e Janeiro de 1982) os salários do Metro, Carris e CP mantinham-se na mesma. Mais de 70 por cento de aumento pago pelos utentes dos transportes urbanos de Lisboa não tiveram qualquer expressão nas remunerações auferidas por milhares de trabalhadores das várias categorias profissionais do sector. Entretanto, o custo de vida, segundo estatísticas oficiais, aumentava 24 por cento. Boicotados pelos conselhos de gerência ou comissões administrativas daquelas empresas públicas, os salários e outras remunerações vigoram há perto de 15 meses (desde 21 de Outubro de 1980) no Metro e na Carris e há mais de 15 meses na CP (desde 21 de Setembro de 1980).

Poderia pensar-se que esses aumentos dos bilhetes trariam benefícios aos utentes. Não aconteceu assim. O mau serviço prestado é conhecido de todos, como conhecidas são também as tentativas para desprestigiar as nacionalizações e entregar o que dá lucros a interesses privados.

Por outro lado, as tarifas aumentadas também não serviram para liquidar as dívidas do Estado às empresas públicas dos Transportes. É sabido que essas dívidas, só no que respeita a indemnizações compensatórias pelo serviço público prestado, ascendem a mais de 12 milhões de contos. As maiores credoras são a RN, a Carris, o Metro e a CP.

Segundo propostas apresentadas vai para 5 meses no sen-

tido da revisão dos respectivos acordos da empresa (ACTs), os Sindicatos representativos limitaram-se a reivindicar de forma realista e consequente aumentos do custo de vida. As direcções das empresas e o Governo boicotaram por completo qualquer solução, limitando-se ao tecto que a «AD» tenta impor.

Concentração

Entretanto, o presidente do conselho de gerência da RTP,



Prouença de Carvalho, recusava-se a receber os representantes dos trabalhadores dos transportes que, na última sexta-feira se concentraram em frente à sede daquela empresa pública para protestar contra a maneira como a greve do sector foi tratada na Televisão «AD». Os representantes dos trabalhadores, dirigentes e delegados sindicais, pretendiam entregar a Prouença de Carvalho uma moção reclamando o direito de resposta ao ministro dos Transportes.

Construção Civil

A nível nacional, segundo a respectiva Federação, a greve da construção civil mobilizou entre 70 a 80 por cento dos 250 mil trabalhadores interessados na revisão do contrato colectivo de trabalho vertical. As cláusulas gerais do CCTV só foram revistas 2 vezes desde 1974.

Ainda de acordo com informações divulgadas pela Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore em 6 do corrente, as reivindicações salariais são da ordem dos 33 por cento. A contraproposta das quatro associações patronais não ultrapassa os 20,8 por cento.

Os Sindicatos acusam de intransigência os patrões que que-

rem entregar o processo ao Ministério do Trabalho a fim de este satisfazer as pretensões que o patronato não consegue impor directamente à mesa de negociação.

O subsídio de refeição também está em causa. A passagem de 50 para 100 escudos é proposta pelos negociadores sindicais, enquanto o patronato não quer ir além dos 70 escudos.

A direcção do Sindicato de Lisboa desmentia entretanto acusações patronais acerca da alegada falta de cumprimento de cláusulas já aprovadas. O interesse patronal era naturalmente a desmobilização da greve.

Para o próximo dia 16 foi entretanto anunciada a realização em Lisboa do II Encontro da Federação dos Sindicatos do sector.

Cristalaria e Covina

A redução do período normal de trabalho como forma de luta pelo restabelecimento possível do poder de compra, recusando o tecto salarial do Governo, foi mais uma vez adoptada pelos 4500 trabalhadores da cristalaria (3300 na Marinha Grande) nos períodos de 11 a 16 e de 19 a 23 do corrente.

Na Covina o novo período de greve prolonga-se até hoje, quinta-feira.

Os trabalhadores desta última empresa, talvez a maior do sector vidro e com capital maioritário do Estado, os cerca de 1600 postos de trabalho, além da reposição do poder de compra, reclamam garantias quanto ao futuro da empresa e, naturalmente, quanto à segurança do emprego.

Garantia dos postos de trabalho e aumentos salariais compatíveis com o aumento do custo de vida são reivindicações por satisfazer no sector e que desde Dezembro findo têm levado os trabalhadores à greve.

Técnicos sanitários

O Sindicato dos Técnicos Paramédicos do Norte e Centro calcula em 75 por cento a percentagem de adesão à greve dos técnicos auxiliares sanitários naquelas zonas do País. Segundo informação prestada em 5 do corrente, a paralisação prevista para durar até amanhã, tem em vista o apoio à reestruturação de carreiras do sector contra o projecto que o Governo entretanto anunciou. As diligências do Sindicato têm sido desenvolvidas junto da Secretaria de Estado da Saúde e defendem o projecto de reestruturação apresentado pelos trabalhadores. A mobilização para a defesa desse projecto continua na primeira linha das preocupações actuais do Sindicato.

Material eléctrico e outros sectores

Abrangendo cerca de 30 mil trabalhadores em todo o País, o sector do material eléctrico e electrónico (fabricantes) paralisou recentemente com uma adesão superior a 70 por cento a nível nacional. A ruptura das negociações por iniciativa da ANIMEE (associação patronal do sector) entregou ao Ministério do Trabalho a decisão final que os patrões não conseguem impor directamente aos Sindicatos; designadamente ao SIESI e à respectiva Federação sindical. Intransigência e má-fé nas negociações para impor os 19 por cento (os trabalhadores recla-

mam um aumento mínimo de 25 por cento) do patronato são as razões essenciais da greve que em 5 do corrente mobilizou, durante 24 horas, mais de 70 por cento dos trabalhadores do sector onde predomina o trabalho feminino e onde o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas representa mais de 10 mil trabalhadores do sector.

No arrasto costeiro, também a nível nacional, decorria entretanto uma paralisação de 24 horas em 4 do corrente. A adesão foi total. Os armadores e as respectivas associações recusam-se a aceitar as propostas apresentadas pelos sindicatos remetendo o processo de negociações para o Ministério do Trabalho.

Outros conflitos, a nível de empresa ou de sector, mantêm-se ainda em diferentes ramos de actividade onde o patronato, o Governo e alguns divisionistas pretendem implantar situações de facto com um tecto salarial encoberto que na Função Pública não chega sequer aos 11 por cento e em outros sectores oscila entre os 15 e os 17 por cento para níveis salariais em vigor há mais de um ano e para vigorem mais 12 meses em condições caracterizadas por um aumento desenfreado do custo de vida que incide principalmente nos bens de consumo essenciais.

Perante essa situação, a Função Pública discute novas formas de luta por uma revisão salarial justa; a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Têxteis, Vestuário, Lanifícios de Portugal continua a opor-se à extensão do contrato assinado com os divisionistas do Sindetex UGT; na Junta Autónoma das Estradas, os trabalhadores das carreiras operárias vão fazer paralisações nas próximas semanas para que entrem em vigor direitos consagrados há cerca de 2 anos; na Fábrica de Louça de Sacavém, na Cambournac, na Setenave, nos serviços sociais universitários, no sector da comercialização do material eléctrico, a contratação colectiva, os despedimentos, a segurança do emprego e a estabilidade económica e financeira das empresas continua a movimentar os trabalhadores, conduzindo a formas de luta e de protesto contra situações existentes.



2.º Encontro da construção civil

A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil, Madeiras e Mármore realizou, sábado passado em Lisboa, o seu 2.º Encontro. Presentes 150 delegados de todo o País. Em várias intervenções, o Governo foi responsabilizado pelos despedimentos, designadamente os colectivos e os de dirigentes e delegados sindicais e membros de CTs, pela utilização abusiva dos contratos a prazo e pelo boicote à contratação colectiva. Foram aprovadas várias moções e apoiada a proposta do Conselho Geral da CGTP-IN para a paralisação de 12 horas em 12 de Fevereiro

Cambournac Continua a luta pela viabilização

Com 16 meses de salários em atraso os trabalhadores, na maioria mulheres, da Cambournac decidiram em plenário continuar a greve em curso há dois meses pelo pagamento daqueles salários, pela garantia dos postos de trabalho, pela assinatura do contrato de viabilização e pela correcta gestão da empresa.

«Depois de ter recorrido à intervenção repressiva da GNR, que espancou e prendeu duas trabalhadoras (posteriormente absolvidas em tribunal) e de ter levantado processos disciplinares com vista ao despedimento, o conselho de gerência continua a recusar o diálogo com os trabalhadores», afirma num comunicado a comissão intersindical e o Sindicato dos Têxteis do Sul.

Essas organizações representativas do pessoal, que têm desenvolvido grande actividade na defesa dos interesses dos trabalhadores da empresa, sublinham que estes «já demonstraram e continuam a demonstrar o seu empenhamento na «viabilização» na Cambournac.

Salientando as acções solidárias, durante os dois meses de greve, designadamente da parte dos trabalhadores da Hoescht, da Fábrica Portugal, CIM, Messa, Fábrica Nacional de Tapeçarias; CDL, Mármore do Condado, comerciantes e população do Cacém é Junta de Freguesia do Cacém, o comunicado do Sindicato e da comissão intersindical reclama um mínimo de cuidado pelo futuro da empresa da parte da gerência, da banca e do Governo, nomeadamente dos secretários de Estado da População e Emprego e do Tesouro.

Gorilas armados na Cabos Ávila

A «segurança» da Cabos Ávila é constituída por cerca de 80 ex-comandos (apelidados, em gíria, de gorilas) recrutados junto da respectiva associação. Caracterizados por um comportamento intimidatório generalizado, estes elementos usam fardas muito semelhantes às da PSP e a sua actuação para com os trabalhadores da empresa é altamente repressiva. Para o efeito recebem instruções precisas em reuniões com a administradora Teresa d'Ávila, conhecida pelas suas ligações com a extrema-direita, lembra a direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. Num comunicado, o SIESI acusa «um vigilante ao serviço da administração da Cabos Ávila» de, na tarde de 31 de Dezembro findo, ter impedido «um inspector dos Serviços de Inspeção de Trabalho (IT) de Lisboa» de exercer as suas funções juntamente com dois agentes da IT que se tinham deslocado às instalações «na sequência do impedimento arbitrário e ilegal da entrada na empresa de um dirigente do SIESI para a realização de um plenário de trabalhadores».

O comunicado, depois de sublinhar que os gorilas da empresa exibem publicamente armas de fogo com o maior descaramento, acrescenta que os trabalhadores, apesar da «feroz repressão», têm «lutado heroicamente pelos seus direitos» de que não estão dispostos a prescindir. Prevendo a adopção de formas de luta, o SIESI, Sindicato maioritário na empresa, exige a reposição da legalidade na Cabos Ávila, designadamente no que respeita a despedimentos, ao pagamento do 13.º mês e dos retroactivos de 1981. Quanto à repressão, o comunicado do SIESI, datado de 4 do corrente, ao denunciar a existência de «vigilantes armados» acrescenta que «a GNR da Damaia contactada por um dos agentes da IT recusou deslocar-se ao local, sem fornecer explicações». Considerando insólito esse comportamento, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas salienta que «até ser conhecida a recusa da GNR se viveu um ambiente tenso à entrada das instalações com passagens frequentes de elementos da segurança da administração armados de espingardas caçadeiras. Um certo tumulto foi mesmo gerado — acrescenta o SIESI — com a tentativa de fuga do vigilante referido», ou seja o mesmo que impediu o inspector de cumprir a missão que o levava à empresa.

Tabaqueira: quatro dias de greve

Termina amanhã a greve de quatro dias dos trabalhadores da Tabaqueira que lutam contra o boicote da administração às negociações para a revisão do seu Acordo Colectivo de Trabalho.

Segundo as informações de que dispomos, o primeiro dia de greve registou uma adesão de 100 por cento nos dois centros de produção — Albaraque e Cabo Ruivo. No entanto, tudo indicava que esta percentagem se manteria até ao fim dado a determinação dos trabalhadores em lutarem pelas suas condições de trabalho e direitos.

O conselho de gerência pretende impor um tecto salarial de 19 por cento, muito embora a verba orçamentada para este ano com encargos com o pessoal permita aumentos superiores.

O conselho de gerência pretende igualmente aumentar o horário de trabalho, reduzir o complemento do subsídio de doença e aplicar, de um modo geral, as normas previstas na proposta de lei sobre despedimentos e contratos a prazo, proposta de lei apresentada na Assembleia da República pelo Governo.

Contra estas intenções se manifestam os trabalhadores da Tabaqueira que reivindicam aumentos salariais de 26 por cento (as condições económicas da empresa tornam-no perfeitamente possível) e exigem a manutenção de todas as regalias actualmente consagradas no Acordo Colectivo de Trabalho.

A greve de quatro dias foi aprovada em plenário dos trabalhadores da empresa realizado na segunda-feira passada. Entretanto, no passado dia 4, mais de 500 trabalhadores daquela empresa concentraram-se frente às instalações da sede, na Rua Alexandre Herculano, em Lisboa, para deste modo protestarem contra a actuação do conselho de gerência.

Greve dos Transportes Os disparates do ministro e as manobras “comentadoras”

Três perguntas e três respostas sobre o que por aí se disse acerca da greve dos transportes.

A argumentação do ministro dos Transportes no seu monólogo televisivo acerca de que as vítimas dos aumentos salariais nas empresas de transportes são os utentes e contribuintes tem algum fundamento de verdade?

De forma nenhuma. A argumentação de Viana Baptista é um atestado de mediocridade económica e de desonestidade política.

Em primeiro lugar, é um disparate económico avaliar a rentabilidade do sistema de transportes de um país pela relação directa entre as suas receitas (as tarifas pagas directamente pelos utentes) e as suas despesas (salários, investimentos em material, etc.). Esta forma de avaliação revela exclusivamente uma mentalidade primata de um capitalista igualmente primata.

É perfeitamente óbvio que a rentabilidade social da rede de transportes só pode ser avaliada em termos sociais.

Tomemos um exemplo simples: se um comboio transporta de um ponto para outro uma carga de matéria-prima descarregada num porto e transportada para uma fábrica, é economicamente patético comparar exclusivamente o custo dos vagões que a transportam, do combustível da locomotiva, do salário dos ferroviários envolvidos, etc. com a tarifa paga pelo expedidor. Na realidade, esse transporte vai proporcionar outras fontes sociais de rendimento, uma vez que se ele não existisse a carga não teria sido movimentada no porto, a fábrica não funcionaria nem produziria, não existiriam nela postos de trabalho, etc., etc.

Outro exemplo: se uma camioneta transporta um carregamento da adubo de uma fábrica para uma aldeia rural, é evidente que a rentabilidade desse transporte não reside exclusivamente no preço pago pelo transporte, mas também no resultado da própria utilização do adubo — que sem ser transportado não poderia ser utilizado.

Último exemplo: se um eléctrico transporta um trabalhador de um local onde reside para outro local distante onde trabalha, a rentabilidade económica do transporte não reside exclusivamente no bilhete pago pelo trabalhador. Se ele não fosse transportado, não poderia ir trabalhar, donde há uma quota parte da sua produção que rentabiliza socialmente o serviço de transporte que foi prestado.

Esta evidência é hoje um facto mais que aceite em todo o

mundo — mesmo nos países capitalistas. Em todos os países capitalistas, o orçamento estatal (enquanto recursos gerais de um país virados para a satisfação de necessidades gerais do país) suporta percentagens que nalguns casos vão a 70% dos encargos gerais dos serviços de transportes, cobrindo as tarifas directamente pagas pelos utentes uma taxa mínima.

É pura falsidade supor que o único beneficiado pela rede de transportes é a pessoa ou entidade que directamente o utiliza: a rede de transportes é uma peça essencial do funcionamento económico de um país e a sua acção beneficia todo o país e toda a população.

Havendo aumentos de salários, são inevitáveis os aumentos de tarifas?

É completamente falso e os factos demonstram-no. Em primeiro lugar, sublinhe-se logo à partida que nos últimos meses as tarifas dos transportes urbanos de Lisboa foram aumentadas três vezes enquanto os salários dos trabalhadores do sector sofreram apenas dois aumentos. Não houve qualquer relação causa efeito.

Em qualquer dos casos, a rentabilização dos serviços de transportes não têm uma relação directa (como se viu no ponto anterior) com as tarifas ou os salários, depende sim de muito mais vastos aspectos de gestão, de organização política e económica global.

Para se ter uma ideia da complexidade do problema atente-se no seguinte caso relativo ao ano de 1976 e à Carris: um estudo então elaborado revelou que a empresa poderia passar de um défice de 300 mil contos anuais para um lucro de 50 mil contos se a velocidade média (a chamada velocidade comercial) dos seus autocarros passasse de 14 kms/h para 21 kms/h, uma vez que isto lhe permitia transportar, com o mesmo número de veículos, mais 36000 passageiros numa hora de ponta da manhã (das 8 às 9). É evidente que a baixa velocidade média de circulação dos autocarros se deve às limitações do trânsito, que por sua vez se devem a questões de organização urbana, de estado de arruamentos, etc. etc — tudo igualmente problemas políticos e sociais globais.

É pois claro que apenas uma política global competente e defendendo globalmente os interesses das populações pode resolver este tipo de problemas. A política «AD» e dos seus «técnicos» e ministros enferma claramente da vesgue política da pura serventia dos interesses do grande capital, mas enferma igualmente da mais total e completa incompetência e incapacidade para resolver qualquer problema nacional.

Se politicamente, o ministro dos Transportes funciona integralmente como um homem do capital, tal serventia denuncia ao mesmo tempo a sua incapacidade e incompetência sob o ponto de vista técnico e económico.

A CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL editadas as Comunicações finais em 14 volumes

AUTÉNTICA ENCICLOPÉDIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS AUTARQUIAS
INDISPENSÁVEL AOS ELEITOS AUTÁRQUICOS E A TODA A POPULAÇÃO



Trabalhadores

Fábrica de Louças de Sacavém

Não são os trabalhadores que destroem as empresas

Os 1120 trabalhadores da Fábrica de Louças de Sacavém, apesar do ambiente de coacção que reina na empresa, continuam na disposição de salvar da vaga repressiva as suas organizações representativas e os 600 postos de trabalho ameaçados por uma empresa concorrente que os próprios accionistas da Fábrica tencionam abrir no Carregado.

Realizado no dia 8 o segundo plenário deste mês dentro das instalações da FLS com a presença de dirigentes sindicais (o primeiro efectuou-se no dia 4 vendo-se cerca de 500 trabalhadores obrigados a acompanhar um dirigente sindical que a administração não queria deixar entrar na empresa) os trabalhadores decidiram prosseguir a luta em apoio da reintegração do dirigente sindical ilegalmente despedido que continua a ocupar o seu posto de trabalho.

Paralelamente às diligências entretanto efectuadas no sentido de anular aquele despedimento, acabar com a repressão, garantir os postos de trabalho, o pagamento dos salários e outras remunerações a tempo e horas, os trabalhadores e as suas organizações representativas (comissão de trabalhadores e delegados sindicais) poderão endurecer a luta, caso as suas reivindicações não tenham efeitos práticos, embora estejam a ser conduzidas dentro da mais estrita legalidade.

Por outro lado, conforme nos foi realçado por um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre, os trabalhadores continuam na disposição de dar o melhor do seu esforço para a recuperação económica e financeira da empresa, mas não podem fazê-lo sob coacção e no meio de um ambiente repressivo que tem vindo a aumentar depois da greve de 8 horas em 13 de Outubro findo.

Num comunicado emitido cerca de uma semana antes dessa paralisação, a que aderiram 75 por cento dos trabalhadores da FLS, a comissão de trabalhadores e os delegados sindicais salientavam: **Todos temos deveres a cumprir, sabemos-lo e conhecemo-los. Mas também temos direitos que não podem ser esquecidos. Os trabalhadores da Fábrica de Louças de Sacavém têm demonstrado**

bem a sua disposição para a luta, na defesa dos seus direitos, porque cumprem com os seus deveres — se não vejamos os aumentos de produção e análises



Uma das maiores empresas do sector, de capital cem por cento privado, onde a gestão põe em risco centenas de postos de trabalho

se correspondem ou não ao esforço dos trabalhadores para a recuperação da empresa; o que não se pode é continuar a pedir esforços aos trabalhadores e, por outro lado, andar a policiá-los, reprimi-los, aterrorizá-los, tirá-los as regalias e os seus direitos.

«Belevolência» por festas

«O Conselho de Administração concedeu benevolência nas sanções disciplinares» — assim começa uma das numerosas «informações de gestão», ou ordens de serviço, emitidas pela direcção da empresa. A particularidade desta é a de ter sido emitida em 30 de Dezembro do ano findo, cerca de uma semana depois do despedimento do dirigente sindical Alberto Vilhena Cavaco, e incluir uma lista de 9 trabalhadores, cujos «despedimentos com justa causa» (na óptica da administração) tinham sido «comutados» em «outras penas mais simples, relativas aos processos disciplinares terminados e (ou) a terminar entre o dia 24/12/81 e 6/1/82».

Demasiado frequente para ser mera coincidência é o facto de esses 9 trabalhadoras e traba-

Mendes Alves, e Madalena Maria Rodrigues.

«Espera-se apenas correspondência à decisão superiormente tomada», acrescenta simbolicamente a «informação de gestão» que inclui os nomes acabados de citar. Se isto não é uma forma de coacção sobre todos os trabalhadores com responsabilidades nas organizações representativas eleitas pelos seus companheiros de trabalho, o que será? Se isto não é uma ameaça generalizada a todos os trabalhadores já com os postos de trabalho em risco por causa de tentativas de reestruturação de que se fala em alguns sectores e devido à criação da nova empresa, o que será, quando a própria «informação de gestão» que temos vindo a citar fala de «extinção de secções, reorganização, transferências»?

Os trabalhadores saberão resistir

A administração, nomeadamente o elemento mais em contacto com os trabalhadores, o sr. Diamantino Bernardo Monteiro Pereira, actua na Fábrica de Louças de Sacavém como se a Constituição e as leis não existissem, ou como se tudo isso estivesse já «revisito» pela mão da «AD», com o pacote laboral já aprovado, com a lei dos despedimentos em vigor, com a lei sindical anulada e os trabalhadores sujeitos ao arbítrio completo da «autoridade hierárquica», que o sr. Monteiro, em nome da administração invoca quando despede o dirigente sindical Alberto Vilhena Cavaco.

A administração da FLS pretende implantar na prática aquilo que o Governo lamenta não poder instaurar legalmente. Por isso é que as organizações representativas dos trabalhadores se vêem obrigadas a mobilizar energias e vontades, mantendo os trabalhadores informados dos verdadeiros objectivos da repressão, que só por enquanto é selectiva, atingindo principalmente dirigentes, delegados e membros da CT.

Escolhendo apenas algumas «ordens de serviço» e «informações de gestão» desde meados de Junho de 1981, verifica-se que todas elas têm a ver com coacção, ameaças directas e atitudes repressivas. Parte desses documentos invadem campos que em princípio seriam alheios à gestão da empresa para entrarem em ataques ideológicos às convicções políticas de trabalhadores e ao Partido Comunista Português.

Por outro lado, a repressão,



A maioria dos trabalhadores decidiu defender as suas organizações representativas e apoiar a reintegração do dirigente sindical despedido

além de actuar frontalmente contra o regime em que vivemos, tentando impedir o funcionamento normal da comissão de trabalhadores e dos delegados sindicais, arromba inclusivamente a porta da sala onde funcionam essas organizações, invoca pretextos relacionados com a própria actividade normal dessas organizações dentro da empresa para enviar notas de culpa, levantar processos disci-

plinares, impor castigos, suspensões, ameaçar com despedimentos.

É neste clima que surge a SANICER. Com estatutos publicados na III série do «Diário da República» em meados do ano findo, a firma, cujo capital social de 100 mil contos é todo subscrito pelos actuais accionistas da Fábrica de Louças de Sacavém, terá a sua sede na Quinta do Bravo, em Alenquer, e fábrica no

Carregado.

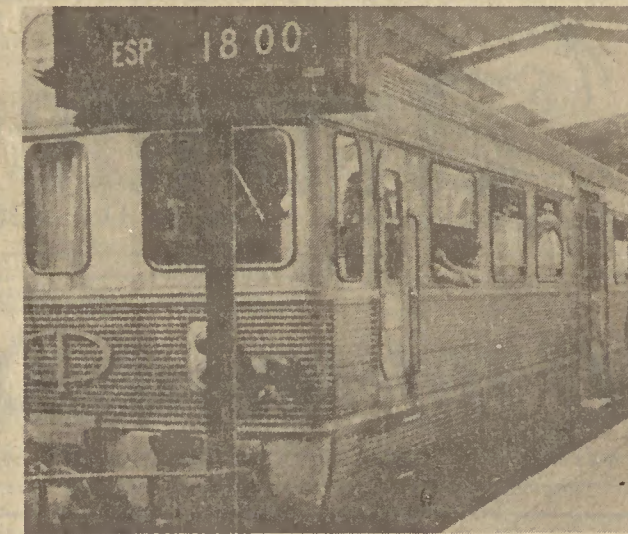
Os representantes dos trabalhadores garantem que a criação dessa empresa pela mesma gente da FLS (esta última empresa subscreeve como tal quase metade do capital da SANICER) vai acabar com 600 postos de trabalho na fábrica de Sacavém retirando-lhe, além do mais, uma das linhas de fabricação mais lucrativas, as louças sanitárias, para passar a fabricá-las no Car-

regado, certamente com um forte contingente de trabalhadores a prazo, se possível completamente alheios à organização operária que existe há longos anos na zona onde actualmente está implantada a Fábrica de Louças de Sacavém e que ainda recentemente mostrou como a solidariedade funciona ao apoiar em massa, numa concentração, a luta dos trabalhadores da FLS.

Paralisações

Grande adesão no Porto

Além das percentagens nacionais divulgadas quanto às principais paralisações da semana passada há a assinalar, no distrito do Porto, a adesão de 75 por cento dos cerca de 35 mil trabalhadores da construção civil, no dia 6, e de 80 por cento no dia seguinte.



A adesão foi superior a 90 por cento na Soares da Costa, William Graham e Ferreira dos Santos, grandes empresas do sector da construção e obras públicas.

Dos cerca de 7 mil trabalhadores do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico existentes no distrito do Porto aderiram à greve 55 por cento.

Em grandes empresas como a Grundig, Efaced, Electrocerâmica e Preh a adesão dos trabalhadores abrangidos pela paralisação situou-se entre os 70 e os 80 por cento.

Na CP, em 7 do corrente, durante a paralisação nacional, dos 3500 ferroviários em funções no distrito pararam 80 por cento.

Dos 60 comboios previstos para o dia 7 na região Norte circularam apenas 8 e sem condições de segurança.

As composições passavam com as cancelas abertas, sem guias de marcha, com estações transformadas em apeadeiros e com imposição de linhas únicas.

Em Campanhã, os trabalhadores «rebutaram» com as agulhas que estavam presas, o que impediu a entrada ou saída de qualquer comboio daquela estação portuense.

Intensificação das lutas

No princípio desta semana vários sectores anunciaram a intensificação das lutas.

Representantes dos trabalhadores dos transportes, arrasto costeiro, material eléctrico e electrónico, cristalaria e Covina, bem como o pessoal não docente do ensino superior podem efectuar paralisações de vários tipos, em datas já anunciadas ou a anunciar brevemente.

Mantém-se entretanto sem solução visível vários conflitos em empresas e sectores,

designadamente entre os ajudantes de farmácia e na Torralta.

Nesta última empresa, a CT do Hotel D. João II, no Alvor, em plena zona turística do Algarve, acusou a administração de ter destruído a sala de convívio dos trabalhadores.

Os dirigentes das Federações dos Sindicatos Ferroviários e dos Transportes Rodoviários e Urbanos e as comissões negociadoras sindicais do Metro, Carris, CP e Transtejo informaram na última segunda-feira que iam apresentar aos trabalha-

dores novas formas de luta a adoptar no sector.

A proposta sindical amplia e agrava as paralisações decretadas até agora e cumpridas, designadamente na semana passada.

Entretanto, na Rodoviária Nacional, os trabalhadores mantêm-se mobilizados contra novos ataques à nacionalização da empresa, designadamente no sentido de reprivatização de sectores. A mobilização na RN tem ainda em vista a defesa da revisão do acordo colectivo de trabalho.

Na Função Pública, os

cerca de 4000 trabalhadores não docentes das Universidades, que já paralisaram em Dezembro, reivindicando a aprovação do diploma de quadros de pessoal, vão continuar a luta nesse sentido, nos dias 18, 19 e 20 do corrente, se entretanto não obtiverem satisfação dos ministérios competentes.

Nos outros sectores, o principal motivo das lutas é a negociação de tabelas salariais actualizadas de acordo com a subida dos preços e o aumento constante do custo de vida.

CGTP-IN propõe jornada de luta ao Plenário Nacional

O Conselho Geral da CGTP-IN propôs ao Plenário Nacional que se reúne amanhã, dia 15, em Lisboa, uma paralisação de 12 horas a cumprir no dia 12 Fevereiro próximo em todo o País.

Definida por aquele Conselho em 8 do corrente como uma «grande jornada de luta concretizada numa paralisação geral de meio dia», a proposta daquele Conselho, ao qual compete designadamente «pronunciar-se sobre todas as questões que lhe forem apresentadas pelo secretariado nacional», deve ser discutida por todos os sindicatos representativos, estejam ou não filiados na Central.

Nesse sentido foi o próprio Conselho que convidou todos esses sindicatos a participar no Plenário Nacional.

Numa conferência de Imprensa convocada entretanto, o secretariado nacional da Inter fez um «apelo a todas as organizações populares, prejudicadas pela política do Governo», para que participem naquela jornada, cujos objectivos essenciais devem ser definidos amanhã pelo Plenário Nacional, que é um dos órgãos máximos da Central logo a seguir ao Congresso.

Constituído por todos os Sindicatos filiados, pelas Federações e União, o Plenário Nacional vai analisar a proposta de paralisação na perspectiva do desenvolvimento e aprofundamento das formas de luta que decorrem dos conflitos actualmente em curso, como de resto se depreende de afirmações produzidas na conferência de Imprensa do secretariado nacional.

Depois de reafirmar que hoje a «situação político-sindical comporta graves perigos para os trabalhadores», um comunicado distribuído naquela conferência de Imprensa sublinha a nocividade crescente da política e do Governo «AD» no campo laboral, designadamente através das propostas de lei agora «congeladas» na Assembleia da República.

É perante essa ofensiva, que conta com a ajuda sempre estimulada do divisionismo organizado ao serviço dos partidos da coligação governamental, que é necessário dar uma resposta «geral e nacional», como preconiza o secretariado da CGTP-IN ao referir-se a «essa política que afecta todos e cada um».

O «crescente e generalizado descontentamento popular» é outro dado de facto referido pela CGTP-IN em apoio da sua proposta de paralisação, que entretanto deve ser discutida por todos os trabalhadores.

A proposta do Conselho Geral da Inter recolheu a um apoio de massas significativo e expresso no 2.º Encontro da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil, Madeiras e Mármore, realizado em 9 do corrente em Lisboa.

Como se sabe, aquele sector de actividade é um dos mais numerosos do País, reunindo cerca de 290 mil trabalhadores.

Recorda-se que as paralisações mais recentes (químicos, transportes, construções e obras públicas, cristalaria, ajudantes de farmácia, pescadores do arrasto costeiro, material eléctrico e electrónico — comércio e fabricantes — pessoal não docente das Universidades, outros sectores e muitas empresas) envolveram cerca de 900 mil trabalhadores — total anunciado para as paralisações e greves da primeira semana de Janeiro.

A proposta referente à jornada nacional envolve assim um número elevadíssimo de trabalhadores com conflitos relacionados directamente com as tabelas salariais, os aumentos de preços e o aumento do custo de vida.

Os divisionistas, versão UGT, ficavam entretanto com a sua «greve geral» abalada pela decisão do Governo «AD» que sobre ela deve pronunciar-se descongelando o pacote laboral que, oficialmente foi «adiado» na Assembleia da República.

A respectiva discussão, para a qual a «AD» tinha pedido «prioridade e urgência» no Parlamento foi, com efeito, remetida, sem data fixa, para mais tarde.

Estando o despoletar da propaganda «greve geral» ugetista em tudo dependente da data do início da discussão da lei dos despedimentos, contratação, tecto salarial, férias, feriados, faltas e o resto do pacote na Assembleia da República, fica a direcção da UGT na posição um tanto caricata de esperar pelo Governo para desencadear a sua «greve».

Mesmo que entretanto marque uma outra que fique dependente de factores menos variáveis, quer dizer mais seguros do que a dependência governamental que continua a marcar publicamente a actuação de grande parte dos dirigentes da UGT e dos minúsculos sindicatos paralelos que manejam, a agremiação divisionista não irá longe nessa qualidade, isto é, como organismo sujeito a uma aliança partidária sem justificação prática e que cada dia se mostra mais artificial e sem correspondência visível com os interesses dos trabalhadores que a UGT diz representar.

Mulheres em Encontro

Para o próximo dia 30, um sábado, na Voz do Operário em Lisboa, a União dos Sindicatos do distrito com base em trabalho que tem vindo a decorrer, marcou um Encontro de âmbito distrital sobre problemas da mulher trabalhadora.

A preparação prossegue em todos os locais de trabalho e a todos os níveis da organização sindical.

Os projectos de teses em discussão foram elaborados com base num inquérito.

Na actual situação política, a par de outros problemas sociais, os da mulher trabalhadora assumem particular importância.

A mulher trabalhadora é na generalidade «a maior vítima da repressão patronal» estimulada e protegida pela política e pela actuação do Governo «AD», como justamente assinala a União dos Sindicatos de Lisboa ao anunciar a realização do Encontro.



AVANÇO E DERROTA DO PLANO SUBVERSIVO "AD" 1980

DISCURSOS POLÍTICOS DE ALVARO CUNHAL

1.º E 2.º VOLUMES

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

PCP

As conclusões da reunião de quadros do distrito do Porto

Com a participação de várias centenas de militantes indicados pelas organizações de todo o distrito, realizou-se no Centro de Trabalho da Boavista uma reunião de quadros da Organização Regional do Porto do PCP para debater a actual situação política e as tarefas do Partido e considerar alguns problemas relativos à preparação das eleições para as autarquias locais. Participou na reunião, entre outros membros da direcção do Partido, o membro da Comissão Política do Comité Central Ângelo Veloso. Foi detalhadamente analisada a actual situação política, tendo-se apurado as conclusões que se seguem.

Os factos abundantemente comprovam que a «AD» conduz aceleradamente o País pelo caminho do descabimento e do desastre. Ao serviço dos grandes capitalistas e agrários, intermediários e especuladores, em aliança estreita com o grande capital estrangeiro, conduzindo o País a uma grave crise económica e social, a «AD» prossegue a sua tentativa de liquidação das conquistas do 25 de Abril e agrava a um nível nunca atingido as condições de vida dos trabalhadores e das restantes camadas laboriosas da população.

Ao mesmo tempo que cresce o isolamento da «AD» e que se desmoronam os apoios obtidos à custa da demagogia e do elitismo, os partidos reacçãoários recorrem crescentemente à violação da Constituição e das leis, procuram limitar as liberdades e os direitos democráticos do Povo português, intensificam (com o apoio do grande patronato e da UGT) medidas repressivas contra os trabalhadores, manipulam completamente os grandes meios de Comunicação Social (com destaque para a Televisão), manobram e conspiram activamente contra o regime democrático.

Tendo como primeiro e decisivo passo a revisão golpista da Constituição, o plano das forças reacçãoárias — em que Mário Soares aparece como uma peça essencial — assume cada dia que passa objectivos e contornos mais definidos.

Para a aliança «AD»-PS/

Mário Soares trata-se, em primeiro lugar, de alcançar através da revisão constitucional o esvaziamento dos principais poderes com que o Presidente da República foi eleito pelo Povo português, de liquidar efectivamente a verificação da constitucionalidade das leis e de entregar ao Governo da reacção o completo controlo e partidarização das Forças Armadas, necessário à concretização do seu plano de liquidação do regime democrático.

Esvaziando o Presidente da República dos seus principais poderes políticos e militares, destruído qualquer instrumento de fiscalização da constitucionalidade das leis, sujeitas as Forças Armadas aos desígnios partidários e golpistas do Governo reacçãoário (o dirigente do PS Jaime Gama vai ao ponto de propor que, além dos chefes do Estado Maior das Forças Armadas, seja o governo a nomear directamente os comandantes das regiões militares e até os comandantes das próprias unidades militares) a reacção aliada com Mário Soares tem o caminho aberto não só para uma política fascizante de liquidação acelerada das conquistas de Abril, como para novos avanços na desestabilização das instituições democráticas (incluindo a exigência de demissão do Presidente da República, eleito contra a sua vontade e contra o seu candidato, Soares Carneiro).

Aos comunistas, como a todos os democratas, coloca-se

hoje a importante tarefa de desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento sobre a verdadeira natureza e os verdadeiros objectivos do plano golpista que neste momento une a «AD» e Mário Soares e de alertar os trabalhadores, os democratas, os socialistas, todo o Povo português contra as gravíssimas consequências que advirão para o regime democrático da revisão golpista da Constituição.

Para por cobro à política anti-popular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD», para travar e derrotar o plano golpista em movimento, alternativa democrática, legítima e constitucional que ela comporta, é a demissão do governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo isento e a realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República. Nesse sentido, o desenvolvimento da luta de massas em todas as frentes e o desenvolvimento de um largo movimento em defesa da Constituição de Abril, contra a revisão golpista, pela demissão do governo «AD», pela acção comum e pela unidade de todos os democratas, são direcções fundamentais para a acção política nas próximas semanas.

O Governo da «AD» tem na forja legislação antidemocrática que visa, entre outros objectivos, retirar ao Poder Local muitas das suas principais competências (contrariamente à propalada e mentirosa defesa da regionalização), reduzir drasticamente o número de eleitos e retirar às autarquias locais (como vem fazendo nos últimos anos através do roubo de muitas dezenas de milhões de contos) os meios indispensáveis à resolução de muitos dos problemas mais candentes que afligem as populações. Também por isto e nesta perspectiva, a demissão do Governo «AD» surge como necessária para o progresso das

populações, para a defesa do Poder Local democrático e para a salvaguarda do carácter das eleições previstas para Dezembro.

A preparação das eleições para as autarquias locais assume desde já uma significativa importância política, que em nada é diminuída — bem pelo contrário — pela exigência da realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República, como o PCP reclama.

Como já foi recentemente tornado público, a APU apresentará no distrito do Porto listas em todas as freguesias e concelhos. Constituem direcções de trabalho: o alargamento unitário e a dinamização da APU, através de reuniões e da formação de comissões, o esforço para unir no trabalho e nas futuras listas da APU todos os homens e mulheres honrados, dispostos a lutar pela resolução dos problemas das populações e pelo progresso das suas terras, o balanço da actividade dos eleitos da APU e das outras forças políticas, o levantamento e a apreciação dos principais problemas de cada concelho e freguesia, a informação às populações que diminua os efeitos do silenciamento das posições e actividade dos eleitos da APU praticada pela generalidade dos órgãos de informação estatizados e a dinamização da actividade dos eleitos da APU e a sua ligação com a luta das populações em torno da resolução dos problemas locais.

A reunião permitiu também dar um balanço de outras tarefas e iniciativas que se colocam à organização do Partido nos próximos meses e considerar algumas questões relacionadas com o prosseguimento do reforço do PCP no distrito do Porto (a nível da sua organização, da difusão da sua imprensa e do trabalho de fundos).

ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO

Concelhia da Chamusca

● Grandes objectivos para o reforço do PCP

«Continuar os contactos com todos os militantes, aproveitando para a actualização dos ficheiros e para a regularização da quotização em atraso, manter reuniões regulares em todas as freguesias e locais do concelho, reestruturar as Comissões Locais de Ulme e Pinheiro Grande, estruturar os seguintes organismos já existentes: células da Persistente, Mulheres, Camponeses e trabalhadores da Câmara Municipal; criar a célula da fábrica de papel Santa Maria de Ulme» — estas algumas das decisões que constam do plano de acção para 1982, aprovado pelos 150 delegados à 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP da Chamusca, distrito de Santarém.

Trata-se de um concelho em que a agricultura é a actividade predominante, seguida em termos económicos da produção de madeira e cortiça. A pecuária tem uma expressão mais reduzida. A sua densidade demográfica é de 20 habitantes por quilómetro quadrado.

O PCP é a força política mais implantada e apoiada pela população, encontrando-se vários militantes comunistas em cargos de elevada responsabilidade, nomeadamente ao nível das autarquias: na Câmara e nas freguesias: Chamusca, Chouto, Pinheiro Grande, Ulme e Vale de Cavalos.

As questões de organização do Partido e as tarefas do momento para o seu reforço e melhor estruturação dominaram os trabalhos da Assembleia, na qual participou o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, director do «Avante!» e deputado pelo distrito de Santarém.

Um ponto de destaque desde já salientar-se: os objectivos da Assembleia foram atingidos, concretizando-se a orientação definida no Relatório de Actividades apresentado pela Comissão Concelhia cessante:

«Por si só, a realização desta 1.ª Assembleia de Organização Concelhia, não resolverá os problemas existentes a nível de organização mais val, certamente, permitir continuar o trabalho organizativo empreendido com a preparação desta Assembleia. Contribuirá, também, para uma maior sensibilização de todos os membros do Partido em relação aos problemas da organização, o ser hoje aqui eleita uma nova Comissão Concelhia que irá fazer todos os esforços para realizar dirigir a estruturação do Partido a nível deste concelho, de forma a podermos, mais eficazmente, desenvolver um trabalho de mobilização dos trabalhadores do concelho da Chamusca para a defesa e consolidação do regime democrático, a caminho do socialismo».

No Relatório salientam-se vários aspectos de interesse, designadamente sobre caracterização social e económica do concelho e sobre a vida da organização do Partido desde Abril de 1974 até ao presente, destacando-se as grandes batalhas eleitorais até agora realizadas. «Mas, para os comunistas, falar de presente é pouco. Há

que falar e principalmente há que preparar o futuro. Por isso, o plano de acção aprovado aponta metas importantes para o desenvolvimento do Partido nos tempos mais próximos:

● Estruturar a Comissão de Fundos de forma a podermos aumentar as receitas e diminuir as despesas;

Uma das tarefas que mobilizará neste ano de 1982 a organização do PCP na Chamusca é o recrutamento de 100 novos camaradas

● Estruturar a Comissão de melhoramentos do Centro de Trabalho de Chamusca de forma a prosseguirem as obras de melhoramento e ampliação do mesmo;

● Concretizar durante este ano a compra de terreno em Vale de Cavalos, para a construção do Centro de Trabalho;

● Promover a realização de cursos básicos para melhorar e aumentar o nível ideológico dos militantes do Partido;

● Recrutar até ao fim do ano, 100 novos militantes em

tudo o concelho, apontando para recrutamento, principalmente, de camponeses, mulheres e jovens;

● Aumentar para 200, o número de «Avantes» a vender no concelho, pois existem ainda muitas camaradas que o não compram;

● Aumentar a venda do Boletim de Organização «O Militante», para 50;

● Reactivar o Núcleo de Pioneiros da Chamusca, destacando para o efeito duas camaradas monitoras;

● Criação da Comissão do Partido para a frente das autarquias, de forma a coordenar a actividade dos eleitos e a melhorar o seu acompanhamento;

● Planear desde já o trabalho para as próximas eleições, a realizar ainda este ano, de

tórias da APU no concelho, nas próximas eleições. Ganhar as freguesias de Chouto e P. Grande, manter a maioria nas freguesias de V. de Cavalos e da Chamusca, conquistar a maioria absoluta na Câmara — são objectivos em perspectiva.

A 1.ª Assembleia da Organização realizou-se no União Montijo Chamusquense, tendo estado presentes cerca de 30 convidados. Os trabalhos decorreram numa atmosfera de interesse e fraternidade. Entre outras, foram apresentadas comunicações pelos difusores do «Avante!»/Secção de Imprensa, sobre autarquias, pela Comissão de Freguesia de Vale de Cavalos, pela célula dos camponeses, sobre fundos, trabalho sindical e mulheres.

Foram aprovadas duas importantes mocções: uma sobre os ramos do dique do Arripiado (os estragos originados pelas inundações de 1979 ainda não foram reparados) e outra sobre o Hospital Concelhia da Chamusca, na qual se reclama do Governo o envio de médicos e pessoal de enfermagem e se denuncia o corte escandaloso de 14 mil contos no orçamento da qual unidade hospitalar para este ano de 82.

A nova Comissão Concelhia do PCP é constituída por 23 elementos, dos quais três são mulheres. No final, Dias Lourenço falou sobre a situação política e social, tendo definido a «AD» como o inimigo principal do Povo português.

Um animado convívio no CT «fechou» com chave de ouro a importante realização dos comunistas da Chamusca.

Concelhia de Santarém

● A preparação está em marcha

Está marcada para 28 de Fevereiro a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Santarém. Salienta, a propósito, a Comissão Organizadora da Assembleia:

«A situação política e social que hoje se vive obriga a uma organização forte, bem estruturada e com uma estreita ligação às massas. Os problemas e as lutas dos trabalhadores e das populações exigem que o Partido esteja em condições de dar resposta a essas solicitações».

«Uma nova dinâmica no nosso trabalho» este o objectivo central a atingir pelos comunistas do laborioso concelho. A preparação e realização da 3.ª Assembleia levanta algumas tarefas de vulto, para o presente ano de que destacamos:

● Contactar todos os militantes;

● Estruturar os organismos existentes;

● Eleger secretariados de célula na SMS, F. Pública, Hospital, FMR, Câmara, CTT, RN, Oficinas, Construção Civil, Bancários, Empregados, Professores, e também secretariados nas Comissões de Bairro de Salvador e Cidade;

● Eleger Comissões de Freguesia e de Lugar em Alcanhões, Almoester, Atalaia, C. Charneca, Pernes, Póvoa de Isenta, S. Vicente do Paul, R. Alviela, V. Figueira, Ribeira de Santarém; melhorar o funcionamento da Comissão de Freguesia do Pombalinho e designar camaradas para pôr as organizações a funcionar em Romeira, A. Milharças, Amlais de Baixo, Moçaria e P. de Santarém;

● Melhorar o trabalho das comissões específicas de Fundos, Autarquias, Mulheres, Pioneiros e SIP. E criar as Comissões de

Trabalho Sindical, Camponês, Organização e Sede.

● Dar mais importância ao nosso trabalho nos sectores do ensino, Cooperativo, Juventude, Colectividades, Comerciantes e Industriais e também as C. Bairros de S. Domingos, Fontainhas, Alfange e Canaças;

● Aumentar as receitas do Partido particularmente na quotização e na venda do «Avante» e de «O Militante»;

● Recrutar novos camaradas a fim de atingir no concelho os 1200 militantes. Para isso era bom que todos os organismos marcassem metas;

● Trabalhar para a conclusão das obras no C. T. do Pombalinho, P. de Santarém e V. de Santarém e procurar abrir novos C. T. em Alcanhões e P. de Isenta;

● Começar a trabalhar na preparação das eleições para as autarquias em 1982.

Campanha de difusão do «Avante!» e de «O Militante»

Iniciou-se no distrito do Porto, por decisão da DORP, uma campanha de difusão do «Avante!» e de «O Militante», que durará até 15 de Abril próximo.

Depois de estabelecidas as metas das várias organizações que totalizarão a difusão de 6000 «Avantes» e 2800 «Militantes», há que fazer um acompanhamento e controlo regulares. Foi já estabelecido que o controlo da campanha será feito mensalmente na 3.ª quinta-feira de cada mês (dia de publicação simultânea do «Avante!» e do «Militante»).

Para a boa realização desta tarefa é importante a existência de camaradas responsáveis pela imprensa do Partido em todas as organizações.

A emulação entre as diversas organizações e difusores da imprensa do Partido será uma característica da campanha.

Assim, em cada mês, a organização classificada em primeiro lugar (determinado a partir da percentagem atingida das metas estabelecidas) receberá um galardão.

No final, o galardão pertencerá ao sector que registre uma média de resultados mais elevada.

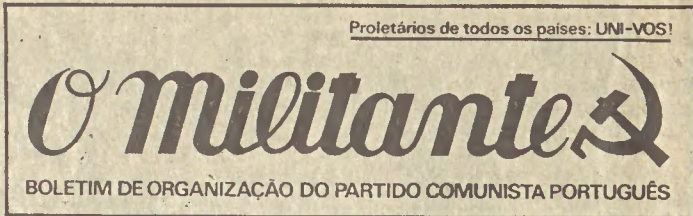
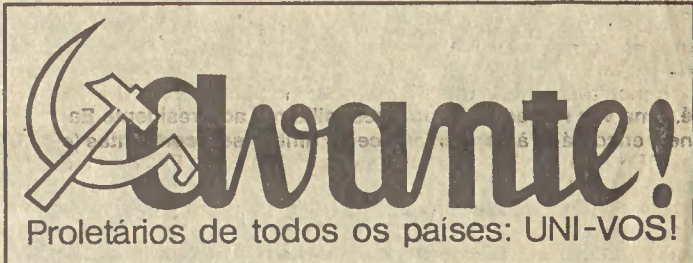
Também mensalmente haverá um quadro de honra a que pertencerão os maiores difusores de cada grande sector (concelhias de Gaia, Gondomar, Matosinhos, Maia, Valongo, Póvoa e V. do Conde, St.º Tirso, CLP, OIC, Comités dos Metalúrgicos e Grandes Serviços, Sectores Intelectual, Saúde e Serviços).

No final, a emulação individual será decidida pelo maior número de vezes que um difusor tenha pertencido ao quadro de honra mensal e em caso de empate

pela maior difusão total de imprensa.

O difusor que vencer, receberá uma miniatura do galardão

entregue à organização melhor classificada e um exemplar clandestino autêntico do «Avante!» e de «O Militante».



É o próprio Governo que o confirma Não se devem esperar medidas para o desenvolvimento desportivo!

«A acção do Governo AD no Desporto, desde há muito que é conhecida. No entanto, a presença do sr. secretário de Estado dr. Vaz Serra Moura no programa «Grande Encontro» de 27 de Dezembro de 1981, tornou mais claro para todos o desinteresse, a anarquia e a demagogia que marcam a política desportiva deste Governo», — salienta a Comissão para as Actividades Desportivas, Culturais e Recreativas da Organização Re-

gional de Lisboa (ORL) do PCP, em nota recentemente divulgada aos órgãos de Comunicação Social.

Detendo-se nalguns aspectos que comprovam a orientação demagógica do Executivo liderado por Balsemão no sector, o documento refere:

«Usando uma vez mais a RTP para divulgação da sua propaganda, o Governo, através do seu secretário, definiu como objectivos essenciais no campo desportivo, a aplicação do desporto para todos, acompanhado da sensibilização das autarquias para o problema, a impoção de técnicos da RFA e a legislação, no campo desportivo.

«Curiosamente e ao mesmo tempo, o porta-voz do Governo lembrava as reduções drásticas a que foi submetido o OGE, declarava a necessidade de estruturas monumentais para dinamizar o desporto escolar, sentenciava a impossibilidade do desporto de alta competição vingar em Portugal.

«Quer dizer, a AD afirmou claramente, através de um dos seus membros, que a Juventude, os desportistas, a população em geral, nada devem esperar deste Governo no campo desportivo.

«Não havendo verbas a nível do OGE, roubando milhões de contos às autarquias, esquecendo a criação de infraestruturas

Uma nova política

A actuação nefasta da «AD», concluiu o documento, «deve opor-se uma política que seja efectivamente de democratização da cultura física e do desporto», uma política para a qual os comunistas já apresentaram uma série de estudos e propostas tendo em vista a procura de soluções para as dificuldades com que se debate o sector (Encontro Nacional das Organizações do PCP, Lisboa, 3 e 4 de Março de 1979).

No documento que temos vindo a citar, apontam-se quatro linhas de acção, em alternativa à política destruidora da «AD»:

● Apolar e dinamizar as actividades desportivas no seio da Juventude, muito especialmente nas idades do ensino pré-público, primário, preparatório;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e desportivo da Juventude trabalhadora e estudantil;

● Desenvolver constante apoio aos clubes, colectivi-

dades, grupos desportivos, associações e federações desportivas, segundo critérios de justiça e igualdade;

● Estimular o movimento associativo e des

PCP

Em Alpiarça, 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP

Na manhã e tarde do passado domingo decorreu no recinto desportivo do clube "Os Águias de Alpiarça" a 3.ª Assembleia de Organização do PCP desta vila ribatejana. O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, assistiu a todos os trabalhos e proferiu no final um discurso que inserimos noutra local desta edição. Presentes 265 delegados eleitos ao longo dum trabalho preparatório que envolveu mais de sete centenas de militantes e a realização de 60 reuniões preparatórias. O relatório apresentado pela Comissão Concelhia cessante seria aprovado por maioria absoluta (duas abstenções) e aclamação, o mesmo acontecendo com a nova Comissão Concelhia (seis abstenções).

A nova Comissão Concelhia do PCP de Alpiarça é constituída por 30 camaradas (20% de mulheres) onde se encontram operários agrícolas e industriais em franca maioria (cerca de 50%) sobre os representantes de outros sectores de actividade (empregados, comerciantes, camponeses, intelectuais, motoristas, estudantes, regentes agrícolas). A idade média é de 37 anos, número que traduz apesar de tudo um "rejuvenescimento" em relação à idade média dos delegados presentes a

esta Assembleia, assente em valores nitidamente superiores e agravada pela escassez de presenças juvenis.

Todos os organismos do Partido no distrito de Santarém foram convidados a assistir a esta 3.ª Assembleia de Organização, estando presentes, nomeadamente, representações das comissões concelhias de Coruche e Benavente, da Câmara Municipal de Coruche (cuja comissão de Freguesia também se encontrava representada, tal como a de Couço) e

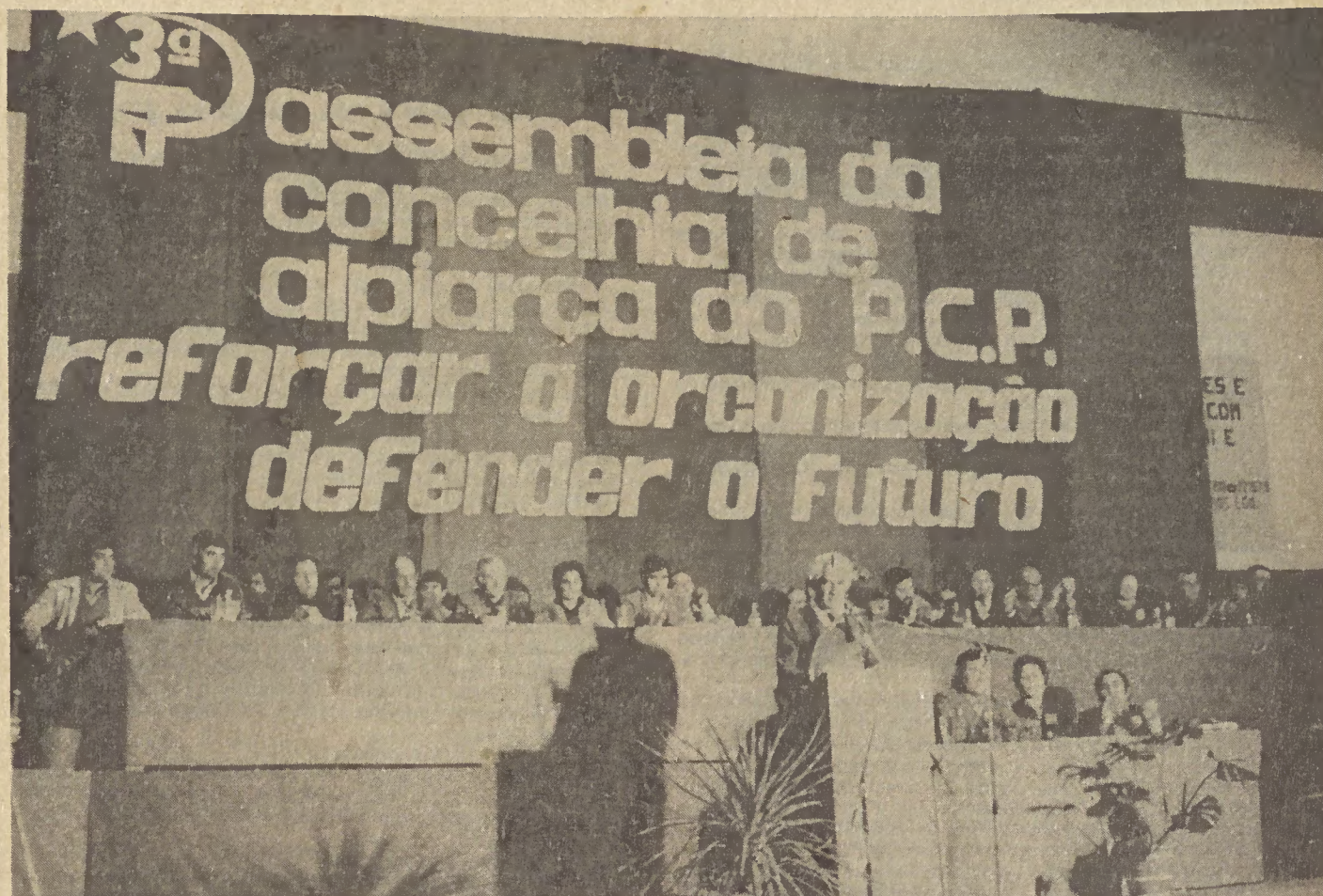
ainda da organização distrital da JCP. Outras organizações, que não puderam estar presentes, enviaram saudações, como foi o caso de Peniche.

O exercício do Poder Local em Alpiarça seria abundantemente referido e analisado nesta 3.ª Assembleia de Organização do PCP, como não podia deixar de acontecer num concelho de forte implantação comunista, onde a coligação APU conquistou a totalidade dos seus órgãos autárquicos. O trabalho realizado, as deficiências e dificuldades surgidas sobretudo com o boicote governamental à acção dos órgãos autárquicos (nomeadamente através de brutais e sucessivos cortes orçamentais), bem como os projectos e planos futuros da Câmara local, seriam apontados não apenas no Relatório da Comissão Concelhia cessante mas também através de algumas intervenções de delegados.

Outros pontos em destaque nos trabalhos seriam a Reforma Agrária e a organização cooperativa no concelho, duas reali-

dades socio-económicas de grande peso, emergidas e consolidadas com o 25 de Abril e também vítimas das investidas restauracionistas, agora agravadas por sucessivos governos "AD". Igualmente considerado o trabalho junto dos pequenos e médios agricultores/seareiros (predomina a pequena e média propriedade no concelho, com cerca de 20% dos proprietários possuindo parcelas de menos de 5 hectares, o que corresponde a cerca de 40% da terra arável).

Questões como o aumento do custo de vida, a cultura, recreio e desporto, a luta dos trabalhadores e da população em defesa de Abril, o panorama eleitoral do concelho e a necessidade de lutar por uma política democrática, seriam devidamente abordadas por esta 3.ª Assembleia de Organização, a qual dedicaria também e naturalmente particular atenção a problemas de Organização, nomeadamente o trabalho de direcção, a política de quadros, os fundos do Partido, a informação e propaganda e o trabalho ideológico.



Álvaro Cunhal: “É a derrota da ‘AD’ e o afastamento do poder da ‘AD’ contra-revolucionária que constitui o objectivo central e fundamental da acção política do PCP”

Camaradas:

Gostaria de começar a minha intervenção felicitando a organização e todos os militantes pela realização da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça do PCP.

Foi uma magnífica realização de uma forte organização do Partido com gloriosas tradições de luta que vêm do tempo do fascismo, organização profundamente enraizada na classe trabalhadora e nas massas populares e com tão sólida e larga influência que o povo do concelho está com o Partido como bem mostra o facto de que em sucessivas eleições em cada 100 eleitores mais de 60 votam no PCP e na APU.

No concelho de Alpiarça, Partido e povo estão tão intimamente ligados, que toda a vida do concelho, todas as actividades do concelho, são inseparáveis da actividade do Partido.

É por isso inteiramente justo, saudando a realização da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça do PCP, saudar também os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, as mulheres, os jovens e todo o povo do concelho pela realização da Assembleia, porque o Partido vive e luta com o povo e para o povo, e o povo luta com o Partido, no qual reconhece a sua experimentada vanguarda.

Direi ainda mais adiante algumas palavras sobre os trabalhos da Assembleia. Mas permito que aproveite a ocasião para falar de alguns aspectos essenciais da situação política actual.

A 3.ª Assembleia da Organização Concelhia realiza-se num momento em que se agudiza extraordinariamente a luta dos trabalhadores, do povo, dos democratas.

É um momento que exige uma definição muito rigorosa e clara de qual é o inimigo principal, de qual é a direcção e de quais são os objectivos fundamentais, de quais são os nossos aliados efectivos e potenciais, de quais são as nossas tarefas, de quais são as nossas forças e possibilidades, de quais são as perspectivas da luta que travamos.

A situação é muito complexa e difícil. Mas, como constantemente insistimos, a democracia é mais forte que a reacção e está ao alcance do Povo português derrotar a reacção, correr a «AD» do Poder, defender e prosseguir o regime democrático, sem nunca perder de vista que a democracia só poderá viver e progredir e os problemas do povo e do País só poderão ser inteiramente resolvidos, se a democracia evoluir, não no sentido da restauração do poder dos monopólios e latifundiários, mas rumo ao socialismo.

1

A «AD», o inimigo principal

A orientação política e toda a actividade do Partido Comunista Português apontam ao inimigo principal na situação política presente. O inimigo principal do povo, do País, do regime democrático, da independência nacional é a «AD», a aliança do PSD e do CDS, que actualmente detém o governo e dispõe de maioria de deputados na Assembleia da República.

A «AD» é o inimigo principal, porque é a «AD» que conduz a ofensiva contra os interesses vitais dos trabalhadores e das massas populares, estabelecendo tectos salariais, provocando a alta constante, geral e universal dos preços, agravando o custo de vida, liquidando regalias sociais, lançando novas vagas de despedimentos, tornando a saúde um serviço para os ricos, liquidando o direito efectivo dos trabalhadores à habitação, preparando um novo gravoso e fascizante pacote laboral, aumentando as discriminações profissionais e salariais das mulheres e dos jovens, reduzindo a uma situação de verdadeira miséria os reformados e deficientes, condenando à ruína os pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros, assim como os pequenos comerciantes e industriais, sacrificando o bem-estar de todo o povo aos interesses egoístas, à ganância, à exploração, do grande capital, dos grandes proprietários, dum clientela política reacçãoária de especuladores e parasitas.

A «AD» é o inimigo principal, porque é a «AD» que conduz a ofensiva ilegal, criminosa e destruidora contra as grandes conquistas democráticas da revolução portuguesa, designadamente o controlo de gestão pelos trabalhadores – que provou na revolução portuguesa que o processo produtivo e as actividades económicas não existem sem os trabalhadores, mas podem desenvolver-se e acabarão um dia por desenvolver-se sem os capitalistas, que nada fazem e para nada servem – as nacionalizações – realização histórica que pôs fim ao capitalismo monopolista e abriu novas e progressistas perspectivas à economia portuguesa – a reforma agrária – a mais bela conquista da revolução, que a «AD» quer destruir, mas que sobreviverá, retomará a ofensiva e será completamente realizada até que todos os latifúndios sejam finca, completa e definitivamente expropriados e a terra seja entregue a quem trabalha.

A «AD» é o inimigo principal, porque é a «AD» que, na sua tentativa de restaurar o poder económico dos monopólios e latifundiários, agrava todos os problemas económicos e financeiros, paralisa a produção, aumenta a um nível monstruoso os défices externos, o défice do Orçamento, as dívidas do Estado e conduz a economia portuguesa a um verdadeiro desastre.

A «AD» é o inimigo principal, porque é a «AD» que está restringindo os direitos e liberdades dos cidadãos, utilizando cada vez mais os métodos repressivos, atraindo polícia de choque e GNR contra os trabalhadores, monopolizando a televisão, a rádio e a maior parte da comunicação social para desinformar, mentir, caluniar, intoxicar a opinião pública, instaurando nas empresas um clima de perseguições e opressão, liquidando direitos sindicais e elementares, desprezando com um cinismo e hipocrisia próprias de fascistas os direitos humanos mais elementares.

A «AD» é o inimigo principal, porque é a «AD» que reintroduz nas escolas o obscurantismo, a ideologia fascista, os métodos administrativos reacçãoários, generaliza a divulgação de uma ideologia fascizante, medíocre e boçal, despreza os

verdadeiros valores da ciência, da técnica e da arte, que entretanto são fundamentais para a construção da sociedade democrática e o desenvolvimento geral do país.

A «AD» é o inimigo principal, porque a «AD» é a incompetência, é a incapacidade, é a ilegalidade, é o arbitrio, é a corrupção.

A «AD» é o inimigo principal, porque é a «AD» que está fazendo de Portugal um instrumento dócil e subserviente do imperialismo norte-americano, tornando Portugal um instrumento cego da política belicista e aventureirista da Administração Reagan, prejudicando e envenenando as relações com países socialistas, países progressistas, países africanos amigos, aprontando-se para permitir aos Estados Unidos a instalação de mísseis nucleares em território português, e pondo assim em causa a segurança, a tranquilidade e a vida dos portugueses e a própria existência de Portugal.

A «AD» é o inimigo principal, porque é a «AD» que está usurpando o poder democrático e, aproveitando abusivamente a revisão da Constituição, está conduzindo um processo subversivo e golpista cujo fim é a liquidação do regime democrático português e de todas as suas conquistas.

É na luta contra a «AD» que o PCP concentra energias. É para a luta contra a «AD» que o PCP mobiliza as massas populares. É a derrota da «AD» e o afastamento do Poder da «AD» contra-revolucionária que constitui o objectivo central e fundamental da acção política do PCP.

Não há portugueses que não veja que para o PCP a «AD» é o inimigo principal.

Porque vem então o dr. Mário Soares afirmar, proclamar, insistir, repetir, matraquear que «para o PCP o inimigo principal é o PS?»

Fá-lo para ocultar uma realidade capital da situação política actual: que o PCP é o grande partido que faz frente à «AD», à sua política, aos seus planos.

Fá-lo para ocultar uma outra realidade da situação política actual, uma realidade trágica e vergonhosa: a aliança e colaboracionismo do PS/Mário Soares com a «AD».

Nós criticamos o secretário-geral do PS precisamente porque ele transforma o seu partido (um partido democrático) num aliado efectivo, real, constante, precisamente do inimigo principal do povo, do País, do regime democrático, da Independência nacional – da «AD» de Pinto Balsemão e Freitas do Amaral.

Se nós criticamos tão severamente o secretário-geral do PS não é porque o PS seja para nós um inimigo. Não. Para nós, apesar das posições do seu secretário-geral, o PS é um partido democrático, é um aliado potencial na vasta frente democrática necessária para derrotar a reacção e defender a democracia.

E, a todo o momento, se o PS quiser com actos desmentir a sua aliança com a «AD» e quiser pôr à prova as nossas duas afirmações (que a «AD» é o inimigo principal e que estamos dispostos a unir-nos ao PS para derrotar a «AD») é muito fácil fazê-lo. É aprontar-se a lutar em conjunto com o PCP para derrotar a «AD», para correr com a «AD» do governo, para criar rapidamente condições para uma alternativa democrática.

Nós, pela nossa parte, estamos sempre prontos, em qualquer momento, a unirmos as nossas forças às de todos os outros democratas para que estes objectivos possam ser alcançados o mais rapidamente possível.

2

A revisão golpista e a aliança «AD»/Mário Soares

Parante a indignação que em todos os sectores democráticos, incluindo o PS, causa o acordo do PS/Mário Soares com a «AD», procura-se agora desmentir a existência de tal acordo e proclama-se que as acusações do PCP são infundadas e caluniosas. Mas não somos só nós que falamos desse acordo. Falam dele os homens da «AD». Falam os homens da ASDI. Fala a imprensa reacçãoária. E falam até dirigentes destacados do próprio PS.

E além das grandes diversidades de declarações nesse sentido as realidades valem mais que todos os desmentidos.

No fim de contas a aliança «AD»/Mário Soares para a revisão da Constituição, vem na linha das alianças de Mário Soares com os partidos da «AD» ao longo dos últimos anos. Aliança na contra-revolução legislativa (contra a reforma agrária, contra as nacionalizações, contra o controlo de gestão, etc.). Aliança no governo PS/CDS. Aliança PS/PPD/CDS no divisionismo sindical, na criação e actividades da central fantoche UGT. Aliança PS/PSD/CDS nas golpadas, sabotagens e boicotes nas autarquias de maioria PCP/APU.

Termo lógico destas alianças: acordo AD/PS Mário Soares para a revisão da Constituição.

A revisão da Constituição em si, nem é ilegal, nem é um mal. O nosso Partido também faz propostas concretas para a revisão. A questão é a de saber que revisão vai ser feita. O mal, o perigo, o perigo sério para a democracia, é que a revisão da Constituição seja feita (por acordo do PS com a «AD») não para defender, consolidar, melhorar o regime democrático, mas para destruí-lo.

Há quem para aí diga que o nosso Partido exagera acerca dos perigos da revisão feita pelo acordo «AD»/Mário Soares. Mas com toda a responsabilidade insistimos em que não exageramos um milímetro que seja acerca desses perigos.

Os maiores perigos no momento actual residem na transferência para o governo das competências militares que actualmente cabem ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução.

Não nos cansaremos de advertir o povo, todos os democratas e patriotas, de que o que está por detrás da passagem das competências militares do Presidente da República para o governo, não é (como dizem) o melhoramento do regime democrático, não é (como dizem) a subordinação das Forças

Armadas ao poder civil, mas um autêntico golpe de Estado.

A essência desse golpe de Estado é a governamentalização, partidarização e instrumentalização das Forças Armadas pela «AD», que, se conseguisse tal objectivo, restauraria uma hierarquia fascista ou fascizante, nomearia chefes de Estado-Maior, comandantes de regiões militares e comandantes de unidades, organizaria, regulamentaria e administraria as Forças Armadas e tornaria assim as Forças Armadas um instrumento da contra-revolução, da liquidação do regime democrático, da instauração duma nova ditadura.

Com inteiro sentido das suas responsabilidades o PCP insiste na necessidade de impedir um tal golpe de Estado que se prepara através da revisão da Constituição.

Só quem não queira ver, não percebe o objectivo directo e imediato destas alterações no que respeita ao actual Presidente da República.

É manifesto que o que a «AD» e Mário Soares têm em vista é, uma vez retirados os poderes militares ao Presidente Eanes, encostá-lo à parede ou acelar limitá-lo e cortar-lhes a «AD» pelo que conhece do carácter de Ramalho Eanes, sabe que isso seria impossível) ou demitir-se.

Este é um aspecto do golpe de Estado em preparação, que cada vez aparece com contornos mais nítidos. Demitido Eanes não haveria eleições legislativas, mas eleições presidenciais antecipadas, às quais Eanes não poderia concorrer.

O acordo da «AD» com Mário Soares consistiria no seguinte: Mário Soares conseguiria o apoio dos deputados do PS para em votação conjunta com os deputados da «AD» tirar ao Presidente e passar para o governo as competências militares; em troca a «AD» apoiaria a candidatura de Mário Soares para a Presidência da República.

Depois tudo se recontrariaria quanto aos poderes do Presidente e do governo e quanto a todos os aspectos da colaboração futura.

Podem vir dizer que um tal acordo e um tal esquema são invenção do PCP. Mas não somos só nós que o dizemos. É a própria informação e propaganda dos partidos da «AD». Em comentários políticos e até em caricaturas.

3

A candidatura à Presidência e a cenoura do «Expresso»

As grandes proclamações podem revelar grandes verdades. Mas uma simples caricatura pode revelá-las também.

Isto é a propósito de uma caricatura do secretário-geral do PS publicada no semanário «Expresso» de 14.11.81. Jornal que, como se sabe, pertence ao primeiro-ministro Pinto Balsemão.

Essa caricatura é além do mais um testemunho da forma despirimosa e mesmo insultuosa com os círculos afectos ao Primeiro-Ministro consideram a aliança e os acordos com o secretário-geral do PS.

Na caricatura, Mário Soares corre com patins nos pés. Mas como? A caricatura mostra Mário Soares com quatro patas e Pinto Balsemão a cavalo de Mário Soares. Isto por si é significativo. Mas ainda mais significativo é o facto de que Balsemão tem uma haste na mão e na ponta da haste está uma cenoura e a cenoura está à frente dos olhos e do rosto de Mário Soares e na cenoura está escrito «Presidência da República».

Eis como os caricaturistas do jornal do Primeiro-Ministro e presidente do PSD representam o papel do secretário-geral do PS e a aliança do secretário-geral do PS com o PSD e com o seu presidente e primeiro-ministro Pinto Balsemão.

Mário Soares marcha rapidamente (em patins) no colaboracionismo com a «AD» para tirar com a revisão constitucional as competências militares ao Presidente da República e entregar de facto à «AD» as Forças Armadas. E desliza rápido e lampeio (é o «Expresso» do Primeiro-Ministro que o diz) porque a «AD» lhe acena com um acordo para que Mário Soares seja o candidato da aliança PS-«AD» às eleições presidenciais de 1985. Cenoura de categoria!

Todos conhecemos a violência com que o dr. Mário Soares reage às críticas que o PCP faz à sua política de alianças com a direita. Mas não consta que tenha ido à RTP atacar o Primeiro-Ministro e o seu jornal o «Expresso» por assim minimizarem e ridicularizarem o seu papel na aliança do PS com a «AD».

Este esquema apresentado na caricatura não é tão absurdo como pode parecer. Não é só caricatura. Porque é do domínio público o engodo do secretário-geral do PS pela Presidência da República.

Com a sua aliança com a direita e a sua demagogia «democrata» Mário Soares pode pensar ser candidato com grandes condições de ganhar as futuras eleições presidenciais porque a sua aliança, o seu colaboracionismo e os seus compromissos com a «AD» e o seu anticomunismo visceral e primário lhe dariam os votos da direita e a sua qualidade de dirigente de um partido democrático, de um partido que diz ser de oposição e «a única alternativa democrática», lhe dariam os votos da esquerda.

Mas as coisas não são assim tão simples. E o cálculo está feito ao contrário. Porque se pode dizer que o facto de ser apesar de tudo secretário-geral dum partido democrático lhe retiraria muitos votos da direita e a sua aliança e colaboracionismo com a «AD» e o seu anticomunismo lhe retirariam os votos da esquerda.

De qualquer forma, depois de tudo quanto se tem passado, o dr. Mário Soares não poderá ser o candidato da democracia, o candidato da esquerda, o candidato do 25 de Abril.

Já para aí há quem propague que o secretário-geral do PS querará repetir em futuras eleições presidenciais a vitória de Mitterrand nas eleições francesas.

É mal pensado, mal dito e mal imaginado. Porque o secretário-geral do PS está em aliança com os partidos reacçãoários, com o governo de direita, enquanto que Mitterrand alcançou a vitória em seguimento de uma campanha contra os partidos reacçãoários, para afastar do Poder o governo de direita, campanha que

foi decisiva para a sua vitória. Porque o secretário-geral do PS é o chefe de fila da campanha contra o PCP, enquanto que Mitterrand aceitou a aliança (até a aliança governamental) com o PCF, que foi decisiva para a sua vitória.

Uma vez que se fala já em futuros candidatos à Presidência que fique desde já claro: os democratas portugueses querarão um candidato que defenda a democracia. E defender a democracia significa fundamentalmente combater (não só em palavras, mas nos actos) as forças reacçãoárias, exigir a demissão do seu governo, impedir o golpe subversivo que se prepara através da revisão da Constituição.

4

O anticomunismo e o reforço do PCP

Queriam os comparsas que todos os vergonhosos conluíus contra a democracia não passassem do segredo dos gabinetes ou das mesas de lautos almoços ou jantares.

Mas o nosso Partido não permitiu que tal acontecesse. E trouxe a verdade ao povo. E chama o povo à luta contra a reacção e em defesa da democracia. Por isso cai sobre o nosso Partido uma onda de furiosos ataques, mentiras e calúnias dos reacçãoários e daqueles que com eles se aliam.

A campanha anticomunista em que participam a uma todas as forças reacçãoárias e colaboracionistas, em que participam a «AD», os sectores da direita do PS e os grupos e grupelhos esquerdistas e em que são utilizados em massa todos os meios materiais e técnicos do informação e propaganda, atinge uma violência raras vezes vista em Portugal.

Não há sector ou aspecto da vida nacional onde não se multipliquem os ataques ao PCP. Não há acontecimento internacional que não sirva de pretexto a sórdidos ataques contra a URSS, contra os países socialistas, contra o PCP.

Os acontecimentos da Polónia provocam verdadeira histeria anticomunista, anti-soviética, anti-PCP. E de nós alegamos com essa histeria (em que a deformação, a mentira, a falsidade, a invenção, a calúnia, o insulto, a infâmia andam par a par). Essa histeria existe porque a contra-revolução na Polónia (em que o imperialismo e todas as forças reacçãoárias do mundo tinham grandes esperanças) foi contida e porque existem sérios motivos para considerar que o socialismo será defendido e, tendo em conta os sérios avisos e lições da crise, retomará o seu curso de emancipação, bem-estar e progresso social.

Os acontecimentos da Polónia deram pretexto à intensificação até ao paroxismo da campanha contra o nosso Partido. Mas tal campanha é uma constante e um elemento integrante da política das forças reacçãoárias. Ela, a presente campanha anticomunista, não é sintoma de segurança e força da reacção e mais, concretamente da «AD». A presente campanha anticomunista é sintoma de fraqueza, de insegurança, de medo da «AD», porque vê subir a indignação das massas, porque vê alargarse e atingir níveis mais elevados a resistência do povo e porque vê que o PCP desempenha um papel decisivo na luta popular e reforça dia a dia o seu prestígio, a sua influência e a sua capacidade de mobilização.

É lamentável que, nesta campanha de fascistas e reacçãoários, participe com voz que não se distingue das outras, o secretário-geral do PS.

É lamentável que, para responder a críticas feitas pelo PCP num comício (Pavilhão dos Desportos, 23.12.81), e do qual a RTP reproduziu apenas duas ou três afirmações incompletas, o secretário-geral do PS vá à RTP, pela mão benevolente do Preença, ser o porta-voz da reacção contra o PCP, falando em nome do pluralismo, mas utilizando largamente a televisão para combater um partido e seus dirigentes que não têm acesso a ela, e desempenhando com tal empenho a sua missão anticomunista que além dos entusiásticos elogios de toda a reacção um antigo deputado fascista se sentiu obrigado a apreciar que «difícilmente se diria mais e melhor».

Sua esposa vem justificar dizendo que «se a direita junta a voz à do PS» não é por isso que o PS deve deixar de fazer anticomunismo, atacando a Polónia e o PCP. Mas o facto, a verdade verdadeira, é que não é a direita que junta a voz à do PS, mas o secretário-geral do PS que junta a sua voz à da direita.

Mobilizando meios poderosos, desenvolvem a campanha anticomunista, atacam em massa o PCP.

Mas se cuidam assim separar o Partido das massas e as massas do Partido, quebrar a capacidade de intervenção do PCP na vida nacional, isolar o PCP do nosso povo e dos vastos sectores democráticos, iludem-se grosseiramente.

Quanto mais querem isolar o PCP, mais eles se isolam das massas.

Quanto mais atacam o PCP, mais o povo compreende o PCP e apola e luta ao seu lado.

5

As greves e lutas de massas acções constitucionais, legais e democráticas

O anticomunismo manifesta-se de forma primária e tipicamente fascista brandindo a «ameaça comunista», os «planos comunistas», o «golpe comunista» sempre que os trabalhadores usam firmemente as liberdades e direitos democráticos para defenderem os seus justos e legítimos interesses.

Contra as greves e outras lutas dos trabalhadores, designadamente em defesa da reforma agrária os partidos reacçãoários

PCP

desencadeiam uma verdadeira campanha de desinformação, div-
versão ideológica, e intoxicação da opinião pública.

Assim, por exemplo, o CDS veio proclamar que as greves nos
transportes «não têm qualquer fundamento laboral», «revelam
pura e evidente manipulação e instrumentalização política»,
numa acção dos «comunistas e estratégias da desestabilização
geral do País», e se inserem numa «escalada de subversão do
regime democrático».

O PSD veio proclamar que se trata de «uma escalada de
usurpação totalitária do Poder pelo Partido Comunista».

Os ministros mostram-se dignos dos partidos a que pertencem.

Viana Baptista, declarou por
exemplo (no Telemundo de 31 de Dezembro de 1981) que as
greves dos transportes não são acções reivindicativas, mas ac-
ções para «desorganizar toda a situação», para «perturbar a
ordem democrática», para «desestabilizar a ordem, a situação de
paz, a situação democrática».

E outro ministro proclamou que as greves não têm qualquer
razão de ser e que visam «a subversão das instituições».

A RTP, a RDP e a imprensa controlada pela «AD» repetem a
voz do seu dono.

«A Tarde», (5, 6 e 7/1/81) diz que as greves são «uma ameaça
à democracia», «uma manobra criminoso da intersindical-PCP»,
«uma ofensiva desesperada friamente concebida e levada a cabo
com o intuito de derubar o País, de lançá-lo no caos».

«O Dia» falava não há muito (referindo a greve dos têxteis) na
«intimidação e terror do PCP» e proclamava: «Droga e álcool
andam enlaçados no tecido humano dos grevistas». E o «Tempo»
acusava: «o sr. Álvaro Cunhal inaneja uma conspiração perma-
nente e clandestina».

E sem tirar nem pôr a linguagem do fascismo. Os trabalhadores
portugueses muitas vezes a ouviram nos 43 anos de ditadura. A
classe operária tem sólida consciência política e lembra-se bem
de como o direito à greve foi sempre contestado (até ao ponto de
o seu exercício ser considerado um crime) com fundamento em
que com a greve os trabalhadores não pretendem defender os
seus interesses, mas desorganizar a economia, provocar o caos,
preparar climas insurreccionais a mando do PCP.

No tempo do fascismo, grevistas eram presos, metidos em
massa em praças de touros, maltratados pela GNR e pela PIDE,
mobilizados civilmente com meios militares.

E entretanto — apesar do amordaçamento da voz da classe
operária, apesar da fascização dos sindicatos, apesar da proibição
das organizações de classe, apesar das intimidações, das perseguições
e da repressão — nunca o fascismo foi capaz de
impedir que os trabalhadores, para defenderem os seus legítimos
direitos, recorressem a esse direito sagrado que é a greve.

Na história do movimento operário no tempo do fascismo,
inscrevem-se, como altos momentos de luta e heroísmo, grandes
greves como as de 1931, 1942/1943, 1944, 1947, 1958, 1961/
1962 e muitas outras nos anos de crise final da ditadura fascista.
É uma evidência que, se o fascismo que liquidou as mais
elementares liberdades e os mais elementares direitos dos
trabalhadores não conseguiu impedir que os trabalhadores
recorressem à greve, tão pouco o conseguirá a «AD» no
Portugal de hoje, no Portugal saído do 25 de Abril, no Portugal
em que os trabalhadores têm (reconhecidos pela Constituição e
como parte integrante do regime democrático) um poderoso mo-
vimento sindical, outras poderosas organizações de classe, uma
imprensa própria e livre, liberdades democráticas essenciais, e
um grande partido de vanguarda, experimentado e temperado na
luta, com profundas raízes na classe operária e nas massas e
inteiramente dedicado à defesa dos interesses dos trabalhadores,
do povo, do País — o Partido Comunista Português.

Nós daqui saudamos calorosamente a classe operária e
todos os trabalhadores pela sua corajosa e massiva resistência
à política antioperária, antipovoal e antidemocrática do governo
«AD», pela suas magníficas lutas, pelas grandiosas greves que
têm realizado, e pela unidade que se manifesta na luta apesar de
todos os gigantesco esforços de divisão realizados pela coliga-
ção antioperária PS/PSD/CDS, mancomunados na central fan-
tôche UGT.

No seguimento de muitas ameaças e tentativas anteriores da
«AD», o ministro do Trabalho veio uma vez mais anunciar
que é urgente a revisão da lei da greve.

O governo anuncia desta forma novas violações da Consti-
tuição, novas violações da legalidade democrática. Mas que não
tenha quaisquer ilusões.

O direito à greve, assim como a liberdade de imprensa, a
liberdade de associação, de reunião, de manifestação, são
liberdades e direitos pelos quais lutou o Povo português
durante quase meio século de fascismo, liberdades e direitos
conquistados com a revolução de Abril e que os trabalha-
dores, o Povo português, saberão defender.

Os trabalhadores, assim como todo o povo, continuarão exer-
cendo as liberdades e direitos essenciais, queira ou não
queira o governo reacçãoário.

A este respeito gostaria de referir duas grandes iniciativas nos
tempos próximos.

A primeira é a Marcha da Paz no próximo dia 16.

Será uma grande demonstração em defesa da Paz, mas será
também inevitavelmente uma grande demonstração condenatória
da política do governo de submissão ao imperialismo norte-
americano e à sua política agressiva, belicista e aventureirista
que põe em perigo a Paz mundial.

Por uma razão e por outras fazemos apelo para uma partici-
pação em massa na Marcha da Paz.

Uma segunda grande iniciativa é a proposta do Conselho Geral
da CGTP, feita há dois dias de uma grande paralisação geral
no dia 12 do próximo mês de Fevereiro.

Consideramos oportuna e correspondente aos interesses e ao
sentir das massas uma tal iniciativa.

Os trabalhadores e as suas organizações começam desde já a
discutir esta proposta. Será sem dúvida precisado se, em definiti-
vo, fará uma paralisação de meio dia (como propõe o Conselho
Geral da Inter) ou de um dia inteiro, e, sendo de meio dia, será
melhor da parte da manhã ou da parte da tarde. Mas estamos
certos, os trabalhadores aprovarão entusiasticamente a proposta.
Estamos certos de que, com os ajustamentos necessários decididos
pelos trabalhadores, a jornada do dia 12 de Fevereiro será
um novo e importante passo para a demissão do governo
«AD», pela defesa dos interesses dos trabalhadores e da
democracia portuguesa.

As greves e outras lutas das massas são acções constitucionais,
legais, democráticas.

A luta continua. Continuarão as greves e paralisações
sempre que necessárias. Continuarão as manifestações.
Continuará a acção política e social no quadro legal que a
Constituição e o regime lhes garantem.

A luta continuará nas várias frentes. Na frente da luta política.
Na frente da luta social. Na frente da luta cultural. Na frente da
luta pela Paz.

A luta continua e acabará por vencer.

A luta de massas, na base de um alto nível de organização
e de uma forte unidade, é a arma mais poderosa dos trabalha-
dores e dos povos.

No quadro das instituições e da legalidade democrática, a
luta de massas continuará. E acabará por assegurar a defesa
efectiva dos interesses dos trabalhadores e do povo, do País,
do regime democrático, da independência e do progresso da
pátria.

6

«AD» para a rua, eleições gerais

Na situação política actual, ao povo, aos democratas e patrio-
tas portugueses colocam-se alguns objectivos centrais, funda-
mentais e decisivos: afastar a «AD» do Poder, impedir que se
concretize o golpe de Estado que a «AD» prepara através da
revisão constitucional, assegurar a defesa e a continuação do
regime democrático.

Em termos constitucionais, institucionais, legais, assim como
em termos políticos, de há muito tais objectivos correspondem a
uma necessidade vital e urgente, da legalidade, do funciona-
mento das instituições democráticas, da democracia portuguesa,
da independência nacional.

As medidas para alinhar tais objectivos são claras e evidentes.
É a demissão do governo. É a dissolução da Assembleia da
República. É a formação de um governo de gestão que assegure
a realização de eleições verdadeiramente democráticas. É a reali-
zação de eleições antecipadas para a Assembleia da República
através das quais o Povo português, pelo voto, encontre uma
saída à gravíssima crise económica, social e política que Portugal
atravessa em consequência da usurpação do poder democrático
por partidos reacçãoários que querem liquidá-lo.

Todas estas medidas são inteiramente constitucionais, legais,
institucionais. Só aqueles que não respeitam a Lei Fundamental
do País e as normas democráticas podem contestá-lo.

É e porque compreendem o perigo para eles da aplicação de
tais medidas, que os reacçãoários golpistas, invertendo as reali-
dades, procuram criar a ideia de que tais medidas (repetimos:
inteiramente constitucionais, legais e institucionais) é que consti-
tuem um golpe.

E começam já com ameaças.

Um comentador fascista, vem, por exemplo, lançar a atoarda
de que para demitir o Primeiro-Ministro e dissolver a Assembleia
da República é necessário «criar um estado de sítio» («Tempo»
30, 12, 81).

O que quer dizer este senhor?

Nem a Constituição, nem qualquer lei, indica tal necessidade. A
demissão do Primeiro-Ministro e a dissolução da Assembleia da
República são actos políticos, constitucionais, legais e normais.
São actos inteiramente pacíficos. Que quer dizer este senhor?
Que a «AD» resistirá? Que a «AD» se oporá a tais decisões? Que
a «AD» entrará com aberta rebelião?

É preciso que todos os democratas, que o Povo português
tenham consciência de que a «AD» está gravemente enfraque-
cida, de que tem uma base de apoio social, política e eleitoral
incomparavelmente menor do que há um ano e do que há 6
meses, de que não tem qualquer possibilidade de se opor
com o mínimo de êxito a tais decisões se elas forem to-
madas.

Há um número cada vez mais elevado de pessoas que enten-
dem, tal como nós, que é necessário demitir o governo «AD» e
que seria boa solução dissolver a Assembleia da República e
convocar eleições antecipadas.

Mas há grandes hesitações, manifesta subestimação dos per-
igos para a democracia e falta de determinação.

Alguns entendem que o governo deve ser demitido e a Assem-
bleia dissolvida, mas só depois da revisão da Constituição.
E isto faz lembrar uma história.

Nem país imaginário havia um homem poderoso. Tinha uma
grande casa. E como havia muitos ladrões, possuía uma espina-
rda para defender a casa e os bens. Mas, em certa altura, os
ladrões começaram a dizer que o tempo das ladrocinhas tinha
passado e que nunca mais haveria roubos. Depois disso bateram
à porta do homem poderoso e disseram-lhe assim: «Nunca mais
haverá roubos. A sua casa e os seus bens estão garantidos para
sempre e nós próprios nos comprometemos a garanti-los. Agora
já não precisa da espingarda para nada, o melhor é dar-nos a
espingarda e nós próprios para garantirmos que nunca mais
ninguém roubará». O homem poderoso hesitou, hesitou, porque
não confiava lá muito nos ladrões. Mas pensou assim: «O melhor
é dar-lhes a espingarda e se eles voltarem atrás com a sua
palavra, eu voltarei atrás com a minha». E deu-lhes a espingarda.

Mas logo que se viram com a espingarda nas mãos, os ladrões
apontaram-na ao homem poderoso, obrigaram-no a sair de casa
e roubaram-lhe os seus bens.

Esta história encerra uma lição e era bom que a tivessem
presente aqueles que admitem que as competências militares
passem do Presidente da República para o governo «AD».

O afastamento da «AD» do Poder (designadamente a de-
missão do governo e a dissolução da Assembleia da Repúbli-
ca) impõe-se, e é mais prontamente possível, pelo mal que
faz ao povo trabalhador, pela destruição que está fazendo
das conquistas democráticas, pela situação de descalabro
nacional a que conduziu a economia, pela violação da legali-
dade democrática, pelo plano subversivo e golpista que pro-
cura realizar.

E para que tais acontecimentos sejam efectivos e eficien-
tes da defesa do regime democrático devem ter lugar antes e
não depois da revisão constitucional.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

É necessário também que as eleições se realizem em con-
dições democráticas e isso torna indispensável que no governo
estejam, não partidos reacçãoários que não respeitem as normas
democráticas, não partidos reacçãoários que têm todo um pro-
jecto da transformação das eleições em mascaradas dignas dos
tempos da ditadura de Salazar e Caetano (nova lei do recense-
amento, nova lei da nacionalidade, nova lei eleitoral — com esclare-
cedora amostra no projecto de nova lei para as autarquias onde,
entre outras monstruosidades antidemocráticas, se generaliza o
voto por correspondência — nova lei dos partidos, etc.), mas
democratas firmemente dispostos a respeitar e a fazer res-
peitar a Constituição e as normas democráticas e a asse-
gurar assim que as eleições traduzam a real vontade política
do Povo português.

Em tais condições, estamos absolutamente certos de que a
«AD» sofrerá uma derrota estrondosa e que ficará aberto o
caminho para uma alternativa democrática.

dam à situação actual) estão em condições de assegurar, com
a derrota da «AD» nas eleições uma alternativa democrática,
a formação de um governo democrático.

Quando fazemos estas afirmações, logo nos objectam que é
uma ilusão defender tal possibilidade, porque Mário Soares já
mostrou não querer a aliança com o PCP e estar enterrado até às
pontas dos cabelos na aliança com a direita. Isto equivaleria a
dizer que se M. Soares não quiser não haverá alternativa demo-
crática para a situação actual. E a essa ideia capitulacionista,
nós contrapomos uma outra: que devemos lutar por uma alterna-
tiva democrática, com ou sem Mário Soares e que, se Mário
Soares quer contrariar uma alternativa democrática não será
ele que impedirá a alternativa democrática, mas a alternativa
democrática que acabará por ter lugar sem Mário Soares.

Essa possibilidade ficou já patente nas eleições presidenciais
de 7 de Dezembro. A «AD» que, tal como hoje, tinha governo e
maioria na Assembleia da República, contava com a vitória do
seu candidato. Mário Soares, roendo os compromissos do PS
com o candidato que propusera, general Ramalho Eanes, tudo
fez para a derrota de Eanes e, pela sua luta contra o apoio do PS
a Eanes, e pelos seus apoios indirectos a Soares Carneiro, fez
tudo quanto pôde para provocar a derrota de Eanes e facilitar em
consequência a vitória de Soares Carneiro.

E entretanto, contra a «AD», contra o governo «AD», contra a
maioria «AD» na Assembleia da República, contra Mário Soares
e a sua campanha, o candidato da reacção foi estrondosamente
derrotado, Ramalho Eanes foi eleito com os votos socialistas,
comunistas e de outros sectores democráticos. Com a derrota da
«AD» e de Mário Soares e com a vitória de Eanes, foi derrotado o
plano subversivo «AD»/1980 e, pelo menos temporariamente, foi
consolidada a democracia portuguesa.

Como o PCP sublinhou na altura, a derrota da «AD» e a vitória
da democracia em 7 de Dezembro revelou a existência de um
vastíssimo e maioritário campo social, político e eleitoral de
apoio potencial a uma alternativa democrática à política da
«AD».

Esse campo não se tem restringido, mas ampliado e fortalecido
desde as eleições presidenciais.

Existe uma esmagadora maioria de portugueses que não quer
que continue o governo «AD», que quer impedir o golpe de
Estado através da revisão da Constituição, que quer viver em
democracia, que quer uma solução democrática para os proble-
mas nacionais.

Os resultados das eleições presidenciais no concelho de Al-
piarça são um exemplo significativo deste facto.

Nas eleições para a Assembleia da República de 5 de Outubro
de 1980, o PCP/APU teve 3499 votos, o PS/FRS 762, a «AD»
1048.

Nas presidenciais, Soares Carneiro teve muito menos votos
que a «AD» nas eleições para a Assembleia da República e
Eanes teve mais votos do que a soma dos votos de comunistas e
socialistas.

A luta do povo, a actuação comum ou convergente de
todas essas forças (agora alargadas) que infringiram à «AD»
a esmagadora derrota de 7 de Dezembro, o funcionamento
das instituições, estão em condições de impor, no quadro
constitucional, legal e institucional, uma alternativa demo-
crática.

Os acontecimentos mostram, porém, qualquer coisa mais. Que
uma alternativa democrática não pode ter lugar sem o PCP,
sem a participação de forma adequada do PCP na vasta
aliança de forças capaz de assegurar a solução dos proble-
mas nacionais e o futuro democrático de Portugal.

O PCP é o único Partido inequivocamente fiel aos interesses
dos trabalhadores e do Povo português em geral, às conquistas
democráticas alcançadas com a revolução, ao regime democrá-
tico consagrado na Constituição da República.

O PS falhou na sua política da chamada recuperação capi-
talista. O PSD e o CDS falharam na sua política que prometeu
bem-estar, desenvolvimento e progresso e conduziu o País à
crise profunda em que se debate. Toda a evolução da situação
económica, social e política corresponde inteiramente às análi-
ses, às prevenções e às previsões do PCP.

O desenvolvimento económico, o bem-estar do povo, a
cultura, as liberdades, a democracia, a independência nacional
não se podem assegurar contra os trabalhadores, contra as
suas organizações de classe, contra o Partido Comunista
Português, que, na hora presente, é, no plano partidário, a
consciência, o braço e o coração do Portugal democrático
conquistado com a revolução de Abril.

Sem os trabalhadores e sem o PCP os problemas nacionais
não se podem resolver, antes constantemente se agravarão.

Sem os trabalhadores e sem o PCP, não há alternativa demo-
crática para a situação actual.

Mas com os trabalhadores e o PCP existe uma tal alterna-
tiva, a democracia pode ser salva e todos os grandes proble-
mas nacionais podem ser resolvidos.

8

A Assembleia de Alpiarça

A capacidade do Povo português derrotar a reacção e asse-
gurar a defesa e o prosseguimento do regime democrático de-
pende em larga medida da força e da actividade do nosso
Partido.

E a força e a actividade do nosso Partido à escala nacional
depende da força e da actividade de cada uma das suas organi-
zações.

Poder local

Vítimas do temporal à mercê da incapacidade da "AD"

Que fizeram os governantes da AD em favor das famílias que perderam o (miserável) lar e os seus parcos haveres em consequência dos últimos temporais? A pergunta, feita pelo Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) num comunicado em que nega ao Governo Idoneidade para fazer uma lei da família justa e humana, ocorreu certamente à esmagadora maioria do Povo português.

A ausência de uma resposta eficaz e atempada não deixou de surpreender, tanto mais que o infortúnio que atingiu tantas famílias ocorreu durante as principais férias do Primeiro-Ministro nos Pirineus (não sendo precisa muita imaginação para concluir que terá ali gasto diariamente o equivalente a muitos rendimentos familiares ou a muitos meses de pensão de reformados), motivo mais do que suficiente para azedar a melhor das compreensões quanto ao ministerial direito ao ócio.

E também porque é difícil entender como se podem tecer tantas loas aos direitos da família e ficar indiferente ao infortúnio que afectou tantas famílias.

Os mais crédulos poderão ter chegado a pensar que os governantes se tinham distraído com as festividades habituais do Natal e Fim de Ano. Que se tratava de um egoísmo passageiro de quem nunca conheceu o sabor amargo da miséria.

Mas Janeiro já vai a meio e o desinteresse permanece. Mais, declarações públicas e actos governamentais tornaram claro que para a classe dominante «valores mais altos se ale- vavam».

Pinto Balsemão chegou zangado de férias e declarou que não virá razões para se interromper. O ministro da Habitação, Viana Batista, recusou-se a receber o presidente da Câmara Municipal de Loures que pretendia informá-lo da situação criada no concelho após os temporais. Do ministro da Qualidade de Vida não se ouve sequer falar. Da reunião do conselho de ministros sempre tão profícua em decisões, nada transpirou de auxílio às vítimas do mau tempo ou sequer, como seria legítimo esperar, de qualquer reforço financeiro às autarquias onde a catástrofe mais se fez sentir.

Não há demagogia que resista a tamanho desinteresse.

Mas que é feito das vítimas? — perguntar-se-á. As únicas respostas possíveis não são certamente do agrado dos que des- viam a cara à miséria alheia, dos bem instalados na vida e adeptos da caridadezinha de outras eras.

As vítimas foram instaladas em precárias condições pelas autarquias que estão dispostas a impedir a todo o custo que o silêncio e o esquecimento caia sobre o assunto.

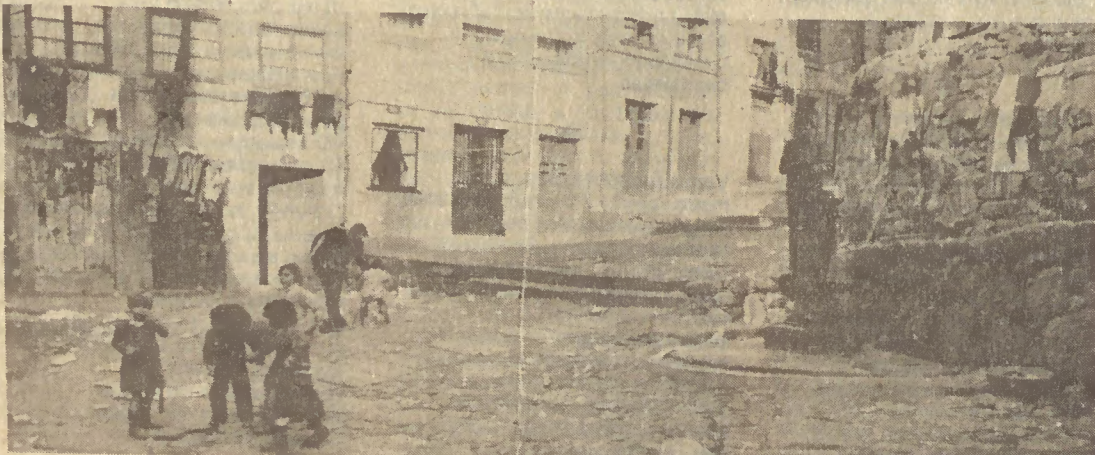
Pelas autarquias APU, que na medida do possível garantiram a sobrevivência imediata, juntando esforços para conquistar o futuro, o direito a uma vida digna.

O exemplo de Loures

A Câmara Municipal de Loures divulgou no fim-de-semana passada o ponto da situação do concelho. Cerca de 125 pessoas na maioria crianças, foram instaladas num Polivalente em Odi-

velas, com camas, colchões e roupas cedidas pela Escola Prática de Serviço de Material, de Sacavém. Em lojas de Famões, também em Odivelas, foram alojadas 12 famílias e mais três em instalações arranjadas pela Junta de Freguesia de Santa Iria de Azóia e quarenta famílias nos Bairros CAR em Camarate e Zambujal. O total de pessoas alojadas pelos órgãos autárquicos perfaz cerca de quatrocentas.

A estas há ainda a juntar mais 25 famílias em Frielas, seis em Camarate, dez dos Bairros do



Cochicho e Serra da Luz e seis da Mealhada, num total de cerca de 200 pessoas, que foram provisoriamente recolhidas por familiares e amigos.

Que solução será dada a esta situação? Quem se responsabiliza por garantir o direito à habitação das famílias vítimas do temporal?

A AD não parece preocupada. As exigências da Câmara Municipal de Loures, que ao abrigo do n.º 2, do Art.º 16.º da Lei 1/79 reivindicou do Governo a tomada de providências orçamentais necessárias à concessão de auxílio financeiro, não foi dada resposta.

E Loures não é caso isolado. As notícias que chegam do norte mostram bem que apenas os comunistas e, seus aliados procuram a todo o custo resolver problemas que — por inércia ainda existem, enquanto os outros vão passando a «batata quente» de mão em mão, com medo de responsabilizar o Governo AD.

A situação no Porto

Encontram-se hospedadas em diversas pensões da cidade cerca de 600 pessoas, moradores das freguesias de Sé e Miragaia, em virtude de terem ficado sem um tecto onde se pudessem acolher, como resultado dos temporais que fustigaram o porto nos últimos dias de 81. Vivendo já em condições brutais e desumanas viram as suas casas ruir ou ficar com tais danos que se tornou completamente impossível manterem-se no seu interior.

No passado fim-de-semana, deputados do Partido Comunista

na Assembleia da República, vereadores e deputados municipais da APU, eleitos da APU nas Juntas e Assembleia da Freguesia da Sé e Miragaia, acompanhados por técnicos, arquitectos e engenheiros, visitaram as zonas da Sé e Miragaia, onde mais se fizeram sentir os efeitos do temporal.

Tal visita ocorreu na sequência do trabalho que tem vindo a ser feito pelos eleitos da APU nos órgãos autárquicos, que se iniciou no próprio dia em que os trágicos acontecimentos se verificaram, e permitiu avaliar a dimensão da tragédia que caiu sobre a população e ajuizar da justa luta que os seus moradores encetaram.

Os executivos de maioria APU da Sé e de Miragaia em estreito contacto e com o apoio crescente das populações têm feito tudo o que está ao seu alcance para que sejam defendidos os

a tragédia e o sofrimento de largas centenas de pessoas, a pretexto de que desgraças há muitas e não se pode valer a tudo.

Procurando discutir no abstracto, generalizando, dizendo que o problema é grave por toda a cidade, afirmando que dando casas aos moradores vítimas dos temporais está a prejudicar outros moradores, a AD falsifica, mente, ilude. A AD procura virar moradores contra moradores procura esconder as suas responsabilidades nesta situação, procura evitar por todas as forças a discussão dos problemas concretos porque sabe que é justa a luta dos moradores e são justas as suas reivindicações. Não contribuem para a resolução dos problemas e dão objectivamente cobertura a esta manobra da AD todos quantos apoiem a teoria de que desgraças há muitas e não se pode valer a tudo.

Existem os terrenos da Quinta da Cocheia, aliada em Miragaia onde se podem construir muitas habitações sociais.

Existem os terrenos do Parque das Camélias, na Sé que a AD pretende utilizar como parque de camionagem como alternativa ao que estava previsto para o campo 24 de Agosto que a AD inviabilizou para dar lugar ao Hotel Sheraton contra o Plano Director.

Muitos outros exemplos poderiam ser dados de medidas concretas que permitiriam a resolução das situações de emergência que surgiram. E por isso retundemente falsa a afirmação de que não existem casas. O que não existe é vontade da AD em resolver os problemas.

O que existe é o prosseguimento de uma política habitacional de enfeudamento aos interesses dos grandes imobiliá-

Vai também neste sentido a agora aparente preocupação das Juntas de Freguesia AD que à pressa convocaram uma reunião com a Câmara, mas que

Deputados do PCP pelo círculo do Porto, vereadores e deputados municipais da APU, eleitos da APU nas Juntas e Assembleias de Freguesia da Sé e Miragaia, visitaram estas duas zonas, onde muito se fizeram sentir os efeitos do temporal.

se têm mantido completamente alheios aos problemas e às situações que surgiram.

O Partido Socialista ao alhear-se dos problemas concretos dos moradores, ao procurar induzir nestes a ideia de que a declaração do estado de emergência é a solução de tudo, está a desmobilizar os moradores, que sabe não ser possível concretizar no imediato, está a adiar a solução do problema, está a criar condições para que a AD prossiga nas suas tentativas de não dar satisfação às justas reivindicações dos moradores desalojados.

Existem alternativas

Em conferência de Imprensa realizada no final da visita o PCP reafirmou que existem alternativas que permitem resolver todas estas situações.

«Existem casas em número suficiente nos bairros camarários, mas que a AD se recusa a utilizar a pretexto de que elas se destinam a expropriações que

não se sabe quando serão feitas e que servirão para obras que não se sabe quando começarão, se é que algum dia começarão.

Existem no Bairro Bessa Leite 328 casas que em breve estarão prontas e que a AD se nega a considerar porque pretende vendê-la para conseguir o dinheiro que o seu governo lhe roubou ao não aplicar integralmente a Lei das Finanças Locais, lesando assim o porto em 719 829 contos. E chegarão 1/3 das casas para que todos estes problemas fossem resolvidos.

Existem o prédio da Calçada das Virtudes, em Miragaia que dava para 12 famílias, mas que a AD tem mantido ao abandono sem concluir as obras já iniciadas.

Existem o prédio da Cozinha Real do Fado, também em Miragaia, que reconstruído daria para mais de uma dezena de famílias.

Existem os terrenos da Quinta da Cocheia, aliada em Miragaia onde se podem construir muitas habitações sociais.

Existem os terrenos do Parque das Camélias, na Sé que a AD pretende utilizar como parque de camionagem como alternativa ao que estava previsto para o campo 24 de Agosto que a AD inviabilizou para dar lugar ao Hotel Sheraton contra o Plano Director.

Muitos outros exemplos poderiam ser dados de medidas concretas que permitiriam a resolução das situações de emergência que surgiram. E por isso retundemente falsa a afirmação de que não existem casas. O que não existe é vontade da AD em resolver os problemas.

O que existe é o prosseguimento de uma política habitacional de enfeudamento aos interesses dos grandes imobiliá-

rios e desprezo pelos problemas da população carentiada da cidade.

As responsabilidades do Governo

As situações dramáticas agora surgidas são consequência directa do parque habitacional extremamente degradado da cidade do Porto e que tem as suas raízes no regime fascista e na política prosseguida pelas gestões que têm estado à frente do nosso município. Herdando uma cidade onde mais de 60 000 pessoas vivem em condições infra-humanas, onde existem mais de 1000 casas em ruína e mais de 5000 «casas» de ilhas, não tem havido por parte das sucessivas Câmaras e dos Governos medidas capazes de fazer frente e de iniciar a recuperação do parque habitacional da nossa cidade.

A APU tem vindo sucessivamente a denunciar a incapacidade de que tem dado mostra aqueles que têm estado à frente

dos destinos do Porto e simultaneamente tem apresentado propostas que permitiriam sair do marasmo que se vive. Mas tudo o que contribuía para a superação destas carências tem sido sistematicamente hostilizado e boicotado.

A recuperação da zona histórica da cidade e a actuação da CRUAR encontram-se completamente paralisada por falta de verbas e não foram tomadas medidas para o reactivar como a APU preconizou no Encontro sobre a Ribeira-Barredo que promoveu.

Os processos de construção das Associações de Moradores e das Cooperativas de Habitação Económica estão praticamente parados por falta de financiamento, expropriações, infraestruturas, de apoio técnico, numa acção concertada da Câmara e do Governo.

A promoção de habitações sociais por parte da Câmara não se fez e a AD no seu plano de actividades passa por cima deste problema e ainda se propõe vender as poucas habitações sociais que irão ser acabadas do Bairro Bessa Leite. Paralelamente o Governo deu uma «machadada» no Fundo de Fomento da Habitação sem que apresente qualquer alternativa.

Os terrenos municipais onde era possível construir são leiloados pela câmara e colocados ao dispor dos grandes construtores e retirados às associações de moradores e às cooperativas quando nalguns casos já lhes estavam cedidos.

Os financiamentos são cortados pelo Governo, as taxas de juro elevadas a valores incontroláveis, o recurso ao crédito praticamente inviabilizado. O Governo «AD» e a Câmara «AD» estão unidos na mesma política de degradação regressiva das condições de vida do povo.

PCP propõe plano de emergência

Na sequência desta visita os deputados do Partido Comunista Português eleitos pelo círculo do Porto irão levantar na Assembleia da República o problema da necessidade de um plano de emergência para a cidade do Porto, com 4 objectivos fundamentais, que contribuía de uma forma eficaz e imediata para a resolução das carências habitacionais na cidade.

Mantendo-se por parte do Governo o desrespeito pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais que se traduz no desvio de 719 829 a que o Porto tinha direito, dotação de uma verba extraordinária que permita recorrer às situações criadas com os temporais.

Reactivação imediata do CRUAR dotando-o de meios financeiros e resolvendo o problema dos seus trabalhadores.

Dotação, a persistir-se na não aplicação da Lei das Finanças Locais, de uma verba ao concelho do Porto, o mais degradado da Europa, que lhe permita estabelecer um plano de construções sociais a curto e médio prazo.

Imediato financiamento e reactivação de todos os processos relativos às Associações de Moradores e Cooperativas de Habitação Económica com processos construtivos.

Porque a verdade é que a lista apresentada pela APU, amplamente unitária, onde o peso dos independentes é significativo, constitui a alternativa válida à situação degradante em que a freguesia tem vivido sob o domínio da direita.

As provas dadas pelos candidatos do Povo Unido, alguns com importante experiência de gestão autárquica, são sem dúvida a melhor garantia dada ao eleitorado da sua vontade, disposição e capacidade para lutar pelo progresso de Fiães.

St.º Ildefonso — o voto na APU será honrado

A última Junta de Freguesia de St.º Ildefonso, totalmente composta pela AD, caiu totalmente dividida e desacreditada, não obstante o apoio que sempre lhe foi dado pela maioria AD na Assembleia de Freguesia.

Os escândalos, a corrupção, a degradação, a inoperância que durante dois anos semearam naquela freguesia do Porto são hoje um pesadelo que a população pretende ver terminar. Mas não esquecer, para que o erro se não repita.

A alternativa é a APU e poucos duvidarão disso.

Apresentar o nosso programa de acção e de trabalho estamos a pensar principalmente no futuro, com o espírito construtivo de fazer o nosso melhor e de dar tudo por todo pelo desenvolvimento da freguesia e melhoria das condições de vida dos moradores — lê-se no programa de acção e de trabalho dos candidatos da APU às eleições para a Assembleia de Freguesia de St.º Ildefonso, no próximo dia 31 de Janeiro.

Um programa em que é nota

É anticonstitucional o projecto-lei sobre eleições autárquicas

1. Foi tomado público e vai ser apresentado à Assembleia da República pelo Governo, um diploma sobre as eleições autárquicas. Trata-se de um projecto de lei cuja gravidade, objectivos e significado ultrapassem largamente o quadro das eleições autárquicas a cuja regulamentação pretensamente se destina.

2. O projecto de lei em causa (que alteraria a lei reguladora de todas as eleições autárquicas) pretende estabelecer disposições quanto ao voto por correspondência, à propaganda eleitoral e a inelegibilidades que, a serem aprovadas e aplicadas, abririam completamente as portas à «batota» e à mascarada eleitoral, dignas dos tempos do fascismo.

O voto por correspondência é generalizado, estabelecendo-se uma pormenorizada mecânica visando a sua utilização em grande escala como instrumento de manipulação e de falsificação do voto de centenas de milhares de eleitores. São criadas numerosas disposições limitativas das liberdades da afixação de cartazes, de panos e inscrições murais durante a campanha. Estabelecem-se normas sobre símbolos de coligações com o único objectivo de obrigar a Aliança Povo Unido (APU) a alterar o seu símbolo que se tornou conhecido da generalidade dos portugueses. Impõem-se inelegibilidades aos membros de órgãos autárquicos onde se tenha de recorrer a eleições intercalares, com o evidente objectivo de impedir a reelectura de eleitos para os órgãos autárquicos que se tenham prestado pela sua acção nos respectivos órgãos.

Trata-se de um projecto anticonstitucional e anticonstitucional.

3. Pela sua gravidade e pelos seus objectivos, este projecto do Governo AD/Balsemão encerra um significado mais vasto que se impõe denunciar e combater. Este projecto bem como outras iniciativas legislativas aprovadas

ou anunciadas (nova lei da nacionalidade, nova lei do recenseamento, etc.) demonstram que o Governo AD/Balsemão não está em condições de organizar qualquer acto eleitoral em condições de seriedade democrática. Demonstram igualmente que o Governo procura criar condições para, utilizando métodos antidemocráticos, se eternizar no poder, mesmo que muitas centenas de milhares de portugueses deixem de dar o seu voto aos partidos da «AD», como certamente acontecerá em próximas eleições.

4. Desmentindo aqueles que apontam demagogicamente a perspectiva da demissão do Governo e da derrota da AD só para depois de concluída a revisão constitucional, o presente projecto de lei representa uma nova comprovação de que, pelo contrário, a AD aposta exactamente na revisão da Constituição (nos termos em que a pretende efectuar em cumplicidade com o PS/Mário Soares) para criar condições para impor legislação que destrua o carácter democrático das eleições e do regime.

5. A falsificação e a manipulação dos actos eleitorais inserem-se num plano mais vasto e global das forças reacionárias para a destruição do regime democrático que se desenvolve aceleradamente a pretexto da Revisão da Constituição. Este projecto subversivo abertamente assumido pelo próprio Governo e pelos partidos que o integram, coloca-o fora da legalidade democrática e é mais um motivo para exigir a sua pronta e imediata demissão.

É em nome desta reivindicação central que se impõe a urgente unidade de acção de todos os portugueses democratas, empenhados em defender e consolidar o regime democrático e constitucional.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Continua o boicote à Câmara de Loures

O concelho de Loures continuava no início da semana sem Plano de Actividades e Orçamento para o corrente ano, «gracias» ao boicote desencadeado (melhor seria dizer prosseguido) pelos vereadores eleitos do PS e AD, decididamente apostados em manter um clima de confronto e obstrução sistemática à gestão APU.

Os importantes documentos, indispensáveis para o funcionamento autárquico, esperam desde 11 de Dezembro que os vereadores do PS e da APU lhes dediquem a sua atenção. Só que aqueles vereadores parecem mais interessados em faltar às reuniões propostas por eles próprios, ou em fazer «declarações» para as actas e em seguida abandonar as reuniões, impedindo-as de continuar por falta de quorum.

Mesmo quando se dignam dispensar o privilégio da sua presença nos órgãos para que foram eleitos e não assumiram responsabilidades, como aconteceu segunda-feira passada, os vereadores do PS e da AD preferem arrastar a discussão de assuntos sem dúvida importantes mas não prioritários, debandando em seguida para outras paragens certamente mais confortáveis.

Na mesa, à espera da sua atenção, ficam os documentos indispensáveis à gestão municipal. Boicote? Que ideia! Obstrução à APU? Nem pensar! E tudo má língua, claro...

Água em Castelo Branco

O abastecimento de água a Castelo Branco, que durante mais de um ano dispôs apenas de três horas diárias do precioso líquido do fornecimento domiciliado, poderá vir a ser resolvido com a construção da Barragem da Marateca, cujas obras se devem iniciar ainda no primeiro semestre deste ano.

A Barragem da Marateca, integrada num programa de aproveitamento hidroagrícola das bacias do Zêzere, Sor, Coa e Tejo, servirá igualmente o concelho de Vila Velha de Ródão, garantindo juntamente com a Barragem do Pisco o fornecimento dos dois concelhos até ao ano 2000.

De acordo com os técnicos a barragem da Marateca, que poderá armazenar trinta e sete milhões de metros cúbicos de água, deverá estar pronta em 1985.

Aumentos adiados em Coimbra

A Câmara Municipal de Coimbra pretende aumentar pela segunda vez em menos de um ano os preços da água e dos transportes no concelho.

Para ser mais preciso, recorda-se que os transportes de Coimbra foram aumentados ainda não há cerca de seis meses. Como era de se esperar, a indignação popular contra os desígnios da autarquia não tardou a manifestar-se. De tal modo que a Assembleia Municipal, reunida na passada quinta-feira, decidiu adiar a discussão do problema para amanhã, dia 15.

Segundo a proposta do executivo, os aumentos para os transportes oscilariam, no caso dos passes, entre os vinte escudos e os cinquenta escudos; nos bilhetes pré-comprados entre um escudo e três escudos e nos bilhetes simples entre dois escudos e cinquenta e cinco escudos. Na água o aumento proposto por metro cúbico oscila entre dois e seis escudos.

Contra semelhante proposta manifestou-se já o PCP, que em comunicado da respectiva comissão concelhia fez notar que os aumentos não passam de recursos a que lançam mão os gestores municipais eleitos pela AD para cobrir uma gestão deficiente dos serviços municipalizados.

Com efeito, a edilidade justifica os aumentos com a necessidade de reestruturação e saneamento económico dos respectivos Serviços Municipalizados. Só que a justificação é sempre a mesma, sem que até ao momento se tivesse tomado qualquer medida para resolver a grave situação em que aqueles Serviços se encontram.

Como refere o documento do PCP, o desejo de novos aumentos revela a incapacidade da AD de resolver os problemas sem ser à custa da população. Porque a verdade é que o município nada fez pela definição legal de uma política de transportes que consagre soluções de compensação aos municípios que exploram os transportes públicos, antes de mais olhando as provas dadas. Mais que as palavras, contam as pessoas, o seu passado e o seu presente, a sua vida, a sua obra, o seu trabalho.

Fernando Adelino Ribeiro é o cabeça de lista da APU para St.º Ildefonso. Ninguém terá dúvidas da sua dedicação à freguesia: foi presidente da Comissão Administrativa da Junta após o 25 de Abril e até hoje tem feito parte da Junta ou Assembleia de Freguesia, sempre destacado e activo na defesa dos interesses dos moradores. De qualquer outro candidato da APU se pode dizer o mesmo.

Como eles próprios afirmam — Estamos dispostos a servir os moradores e a freguesia. O voto que nos for dado será honrado.

Realiza-se no próximo dia 24 de Janeiro, domingo, na Casa do Campino em Santarém, um Encontro Distrital de Quadros do PCP sobre Autarquias Locais.

O Encontro, com início às 10 horas, tem como principais objectivos fazer o trabalho desenvolvido pelos leitores comunistas e seus aliados nas autarquias do distrito de Santarém e definir os objectivos a alcançar nas próximas eleições autárquicas de 1982.

Será ainda analisado o não cumprimento da Lei de Finanças Locais e os prejuízos que daí advêm para as populações e para o desenvolvimento do distrito. Os trabalhos do Encontro contarão com a participação do camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

A "AD" em queda livre

• Eleições em St.º Ildefonso, Fiães e Alcaide

A AD perde terreno no seu próprio terreno. Nas zonas onde tradicionalmente, por condições muito objectivas, detém maior influência — norte e centro do país — a gestão da AD a nível local não resiste ao natural desgaste da experiência diária. A prová-lo ali estão, umas atrás das outras, as quedas de autarquias de direita, mesmo as de maioria absoluta AD, atoladas em contradições, corrupções e compadrios de toda a ordem.

Das mais importantes respigamos três, com eleições à porta: Fiães, no concelho de Vila da Feira; Alcaide, no concelho do Fundão e St.º Ildefonso, no Porto.

Daquelas três freguesias apenas a de Alcaide não tem ainda eleições marcadas, dado que a demissão ocorreu no final de Dezembro. Espera-se no entanto, no cumprimento da lei, que o presidente do município do Fundão marque o novo acto eleitoral no prazo de trinta dias, ou seja, durante todo o mês. As outras duas têm as eleições intercalares marcadas para 31 de Janeiro.

AD derruba AD em Alcaide

O caso mais curioso é talvez o da Freguesia de Alcaide onde apenas um dos cinco eleitos da AD na Assembleia de Freguesia não se demitiu, após as persistentes denúncias públicas feitas pela APU das ilegalidades cometidas pelo presidente da Junta, eleito da AD evidentemente.

Os apelos da APU, que dispunha de quatro eleitos na Assembleia de Freguesia, para uma efectiva acção fiscalizadora da acção do executivo sobre o qual recaíam graves suspeitas de irregularidades, foram atendidos pela primeira vez quando os eleitos da AD no órgão deliberativo decidiram rejeitar as contas da Junta e solicitar ao governador civil um inquérito à forma como foram movimentados os dinheiros públicos de Alcaide.

Como já vem sendo hábito da generalidade dos governadores civis afectos à AD, o pedido de inquérito ficou sem resposta. O que certamente a AD não esperava é que os seus próprios eleitos estivessem pouco dis-

postos a dar cobertura ao presidente da Junta e a aceitar passivamente que as «altas esferas» ignorassem um legítimo pedido de fiscalização.

Como diz a sabedoria popular «quem não deve não teme». Logo, se alguém «teme» lá terá as suas razões...

Os argumentos dos eleitos da APU não cairam em saco roto. A decisão de pedir a renúncia do mandato foi quase colectiva (apenas uma excepção) e o processo deu entrada na Câmara do Fundão em 28 de Dezembro último. Dissolvida a Assembleia de Freguesia caiu a Junta, restando ao respectivo presidente o implícito apoio do governador civil de Castelo Branco (AD) e as suspeitas que a sua realização do inquérito só aprofundaram.

A realização de eleições intercalares é inevitável. Compreende-se no entanto que tal ideia não agrade à direita. É que nas eleições de 1979 a AD ganhou por uma unha negra, como se costuma dizer. A APU recebeu apenas menos quarenta e oito votos que a AD.

Novas eleições, pesando agora os resultados da experiên-

cia frustrada da direita e a acção esclarecedora, dinâmica e empenhada dos eleitos do Povo Unido, só podem representar mais um desaire para a AD.

Fiães numa roda viva

Três presidentes de Junta de Freguesia em dois anos, sendo o último o quinto elemento da lista PSD nas eleições de 1979, é muita confusão e instabilidade para qualquer autarquia.

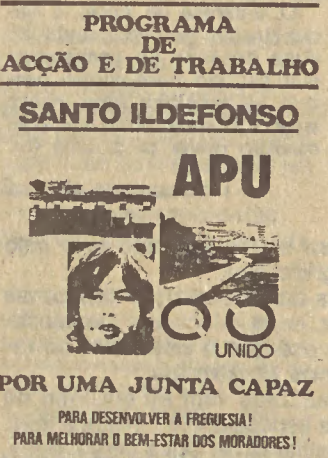
Fiães, no concelho de Vila da Feira, não tem mais paciência que o normal e ao fim de semelhante manifestação de incapacidade da força maioritária cortou-se o mal pela raiz, estando-se agora em vésperas de eleições intercalares.

Pondo um pouco de ordem na confusão gerada pela direita, refira-se que naquela freguesia as eleições de 1979 foram ganhas pelo PSD que elegeu cinco elementos para a Assembleia de Freguesia, seguido de muito perto pelo PS e pela APU, ambos com quatro representantes no órgão deliberativo. Na Junta, de presidência PSD, se alguma coisa se destacou foi a mediocridade. O primeiro presidente demitiu-se dois meses depois de eleito; como o segundo membro da lista de direita já tinha perdido o mandato por faltas segue-se no cargo o terceiro elemento, que acaba também por perder o mandato por faltas à Assembleia Municipal. O quarto da lista não aceita e é assim que o quinto membro da lista chega a terceiro presidente da Junta.

Para vir a ser demitido, com a queda da autarquia, quando os eleitos do PS primeiro e os da APU em seguida retiraram o quorum à Assembleia de Freguesia.

Para melhor entendimento da situação esclareça-se ainda que apenas formalmente se fala de

lista do PSD. O último presidente da Junta, hoje presidente da Comissão Administrativa, é também candidato às eleições intercalares pelo CDS, partido que aparece desta vez em substituição do PSD, numa manobra



clara de fazer crer que alguma coisa mudou, quando tudo fica na mesma.

As eleições do próximo dia 31 concorrerão pois três listas: CDS, PS e APU. Quanto à primeira pouco há a acrescentar. Como diz a velha quadra popular, «mudam das moscas mas...» o resto não varia. Quanto à lista PS, com cujos elementos a nível local os membros da APU têm mantido um bom entendimento democrático, há a lamentar a falta de iniciativa e a excessiva partidização que impediu a concretização de uma aliança pontual com o Povo Unido. A possibilidade de uma lista conjunta proposta pela APU não foi aceite, na obstante as vantagens que daí certamente adviriam para a população de Fiães.

Política nacional

A situação na Polónia

vista de Portugal

Algumas notas soltas sobre o que se ouve e diz acerca da crise polaca

Passado um mês sobre a instauração do estado de sítio na Polónia e o novo rumo assumido desde então naquele país, e tendo em conta o muito que se tem dito e escrito entre nós a tal respeito, talvez seja útil fazer algumas reflexões sobre a situação na Polónia vista de Portugal. Não em termos de análise exaustiva mas através de algumas notas soltas, simples e talvez óbvias — o que, se é certo ter a desvantagem de parecer (e ser) mais superficial, tem em contrapartida a virtude de poder ser mais vivo e interessante. Objectivo este que, para mal dos pecados deles, nem sempre é alcançado por certos «analistas» de certa imprensa, cuja ignorância dos factos e arrogância pseudo-ideológica só são igualadas pela tremenda chateação das suas láparas prosas.

De forma hoje bem evidente para todos, os acontecimentos na Polónia têm sido no nosso país não um objecto de análise mas o simples pretexto para manobras de diversão (é preciso distrair as pessoas da governação AD...) e para uma intensa campanha anticomunista e anti-soviética, dirigida pela direita reacçãoária e tirando partido de todos os meios ao seu alcance, nomeadamente a comunicação social que está nas suas mãos ou que ilegalmente domina (caso flagrante da RTP). De tais bandas, verdade se diga que não seria de esperar outra coisa. Mas com a direita outros têm feito coro, cujas motivações profundas seria interessante conhecer melhor. Há, é evidente, o caso de certos democratas sempre à espreita da mais pequena oportunidade para justificar-se perante os outros (e talvez também perante si próprios) as suas posições hesitantes em relação à cooperação com os comunistas, ou mesmo, em alguns casos, a sua conciliação com a direita. Mas há também os que, não sendo comunistas nem anticomunistas, vivem ainda, quase oito anos depois de Abril, na permanente preocupação de «marcarem distâncias» em relação ao PCP (mesmo quando com ele pontualmente concordam) a fim de a todo o custo evitarem as célebres conotações, isto é, a acusação de que «fazem o jogo dos comunistas».

resistimos à tentação de citar um Conselho da Revolução que, vai para três anos, interrogado por um semanário acerca da sua posição de defesa da Reforma Agrária, falava assim: «— Sente-se a fazer causa comum com o Partido Comunista? — Essas insinuações que se vão tornando usuais no discurso político, quando rareiam os argumentos para rebater o fundo das questões, cabem num tipo de argumentação que eu recuso. Se com elas se pretende de qualquer forma inibir-me, que fique muito claro que não resulta. Defendo aquilo que considero justo, com total independência, haja ou não forças políticas ou sindicais, sejam elas quais forem, empenhadas no mesmo combate». Seria bom que meditassem nestas palavras aqueles que, a propósito da Polónia (tal como a propósito de outras coisas) se procuram demarcar do PCP não por discordarem dos comunistas, mas por receio de serem acusados de estar a «fazer o jogo» do PCP.

Entendamo-nos: é completamente falso afirmar que para o PCP «só são os comunistas e progressistas» aqueles que defendem posições iguais às do PCP. Trata-se aqui de uma velha tática que consiste em pôr uma máscara de sectarismo aos comunistas para depois combater não os comunistas

mas sim essa máscara. No caso concreto em questão: não seremos nós a pôr em dúvida o facto de que entre os que têm tido posições diferentes das do PCP sobre a Polónia há democratas e progressistas. Agora o que ninguém pode evitar é que, pela nossa parte, em primeiro lugar, defendamos a posição que julgamos a melhor; em segundo lugar, avisemos esses democratas e progressistas de que, para além de não terem razão, com certas atitudes a despropósito da Polónia estão a levar a água ao molinho dos nossos inimigos comuns: a reacção, os que querem voltar ao passado, os adversários de Abril.

Duas coisas essenciais nos parece necessário serem compreendidas. Uma é que, na Polónia, não existiu nem existe o confronto entre duas concepções do socialismo, mas sim entre o socialismo e os seus inimigos. As medidas tomadas em 13 de Dezembro não se destinaram a «esmagar» os defensores de um socialismo mais «aberto» ou mais «moderado», mas sim a impedir que extremistas anti-socialistas (cuja existência o editorialista do «Expresso» reconheceu e até condenou) levassem por diante o seu plano violento de subversão do regime. Acerca disto, hoje já não subsistem dúvidas. As provas são conhecidas — só que, escusado será dizer, certa comunicação social as silencia por completo. Outro aspecto essencial é a existência da própria crise polaca e as suas origens. E o fundamental é o seguinte: para além das razões externas, motivadas pela acção do imperialismo, a crise nasceu e desenvolveu-se na Polónia não por culpa do socialismo mas precisamente porque regras socialistas foram infringidas; não por culpa do marxismo-leninismo mas porque princípios básicos do marxismo-leninismo não foram tidos em conta.

A direita, é evidente, escamoteia estas questões, pintando o quadro polaco com as cores do seu agrado. E, com a costumada desfaçatez, no estilo meio bufão meio loba de Balsemão, ou com o ar meio seráfico meio finório de Freitas, argumenta a torto e a direito sem vergonha das incoerências em que inevitavelmente cai. Insólito daltonismo, porém, demonstram alguns socialistas, quando os vemos alegremente alinhar nessas mesmas incoerências, bem demonstrativas afinal de que, tal como para a direita, o importante não é o que se passa na Polónia mas sim a utilização da crise polaca para a prossecução de mesquinhos interesses próprios. De qualquer modo, não é sem algum espanto que vemos, por exemplo, a esposa do dr. Mário Soares vir a público, com aparente orgulho e visível satisfação, confidenciar que também na janela do secretário-geral do PS tremelicou na véspera de Natal a vela comemorada por Reagan... Apece logo evocar mil e uma situações bastante mais dignas de acto tão devoto. Dito de outro modo: se vamos a velas, o que é que justifica que, desde há muito, o postigo do dr. Mário Soares não seja um imenso velório?

Mas há mais, muito mais. O embaraço está na escolha. Por exemplo: como aceitar que se tenha dito sim ao apelo de Freitas do Amaral para manifestações de «apoio» à Polónia (!) e, poucos meses antes, se não tenha querido descer à rua — como o fizeram em Lisboa milhares de trabalhadores — para protestar contra os massacres e os destruidores ataques da África do Sul a Angola e manifestar solidariedade com o povo angolano? Quando, nestes dias, a Juventude Centrista organiza um comovido concurso de canções e poemas intitulado

«Estamos contigo, Walesa», cujo primeiro prémio é uma estada de quinze dias... nos Estados Unidos — isto não fará pensar um bocadito certos democratas mais distraídos? E o facto de na mesma altura em que um comício do PCP enchia o Pavilhão dos Desportos a deltar por fora, uma sessão sobre a Polónia com Mário Soares, Lopes Cardoso e outros não conseguir encher a plateia de um modesto cinema de bairro não será um facto para meditar? E que coisa estranha é essa de gente que sempre acusou os países socialistas de falta de liberdades, ausência de direitos humanos, etc., aparecer agora a gritar «oh! da guarda!» porque na Polónia se aboliram... as liberdades e os direitos humanos? Não há aqui qualquer coisa que não soa bem? Etc., etc.

A tentativa de utilizar os acontecimentos na Polónia para interferir na situação política portuguesa tem sido evidente. A intenção é, manifestamente, em alguns casos, aproveitar o pretexto para atacar o PCP e aquilo que o PCP defende, ou seja, encontrar nos acontecimentos da Polónia uma justificação para a política de direita ou de alianças com a direita que se faz em Portugal. Isto é claro em relação à AD, mas não o é menos em relação a Mário Soares e seu grupo. Num editorial recente sobre a Polónia, mas que não era mais do que um desastinado ataque ao PCP, o «Portugal Hoje», numa curta frase, desvendava as suas secretas intenções: «As pessoas compreendem agora melhor o significado da campanha montada pelo partido de Álvaro Cunhal quanto à revisão da Constituição». É caso para dizer: revisão da Constituição escondida com Walesa de fora...

Tal como de outras vezes, a actual campanha anticomunista assenta em alguns princípios básicos, um dos quais é precisamente a deliberada adulteração das posições do

PCP. Mas não só: adulteram-se os próprios factos, utilizando sistematicamente, por exemplo, expressões que não correspondem à realidade, a fim de dar desta uma imagem que sirva os interesses do imperialismo e da reacção. É o caso da constante referência ao pretenso «golpe militar» na Polónia, insinuando semelhanças com situações antidemocráticas ocorridas noutros países ou mesmo com a instauração violenta de ditaduras de cariz fascista, estilo sul-americano. Trata-se de uma óbvia falsidade, que além de tudo o mais escamoteia o facto de que o «estado de sítio» instaurado a 13 de Dezembro naquele país o foi ao abrigo da Constituição, em cujo artigo 33.º se encontra claramente previsto, em termos aliás perfeitamente semelhantes ao «estado de sítio» das Constituições dos países capitalistas.

Vem a propósito dizer que o modo como a Televisão, a Rádio e alguns jornais têm noticiado os acontecimentos na Polónia dá bem a ideia do aproveitamento que a reacção e o imperialismo têm procurado tirar. É de sublinhar que grande parte da responsabilidade do que lemos e ouvimos (ou não lemos e não ouvimos) cabe às agências internacionais de informação, elas próprias grandes monopólios capitalistas. Nem por isso certos órgãos de informações nacionais devem ser libados das graves responsabilidades que lhes cabem na campanha de intoxicação a propósito da Polónia.

Durante os primeiros dias, quando era mais fácil especular e mentir, foi um verdadeiro torrobo. As informações sobre o número de mortos e de presos e sobre o destino de Walesa, por exemplo, sucediam-se a um ritmo alucinante, mas habitualmente com esta peculiar característica: grande destaque, hoje, para a notícia bombástica (sempre negativa para a Polónia socialista, é claro), silêncio absoluto, amanhã, para o inevitável desmentido.

Falámos dos princípios básicos em que assenta a actual campanha contra o PCP. Mas é evidente que, na origem e na base de tudo estão... os próprios acontecimentos na Polónia. Ninguém o nega — muito menos o PCP. Pelo contrário: nenhuma força política em Portugal, antes (ou depois) e com igual profundidade, abordou com os comunistas o fizeram a situação na Polónia. Os «silêncios» comunistas são outra falsidade, que podem servir os que pretendem atacar o PCP mas não servem a verdade. Poderíamos aqui citar as próprias páginas do «Avante!», onde frequentemente ao longo dos últimos meses o tema foi abordado, sempre, é certo, numa perspectiva de solidariedade com os camaradas e o povo polacos, mas não poucas vezes de forma acentuadamente crítica. E vale a pena recordar que «O Militante», boletim de organização do PCP, publicou há já um ano o mais vasto e profundo estudo até hoje, tanto quanto sabemos, aparecido no nosso país sobre a crise polaca e as suas origens. Trata-se de um trabalho extenso, documentado, objectivo, em comparação com o qual as «análises» de uns e os «comentários» de outros assumem uma dimensão meramente ridícula.

Deve dizer-se que esta questão dos «silêncios» do PCP não é nova e tem muito que se lhe diga. O telejornal do sr. Preença de Carvalho é exímio na tática, mas há outros que fazem por imitá-lo ou se deixam ir na onda. Em síntese, trata-se do seguinte: ocultam-se sistematicamente as posições do PCP sobre os problemas, dando a entender que o PCP lhes é marginal, «não conta», «está de fora da jogada» — o que depois permite, umas vezes, acusar hipocritamente o PCP de «não ter posição», outras, adulterar ou falsificar mais facilmente as suas opiniões, visto que estas não

são conhecidas do grande público através de uma informação continuada mas sim de pequenos «flashs» isolados e muitas vezes sem significado. É o que se passa agora com a Polónia, na sequência do que acontece com tudo o resto (pois não é verdade que há mais de um ano nenhum dirigente comunista vá à RTP falar sobre a realidade nacional?).

Para os comunistas portugueses, pois, ao contrário do que alguns insidiosamente acusam, o que se passa na Polónia não é «secundário» nem «irrelevante». É-o, isso sim, para os que apenas se pretendem servir dela para caluniar o socialismo real e atacar o PCP, utilizando a situação polaca para meros efeitos internos e conjunturais ou como pretexto de campanhas que, infelizmente, há que reconhecer, ainda enganam alguns democratas e progressistas. Para os comunistas portugueses, bem pelo contrário, a crise polaca é um motivo de séria reflexão, que resulta em primeiro lugar da solidariedade devida para com um povo dela mecedor, e em segundo lugar da atenção sempre devida à experiência concreta de cada país na construção do socialismo. No que essas experiências têm de positivo e também de negativo, naturalmente.

Os nossos críticos afirmariam certamente que a Polónia era primordial e relevante para o PCP se este tivesse alinhado no coro histórico orquestrado por Freitas do Amaral (com solos de Mário Soares) contra as autoridades polacas e a favor da subversão do regime. Tenham paciência, mas não foi nem será assim. O PCP continua a preferir a política de princípios ao oportunismo. E tem boas razões para prosseguir uma tal política, pois, graças a ela, aumenta a sua autoridade influência e implantação entre as massas, enquanto que destas cada vez mais se isolam tanto os que defendem interesses antipopulares como os oportunistas sem princípios.

Reportagem nos Açores

3

A ilha Terceira e a reconstrução

As deficiências começaram no dia 1 de Janeiro de 1980

Há dois anos, no primeiro dia de 1980, a terra tremeu nos Açores. Bastaram alguns segundos para que o sismo se transformasse em catástrofe, uma das mais violentas que o arquipélago conheceu desde que é habitado: 70 mortos, 21 mil pessoas sem casa, largas centenas de edifícios destruídos.

Na Terceira, ilha particularmente afectada pelo terramoto, além do quadro desolador que se abateu sobre a cidade de Angra do Heroísmo, registaram-se impressionantes índices de destruição nas freguesias rurais, tendo as Doze Ribeiras ficado sem 99 por cento das casas. Muitas foram as localidades que viram as suas habitações reduzidas a metades. Ultrapassados os momentos difíceis que se seguiram ao sismo (que atingiu também outras ilhas do grupo central: S. Jorge e Graciosa), passada a aflição e o pânico, a população da Terceira lançou-se com enorme coragem nas tarefas da reconstrução, trabalho intenso que foi marcado por um ambiente de entre-ajuda dos açorianos e de solidariedade, que chegou de todo o lado, a começar do continente.

Passaram dois anos. A vida da ilha voltou, no quotidiano das populações, quase à normalidade: os empregos, a actividade na lavoura, as manifestações culturais, o comércio, desenvolveram-se sem grandes problemas. Isto numa panorâmica geral, de que o jornalista se apercebe nas suas caminhadas pela cidade de Angra e nos percursos à volta da ilha. No entanto, a reconstrução está muito atrasada e os problemas económico-administrativos com ela relacionados não abrandaram. É notório para qualquer cidadão que os trabalhos não estão a ser correctamente geridos e orientados. Como nos dizia um comerciante da zona central de Angra, «temos sismo para muitos anos!».

Erros logo no início

Muitas casas ainda caídas, edifícios públicos arruinados, igrejas (com torres derrubadas) e outras construções históricas em estado desolador, ruas e estradas danificadas, muitas pessoas a viver em casas de familiares ou amigos, barracas e contentores, camionetas do GAR (Gabinete de Apoio à Reconstrução) transitando de um lado para o outro — a ilha Terceira está ainda a viver com grande amplitude as consequências do sismo de Janeiro de 1980.

O jornalista pretende um balanço verdadeiro do que foi realizado. Dirige-se a vários locais. Ouve muitas opiniões: do cidadão comum ao técnico experiente do GAR (organismo dependente do Governo Regional, que é o responsável pela gestão do dinheiro destinado à reconstrução).

É a primeira conclusão surge: não se sabe se as «coisas» estão adiantadas ou não. Não houve, não há um planeamento da actividade de reconstrução. Que diz o Governo Regional? Limita-se a apresentar a ilha Terceira

como um «caso exemplar» de reconstrução após uma catástrofe. Promove visitas de elementos responsáveis de outras ilhas e de outros países para mostrar os resultados da sua orientação. Apresenta factos e números que geralmente fogem (e de que maneira...) à verdade. E os problemas que se vivem hoje, passados dois anos, e que são da sua responsabilidade directa? Silêncio absoluto.

As deficiências propriamente ditas começaram no dia 1 de Janeiro de 1980:

1. O Governo Regional não decretou nas ilhas mais atingidas pelo sismo o estado de catástrofe, o que teria proporcionado um melhor controlo no arranque da reconstrução;
2. O Governo Regional devia ter elaborado, em colaboração com as entidades competentes (engenheiros, arquitectos, historiadores, técnicos de Construção Civil, etc) um plano geral bem organizado, com fases correctamente estabelecidas e com a justa definição das

prioridades a atingir a curto prazo;

3. O Governo Regional devia ter possibilitado a elaboração do referido plano tendo em conta a sua autonomia financeira. Quer dizer: é errado misturar — como fazem agora os dirigentes do PSD de Mota Amaral — assuntos de âmbito económico-financeiro gerais (nomeadamente relativos a projectos de desenvolvimento que as ilhas necessitam desde há muito) com assuntos da reconstrução;

4. O Governo Regional devia ter-se preocupado com a sensibilização das pessoas para problemas que interessam à comunidade e que só a comunidade pode compreender, apoiar e valorizar — é o caso do património arquitectónico das ilhas: igrejas, palácios, castelos, edifícios civis com valor histórico (de que existem, aliás, significativos exemplos na bela cidade de Angra do Heroísmo).

As consequências da má orientação

As previsões mais optimistas apontam um período de 10 anos para que as «feridas» deixadas pelo sismo de 1980 venham a ser completamente saradas.

Faltam ainda oito anos. Mas os problemas de toda a ordem surgem já em primeiro plano, resultado, sem dúvida, da má orientação dada no início. Vejamos alguns exemplos: há alturas em que o fundo financeiro do GAR está vazio; chegou a estar em perigo o pagamento dos salários dos seus funcionários (as carências financeiras fazem-se sentir em particular na Graciosa

e S. Jorge); frequentemente faltam materiais indispensáveis ao prosseguimento dos trabalhos de reconstrução; falta equipamento adequado (caso das máquinas — fornecimento de areia); o Governo participa apenas com subsídios que muito parcialmente dão para a reparação das casas consideradas com valor histórico, ficando o resto por conta dos proprietários

Do nosso enviado José Paulo Oliveira

(o que equivale a verbas que em boa parte dos casos não podem ser cobertas); em relação às igrejas e outros monumentos do património histórico de Angra do Heroísmo, o Governo de Mota Amaral participa apenas com 50 por cento das verbas necessárias para a sua reconstrução, ficando o resto à responsabilidade das populações (em muitos casos, as igrejas têm sido cobertas com chapas de zinco, não estando ainda definido quando e como será concretizada a verdadeira restauração dos templos); na Câmara Municipal de Angra cujo presidente se demitiu do PSD, continuando, no entanto, à frente do Municí-

pio) nunca houve uma orientação bem definida quanto à reconstrução, sendo do conhecimento público as contradições e choques que os responsáveis (PSD) têm mantido contra certas directrizes vindas de cima (Mota Amaral).

Os que enriqueceram com o sismo

Há quem se aproveite de tudo. Até das catástrofes...

Onde cheira a lucro não se hesita, dirá o especulador, o oportunista.

Após o terramoto de Janeiro de 1980 também assim aconteceu.

O sismo, motivo de dor e sofrimento para a população, motivo de sacrifício e trabalho árduo para retomar a vida, serviu também para encher os bolsos de uns tantos...

O Gabinete de Apoio à Reconstrução adquiriu mais de duas dezenas de camionetas num negócio muito escuro: porque se escolheu uma marca que vendeu muito caro, quando havia propostas (ou possibilidades) mais vantajosas?

Porque é que a compra de maquinaria diversa (envolvendo milhares de contos) foi sempre concretizada junto dos mesmos fornecedores?

É ou não verdade que o Governo Regional recorreu a Intermediários para a compra de contentores destinados ao acolhimento de desalojados em vez de os adquirir directamente na fábrica?

É ou não é verdade que o Governo Regional comprou certos materiais a certos indivíduos que anteriormente nunca tinham estado ligados a essas mercadorias (caso da madeira)?

Que respostas poderá ter Mota Amaral?

Outros problemas

A situação criada pelo sismo arrastou consigo outras consequências, nomeadamente a especulação com a venda de terrenos e casas e o aluguer de apartamentos e quartos (atingiram-se rendas impressionantes); o aumento do custo de vida; o oportunismo de gente do continente: homens contratados como técnicos e operários espe-

cializados em construção civil, sem terem, na verdade, qualquer aptidão ou experiência nesse sector; a degradação e deterioração de elementos decorativos (azulejos e outras peças) de vários monumentos históricos; a deficiente reconstrução de muitas das casas logo após o sismo; etc.

Por outro lado, o crédito concedido para a reparação ou construção de habitações está a endividar muitas famílias (criando mesmo situações deses-



peradas), que não conseguem pagar os juros estabelecidos pelos bancos, ao mesmo tempo que os proprietários dos edifícios urbanos maiores não querem contrair empréstimos para a sua reparação, pois os encargos — está comprovado! — «cortam as pernas» a muita gente.

Ainda a propósito de empréstimos, refira-se que a linha de crédito especial destinada às actividades económicas e culturais desconhece os mais elementares princípios democráticos.



A Terceira, juntamente com a Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial, faz parte do grupo central de ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Tem mais de 400 quilómetros de superfície, forma mais ou menos oval e as suas medidas máximas em comprimento e largura são respectivamente de 30 e 20 quilómetros.

A ilha Terceira, uma das mais populosas do arquipélago, tem como capital a cidade de Angra do Heroísmo. O outro aglomerado urbano com categoria de cidade é Praia da Vitória.

É constituída por rochas vulcânicas e as suas costas são bastante acidentadas. O interior costuma estar coberto por «farpapos» de nuvens (o «barbudo»).

Ao longo da História de Portugal, a ilha Terceira tem merecido um lugar de destaque. Encontramos a confirmação dessa importância, por exemplo, nos investigadores que se debruçaram sobre o período inicial da Expansão, nos que abordaram o período filipino (a Terceira foi o último baluarte da resistência contra o domínio espanhol — 1580/1640 — tendo dado grande apoio à causa liderada pelo Prior do Crato, contra Filipe II) e nos historiadores que analisaram a época das lutas liberais (século XIX). Sobre este último aspecto pode-se salientar, nomeadamente, que «na Vila da Praia, em 1829, travou-se uma grande batalha entre miguelistas e liberais, com a vitória destes últimos. Em 1830 era formado na Terceira um conselho de regência e em princípios de 1832 chegava aos Açores D. Pedro IV, aí formando um governo sob a presidência do Marquês de Palmela e de que fazia parte Mouzinho da Silveira, coadjuvado por Almeida Garrett», como se refere no «Dicionário da História de Portugal» (edição de 1979), dirigido por Joel Serrão (volume I, pág. 22).

Para os sindicatos (a força do trabalho não tem a ver com as actividades económicas?) não há crédito especial, o mesmo sucedendo (caso não tenha havido alterações recentes) com o Rádio Clube de Angra.

A tudo isto há ainda que acrescentar outras preocupações que se vivem na ilha: recebe-se que os bairros de emergência se tornem definitivos; são péssimas as condições com que se pretendia instalar as 60 casas «oferecidas» pela AID — Associação Internacional de Desenvolvimento, entidade «norteamericana»; não se sabe a quem e como vão ser atribuídas as habitações do bairro de Santa Luzia, na cidade de Angra. Na Câmara Municipal diz-se que a (burocrática) decisão terá de passar pelo Município, pelo GAR, pela Secretaria Regional do Equipamento Social (e possivelmente não se fica por aqui...).

Que soluções apontam as forças democráticas da Região para resolver os graves problemas que enquadram a reconstrução?

Não entrando nos pormenores mais específicos, nomeadamente os de âmbito técnico é de salientar que se impunha a formação de um novo gabinete coordenador e, como nos dizia um especialista do GAR, «rever tudo ponto por ponto».

SEMANA Internacional

6
Quarta-feira

O Conselho de Segurança da ONU volta a reunir-se para debater as propostas de aplicação de sanções a Israel contra a sua pretensão de anexar os Montes Golan. ■ Em cerimónia oficial, o rei Juan Carlos, de Espanha, exorta as Forças Armadas do país a defender o regime democrático consignado na Constituição, a qual foi aprovada por referendo popular. ■ É noticiado na imprensa que morreram mil pessoas no decurso de operações punitivas desencadeadas pelas tropas ao serviço da Junta fascista de El Salvador em meados de Dezembro, e que duraram duas semanas. ■ Na Guatemala são raptados dois padres e assassinado um sacristão por assaltantes de uma igreja perto da capital, numa acção idêntica a outras anteriores da responsabilidade de «comandos» assassinos de extrema-direita.

7
Quinta-feira

O ministro da Defesa angolano denuncia que a aviação racista sul-africana aumentou as incursões em profundidade no território da RP de Angola, chegando a voar, em 27 de Dezembro, com seis aviões militares a povoação de Ninda, a 350 km no interior do país. ■ Os 130 delegados de 50 países que participam desde ontem em Copenhaga na conferência semestral do Conselho Mundial da Paz vão examinar a amplitude do movimento pacifista europeu que exige a desnuclearização da Europa, bem como a segurança europeia e as negociações de Genebra sobre o desarmamento. ■ Um juiz militar turco rejeita uma petição de 46 advogados de defesa em que se denuncia procedimentos arbitrários contra 52 sindicalistas presos pela ditadura militar e ameaçados de pena de morte; o documento denunciava igualmente a prática de tortura durante a investigação preliminar.

8
Sexta-feira

É anunciado em Londres pelo porta-voz do governo britânico que a Espanha e a Grã-Bretanha vão reconeçar no próximo dia 20 de Abril, em Lisboa, as negociações para resolver a questão de Gibraltar. ■ Especialistas da ONU reunidos num grupo de trabalho intergovernamental a fim de elaborar um «código de conduta» das multinacionais, consideram que cerca de 250 empresas desta natureza controlam toda a economia do mundo capitalista. ■ Saud Al-Faisal, ministro saudita das NE, avverte para a possibilidade de mais conflitos no Médio Oriente se a ONU não adoptar sanções contra Israel por ter anexado os Montes Golan, pertencentes à Síria. ■ Caspar Weinberger, secretário da Defesa dos EUA, afirma que o seu governo ficou «extremamente desapontado» com a decisão da França em vender armamento à Nicarágua. ■ O Congresso Nacional Africano (ANC) proclama 1982 o ano da «unidade de acção» das forças patrióticas sul-africanas contra o regime do «apartheid». ■ Segundo o boletim «Unicef News», publicado na sede da ONU, a situação no Kampuchea, arruinado durante o regime de Pol Pot, está em grande medida normalizada.

9
Sábado

Mohamed Bedjaoui, representante da Argélia na ONU, afirma que o Conselho de Segurança da ONU «não tem o direito» de não aplicar a Israel as sanções previstas no capítulo 7 da Carta da Organização contra aqueles que ameaçam a paz e a segurança internacionais; a afirmação foi proferida durante os debates do Conselho sobre a anexação dos Montes Golan, pertencentes à Síria, pelo governo sionista de Israel. ■ A República Popular Democrática da Coreia acusa os EUA de terem violado o seu espaço aéreo, ontem, com um avião de reconhecimento SR-71. ■ Segundo dados oficiais, o desemprego nos EUA atingiu 9,5 milhões de pessoas no passado mês de Dezembro, o que equivale a 8,9% da população activa, contra 8,4% em Novembro. ■ O Ghana reabre as suas fronteiras com os países vizinhos.

10
Domingo

Bernard Sansarica, de 37 anos, dirigente de um grupo de exilados haitianos que planeia derrubar o regime de Jean-Claude Duvalier, anuncia ter ocupado a ilha de Tortuga, próximo de Haiti, com 300 homens armados. ■ As autoridades polacas anunciam um conjunto de medidas destinadas a abrandar as disposições do estado de emergência em vigor no país. ■ Em Madrid e na província de Castela a Nova 48 membros autárquicos eleitos pelo Partido Comunista Espanhol (PCE) apresentam a sua demissão, num gesto de solidariedade com os cinco vereadores do município de Madrid recentemente expulsos do PCE. ■ O irmão do presidente do Irão, Ali Khamenei, escapa ligeiramente ferido de um atentado a tiro que matou dois membros da sua segurança pessoal.

11
Segunda-feira

Morrem 27 pessoas nos EUA devido a uma vaga de frio que se estendeu a todo o território norte-americano durante o passado fim-de-semana. ■ Termina a reunião extraordinária dos ministros dos NE da NATO sobre a situação na Polónia sem que os aliados europeus dos EUA cedessem às suas pressões para impor «sanções» contra a URSS. ■ A Frente Polisária anuncia que foi lançado um forte ataque contra as tropas marroquinas na região de Ras El Khanfra, na linha da frente do «triângulo útil» do Saara Ocidental. ■ O governo do Vietname acusa os dirigentes chineses de continuarem, com o auxílio dos EUA, a guerra de destruição contra o Vietname, o Laos e o Kampuchea. ■ O «New York Times» publica um inquérito do Instituto Gallup onde se conclui que a popularidade do presidente Reagan, dos EUA, desceu 19% nos últimos seis meses.

12
Terça-feira

O secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig, elogia a ditadura militar turca (que se prepara para condenar à morte 52 sindicalistas) argumentando que não se deveria ter vergonha de defender «os valores do Ocidente». ■ Realiza-se em Genebra a 7.ª sessão de negociações EUA-URSS sobre euromissões. ■ Tornam-se lei, sem serem votadas no parlamento brasileiro, as «reformas eleitorais» com que o regime fascista brasileiro pretende garantir a vitória do seu partido nas próximas eleições de 15 de Novembro. ■ É anunciado em Accra que a nova administração militar do Gana, chefiada pelo capitão Jerry Rawlings, terá um máximo de 11 membros e será investida de todos os poderes de governo. ■ A administração Reagan decide isentar de impostos dois estabelecimentos de ensino privado que praticam abertamente a discriminação racial em relação à população negra; recorde-se que em 1970 o departamento do Tesouro dos EUA tinha invocado o racismo para retirar a uma centena de estabelecimentos o direito à isenção de impostos.

Efeméride da Semana — A 12 de Janeiro de 1958 a União Soviética propõe uma zona limpa de qualquer arma nuclear entre o Círculo Polar Ártico e o Mar Mediterrâneo.

Internacional

Ingerência mas não tanto

NATO e CEE demarcam-se de Washington

As delegações da União Soviética e dos Estados Unidos reuniram-se em Genebra, terça-feira, para retomar o debate sobre a redução dos mísseis nucleares de médio alcance na Europa — as primeiras negociações sobre a redução de armamento entre os dois países nos últimos dois anos e meio. Depois das ameaças e propostas concretas de Washington para boicotar os encontros de Genebra, a pretexto da evolução da situação na Polónia (manifestamente ao arrepio dos interesses e intenções do imperialismo), o retomar das negociações de Genebra são um dos indícios seguros de que as pretensões da Casa Branca em relação à Polónia falharam. E falharam também no ambicionado e decisivo apoio dos seus próprios aliados.

Isto não significa de forma alguma que os países da NATO e da CEE não estejam a alinhar em qualquer forma de ingerência contra a Polónia. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, reunidos em Bruxelas, especialmente para tratar do «caso Polónia», o que já de si é uma forma de ingerência, aprovaram uma declaração pedindo o levantamento da lei marcial, a libertação dos contra-revolucionários presos, conversações com o «Solidariedade» e a Igreja, garantindo embora simultaneamente que não desenvolveriam iniciativas tendentes a contrabalançar as sanções económicas que Reagan entende ir «ajudar» o povo polaco. Na reunião extraordinária dos ministros de Negócios Estrangeiros da NATO sobre a situação na Polónia, que terminou segunda-feira em Bruxelas, foi redigida uma declaração em 16 pontos que admite — sem mar-

cação de datas nem formas concretas — a possibilidade de sanções contra a União Soviética, caso a «situação na Polónia não melhore». Por outro lado os governos da NATO estão a projectar uma acção concertada na reabertura da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, no próximo dia 9 de Fevereiro, em Madrid. Mas a verdade é que estas tomadas de posição não só não se saíam em quaisquer conclusões práticas, como deixam a nu o irrealismo e crescente isolamento da política que está a ser seguida pela Casa Branca. São bem pobres os resultados obtidos face às pretensões e aos esforços dos Estados Unidos, que mandaram mesmo à Europa o conselheiro Lawrence Eagleburger, e desenvolveram apressados contactos de Haig com dirigentes europeus. De tantos esforços restam-lhe nas mãos algumas declarações políticas.

Isto para já não falar do imenso fracasso na pretendida «mobilização de massas» contra a Polónia, através de uma sistemática e violenta campanha anticomunista.

Neste distanciamento em relação a Washington, dois casos há a destacar: a RFA e a Grécia. A RFA demarcou-se, desde o princípio, das posições de Washington, recusando muito claramente quaisquer sanções contra a União Soviética. Em conferência de imprensa em Washington, após encontro com Reagan, Helmut Schmidt declarou, nomeadamente, que o presidente norte-americano lhe tinha garantido que as negociações de Genebra não seriam interrompidas e que os EUA não reiniciariam o boicote à exportação de cereais para a União Soviética. Garantias que certamente não foram da iniciativa do presidente norte-americano.

As posições do governo grego são particularmente significativas. Após a assinatura, sem autorização, da declaração da CEE, o secretário de Estado Assimakis Fotilas é demitido e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia esclarece publicamente o desdoro do seu Governo em relação a alguns pontos da declaração, em particular os parágrafos que falam de uma pretendida «incapacidade» do socialismo para resolver os seus problemas e do perigo que a situação polaca constituiria

para as relações internacionais e ainda do ponto que prevê «um entendimento estreito e positivo» da CEE com Washington «a fim de precisar quais são as decisões que servem melhor os objectivos comuns e evitar tudo o que possa comprometer as acções respectivas».

Em relação à declaração aprovada pelos países da NATO, a Grécia dissociou-se dos quatro pontos da declaração em que é mencionada a eventualidade de sanções contra a União Soviética, tendo o governo grego afirmado que «a NATO não será o local mais adequado para discutir a questão polaca tanto mais que se não verificou nenhuma intervenção militar estrangeira na Polónia».

Dois casos — em países da NATO — que não só testemunham das fissuras no interior da Aliança Atlântica e da recusa a que os EUA ponham e disponham como «patrão», como ainda do peso da situação interna de cada país e dos passos — ainda que incipientes — que se vão dando rumo ao desanuviamento. Porque, sem dúvida, as posições da Grécia se devem à vitória eleitoral da esquerda, e as razões fundas da atitude adoptada por Bona se têm que procurar no ascenso da luta de massas a nível interno — em particular pelo desarmamento e contra a implantação de novas armas nucleares norte-



Paz, uma exigência que se impõe às pretensões do imperialismo. O pretexto da Polónia também falhou.

-americanas—, e nos contactos e acordos que tem sido possível desenvolver entre a RFA e a União Soviética, a RFA e a RDA. Factos que uma vez mais nos

dão a medida da importância e da estreita interligação entre a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e a luta pela paz.

Os “interesses” dos EUA na América Latina

O balanço da repressão em El Salvador no ano de 1981 (excluindo Dezembro) é de onze mil 723 assassinatos, 1808 desaparecidos, 776 atentados, numa média mensal de 1066 assassinatos de civis, particularmente operários e estudantes. Esta a denúncia feita na catedral de San Salvador, pelo arcebispo da capital monsenhor Arturo Rivera.

Dias antes da homilia do arcebispo, em meados de Dezembro, um milhar de pessoas tinha sido assassinadas pelas tropas da Junta salvadoreña, numa «operação punitiva» no departamento de Morazan, que durou

caso da localidade de Mazote, onde foram mortas 480 pessoas.

O que se passou em Morazan em meados de Dezembro é uma prática quotidiana. Em declaração de Agosto de 1981 do Comando Geral da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), alguns factos significativos são denunciados, em particular a utilização de armas de extermínio da população, acção de vingança sobre as populações face aos fracassos

O «interesse» de Washington

A intervenção dos EUA na América Latina, em apoio dos mais reaccionários regimes e contra o movimento revolucionário é uma constante. Isso é verdade para El Salvador, como para as Honduras ou a Guatemala, ou ainda nos planos para sabotagem e atentados contra a Nicarágua, ou o apoio à ditadura de Duvalier, no Haiti.

Uma ingerência sistemática e multiforme, justificada pelo «interesse» da Casa Branca por esta zona.

Assim, é em nome do «interesse» que Washington dedica às Caraíbas, que se avolumaram recentemente ameaças a Cuba socialista e será aumentada, nos próximos meses, a presença naval norte-americana nesta área.

Segundo o vice-almirante James Lyons, comandante da Segunda Esquadra americana do Atlântico, com base em Norfolk, na Virgínia, voltarão a ser enviados para as Caraíbas dois porta-aviões americanos, em Abril próximo. Para além disso o vice-almirante não exclui a hipótese de o Pentágono vir a tomar a decisão de criar uma força naval permanente nas Caraíbas (como no início da década passada).

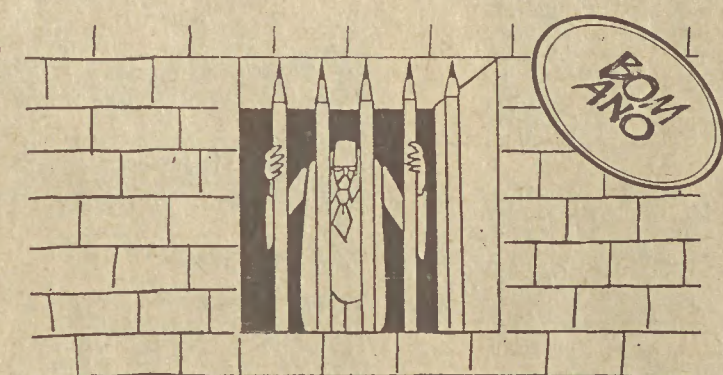
Para já, com a já costumeira justificação da luta contra a «subversão comunista», o Pentágono aumentou, no mês passado, a importância da sua base de Key West, de onde vigia Cuba, instalando nela o alto-comando militar para a região das Caraíbas.

Haiti, que se passa?

Um grupo de exilados haitianos (que nos EUA são amontoados em campos de detenção e vítimas de violenta repressão quando se manifestam contra esta situação), anunciou controlar totalmente a ilha de Tortuga, frente à costa do Haiti. «As três mil pessoas que vivem na ilha deram-nos o seu total apoio e os 20 soldados da guarnição renderam-se e juntaram-se às nossas forças» — nunciou o dirigente do grupo armado haitiano, cujo objectivo é o derrube da ditadura.

Em Setembro de 1981 realizou-se no Panamá uma Conferência de Solidariedade com o povo do Haiti, conferência em que foi particularmente denunciada a total dependência da ditadura do apoio norte-americano, apoio considerado como elemento decisivo para a sobrevivência do regime, e que assume quer a forma de uma ajuda económica massiva — 1000 milhões de dólares nos últimos anos — quer a de uma ajuda militar decisiva, que nos últimos tempos é a determinante: fornecimento de barcos de guerra para a Marinha, helicópteros, modernização do equipamento da criminosa polícia política (os tontos macoutes), formação de um corpo de «leopardos», alianças militares. E os planos conducentes à instalação de uma base naval norte-americana no Haiti.

Independentemente das suas consequências imediatas e das suas origens, o movimento contra a ditadura no Haiti (onde neste momento estão presos, e ameaçados de morte, dirigentes comunistas), insere-se no movimento geral na América Latina contra as ditaduras reaccionárias e fascistas, invariavelmente apoiadas por Washington.



Residência secundária do jornalista democrata na Turquia

Turquia 1981

População — 46 505 000
População emigrada — 2 000 000
Regime — ditadura militar reaccionária apoiada pela NATO
Poder legislativo — junta de cinco generais
Poder executivo — governo fantoche de um almirante reformado
Poder judicial — dominado pelos tribunais militares
Prisões — mais de 200 000 num ano
Inculpação política — 24 300
Pedidos de pena de morte — mais de 3 000
Execuções — 10
Condenação a prisão — 1 898
Abatidos pelas forças de Estado — mais de 500
Mortos sob tortura — mais de 60
Partidos políticos — dissolvidos
Imprensa — sob censura
Actividades sindicais — suspensas
Autonomia universitária — abolida

Solidariedade

Chile — o balanço de 1981 é particularmente significativo das consequências do fascismo, do carácter dos regimes «aliados» de Washington. A situação socioeconómica do país caracteriza-se por uma forte recessão de que são sintomas o desemprego, que atinge 20 por cento da população activa, a falência de dezenas de empresas, uma dívida externa que é a mais alta do mundo, relativamente ao número de habitantes. Os preços dos bens de consumo aumentaram seis vezes. Mais de 30 por cento dos habitantes precisam urgentemente de casa. Por outro lado acentua-se a repressão. O estado de sítio foi prolongado por período indeterminado e aprovado um decreto sobre «actividades terroristas» em virtude do qual mesmo os médicos e advogados que assistam aos patriotas são condenados. Há mais de 4 mil presos políticos, cerca de 2500 desaparecidos, mais de um milhão de emigrados.

Porquê a tensão no Médio Oriente e na África Austral

Mais de metade das reuniões do Conselho de Segurança da ONU durante o ano de 1981 foi dedicada ao debate da situação no Médio Oriente e na África Austral. Facto que testemunha da situação de profunda tensão que se vive nestas zonas. E que por isso mesmo reflecte uma realidade inegável — é onde os Estados Unidos mais se empenham na defesa dos seus «interesses vitais» que se geram ou agudizam situações de tensão, arrastando-se problemas em detrimento dos interesses dos povos dessas zonas e da paz mundial.

Os últimos factos no Médio Oriente confirmam esse conteúdo fundamental da intervenção do imperialismo. A decisão de anexação dos Montes Golan da Síria pelo governo de Israel levantou repúdio mundial. Em consequência o governo de Reagan ensaiou demarcar-se de uma acção demasiado impopular, suspendendo formalmente um Acordo de Cooperação estratégica havia pouco assinado entre os dois governos. Mas porque os interesses são os mesmos e sem o apoio continuado dos Estados Unidos, Israel não poderia prosseguir indefinidamente com a sua política agressiva na zona (que os factos bem confirmam ser a que serve os tais «interesses vitais» de Washington), o Pentágono apressou-se a propor um novo aumento nos créditos destinados a Israel — 300 milhões de dólares. Mas as coisas não ficaram por aqui. A anexação mais que ilegal dos Montes Golan levou à convocação de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, reunião a que os Estados árabes apresentaram

um projecto de resolução contendo uma forte condenação de Israel e uma série de sanções: nomeadamente a suspensão do fornecimento de armamento e de outro equipamento militar, o corte de todas as relações comerciais e a suspensão da cooperação económica, financeira e tecnológica, para além do corte de relações diplomáticas com Israel.

É por demais evidente que sem a aplicação de sanções, Israel continuará livre de prosseguir a sua política, beneficiando sempre do apoio da Casa Branca. Ao afirmar, através da sua embaixadora na ONU, Jeane Kirkpatrick, que não aprovará sanções obrigatórias contra Israel, os Estados Unidos estão a confirmar no fundo que a política de Israel é a sua política, que quaisquer formais posições de condenação de tal política, não passam de uma vã tentativa de ocultar essa realidade.

Está tão clara posição de defesa de uma política de terrorismo internacional, mundialmente condenada, está a trazer alguns problemas mesmo nas relações entre os Estados Uni-

dos e os seus aliados, quer na Europa, quer entre os países árabes.

Mais violência na África Austral

O Congresso Nacional Africano (ANC) proclamou 1982 ano da «unidade de acção» de todas as forças patrióticas sul-africanas contra o regime de «apartheid». Enquanto esta proclamação, feita pelo 70.º aniversário da fundação do ANC, era divulgada em várias capitais africanas, no Maputo, o camarada John Nkadimeng, membro da Comissão Executiva do ANC, denunciava que o regime de Pretória está a intensificar o recrutamento e treino de mercenários para acções terroristas contra os países da Linha da Frente.

O apoio claro e intensificado da administração Reagan ao governo de Pretória está a ter sérias consequências no continente: o protelamento da independência da Namíbia, nas agressões e ingerências progressistas na zona.

Recentemente foi anunciado o desmantelamento em Moçambique de uma base do grupo terrorista «MNR» apoiado pelo regime racista da África do Sul.

Em Angola a agressão assume formas particularmente graves.

Num balanço relativo ao mês de Dezembro, o Ministério angolano de Defesa refere o constante sobrevoamento, por parte da aviação militar sul-africana, de múltiplas povoações na província de Moxico, a unidades militares angolanas e a elementos da população e ainda uma incursão em profundidade, em 27 de Dezembro seis aviões militares entraram por território angolano até à povoação de Ninda, a 350 km no interior do país. Neste ataque foram mortas 5 pessoas e 41 ficaram feridas.

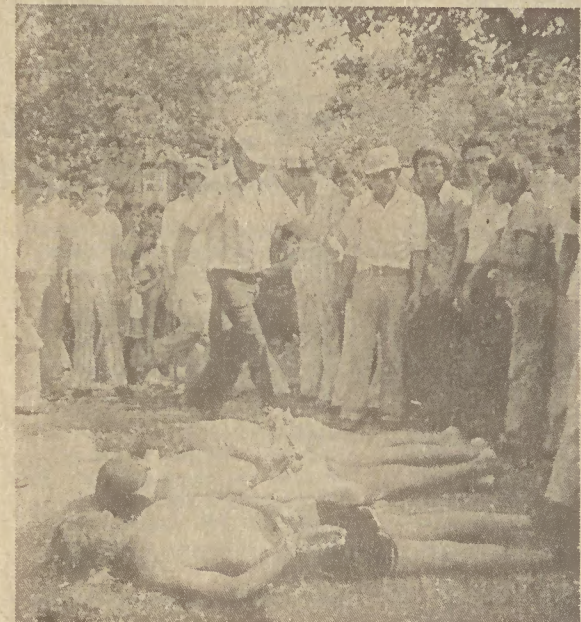
Para além dos mortos, dos feridos, das destruições, a guerra afecta de forma brutal o desenvolvimento e a recuperação económica do país. Em Luanda, o ministro do Plano e do Comércio Externo, Lopo de Nascimento, membro do CC do MPLA-Partido do Trabalho, declarou que «o ano de 1982 vai realçar-se num contexto internacional difícil, numa situação continental quase catastrófica e numa conjuntura interna grave».

na luta contra a guerrilha e a realização de operações em território das Honduras.

«No seu desespero — afirma-se na declaração — os fascistas e os seus aliados imperialistas, estão a utilizar armas de extermínio da população, proibidas pelo direito internacional, como os gases que causam a morte por vómito e diarreias, lançados nos últimos meses em Chalatenango, Morazan, San Vicente e Guazapa». Após o fracasso de uma acção contra-revolucionária, em Guazapa, entre Julho e Agosto do ano findo, «os chefes fascistas ordenaram a matança da população civil: mais de 100 pessoas, na sua maioria crianças e mulheres indefesas, morreram vítimas da metralha e dos gases». Não se detendo em território nacional, as tropas de Salvador entraram também nas Honduras. «Durante a operação contra as nossas bases, em Chalatenango, tropas contra-revolucionárias salvadoreñas entraram em território hondurenho, massacrando acampamentos de refugiados».

Esta a prática da Junta de Salvador, uma prática apoiada pelo imperialismo e que tende mesmo a agravar-se.

Como se afirma também na declaração de Agosto da FMLN, «Demonstramos que com a força das armas e o genocídio não se pode dobrar o povo salvadoreño nem a FMLN, que o encabeça e conduz. Os que insistem em prosseguir por esse caminho fracassado não têm nem a força nem a capacidade suficiente para nos derrotar, necessitando por isso de aceitar e promover a intervenção crescente do imperialismo lanque. Assim, traem a sua pátria, espezinham o seu direito à independência e à autonomia, prendem-na a um colonialismo humilhante, transformam-se em vis lacaios dos seus patrões imperialistas, fazem da Força Armada, um Instrumento fantoche».



Genocídio como prática quotidiana.



Não às armas nucleares em Portugal!

“Vida SIM! Morte NÃO!” uma exigência nacional

Marchas da Paz, dia 16

“Queremos paz!” — crianças do Bairro Alto, em Lisboa, subiram à mesa, numa sessão de esclarecimento preparatória das Marchas da Paz de dia 16, para afirmar a grande exigência de paz que neste momento se afirma por toda a Europa. Uma exigência de vida. Uma exigência que não pode deixar de mobilizar particularmente — e os factos demonstram — a juventude no nosso país, como por todo o mundo.

As Marchas da Paz de dia 16, convocadas pelo movimento de opinião pública “Não às armas nucleares” são neste momento o culminar no nosso país de um processo unitário que se vem desenvolvendo a nível nacional contra a corrida às armas, em particular contra as armas nucleares, contra a sua implantação, trânsito ou armazenamento em Portugal. Inserem-se simultaneamente no amplo movimento pela paz que se desenvolve por toda a Europa e que se tem expressado, em alguns países, nas maiores manifestações pela paz desde a segunda guerra mundial. Aboliram o único caminho válido para a solução de quaisquer problemas internacionais e, como mais força de razão, o da corrida aos armamentos — o diálogo, as conversações entre todos os países interessados.

No nosso país, o objectivo que se pretende alcançar com a realização das Marchas da Paz, e com a própria constituição de um vasto movimento contra as armas nucleares e a corrida aos armamentos é: informar o povo português daquilo que cuidadosamente se vem escondendo — os perigos da corrida às armas

minuto); mobilizar todos os que querem a paz para um não decisivo às armas nucleares em Portugal; mobilizar para exigir do governo português, que sistematicamente alinha com todas as posições e iniciativas do imperialismo, pondo em causa a própria sobrevivência do nosso país e do nosso povo, uma declaração de que jamais aceitará que o nosso país tenha no seu território armas nucleares. Pelos seus objectivos as Mar-

chas da Paz estão a registar um grande e crescente número de adesões, ultrapassando mesmo o apoio ao próprio movimento “Não às armas nucleares em Portugal”.

Mais de 200 organizações subscreveram o apelo para as Marchas da Paz, com particular destaque para o movimento sindical, as associações de estudantes, as comissões de trabalhadores, as associações cívicas (de recreio, culturais, colectividade de bairro) e religiosas, as comissões de moradores e, naturalmente, as comissões e grupos organizados pela paz. Numa clara demonstração que são os trabalhadores, a juventude, as múltiplas organizações populares, em particular as surgidas com o 25 de Abril — quem mais sente o problema vital da Paz e está empenhado em bater-se contra as armas nucleares, pelo desarmamento, até à conquista da garantia de paz, até ao desarmamento geral.

No grande esforço que tem vindo a ser desenvolvido para que as jornadas de sábado constituam uma expressão inequívoca da exigência de paz do povo português, multiplicam-se as reuniões e os apelos específicos, nomeadamente da CGTP-IL, da juventude, de sectores de trabalhadores como os trabalhadores científicos, os médicos, a função pública, comissões de moradores e de trabalhadores. Na última fase de preparação da “marcha”, não passou um dia sem que se realizasse uma sessão para esclarecimento e pre-

paração das jornadas de 16.

No comício realizado em Alpiarça o camarada Álvaro Cunha afirmou, referindo-se às Marchas da Paz de dia 16: “será uma grande demonstração em defesa da Paz, mas será também, inevitavelmente, uma grande demonstração condenatória da política do governo de submissão ao imperialismo norte-americano e à sua política agressiva, belicista e aventureirista que põe em perigo a Paz Mundial”. Condenar a corrida aos armamentos, recusar a implantação de armas nucleares no nosso país, é exigir o fim de uma política de alinhamento com o imperialismo, é exigir o fim do governo AD. Lutar contra a possibilidade uma guerra suicida, lutar pela paz, significa necessariamente lutar contra a reacção a nível nacional e internacional.”



Desenho de Pablo Picasso

Como vão ser as Marchas da Paz

● LISBOA

PERCURSO — O desfile iniciará-se à na Praça Duque de Saldanha, seguindo pela Avenida Fontes Pereira de Melo, Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade, Restauradores, e terminará no Rossio.

INICIATIVAS — No final será apresentada uma moção dirigida aos órgãos de soberania onde se diz «não às armas

nucleares, seja qual for a sua natureza, origem ou destino» e se exige do governo uma posição clara sobre a questão. A encerrar realizar-se-á um espectáculo com a participação de Páco Bandeira, Sérgio Godinho, Luísa Basto, entre outros.

● PORTO

PERCURSO — Parte da Praça da Liberdade, Rua dos Clerigos, Praça dos Leões, Rua da Restauração, Largo da Alfândega, Praça da Ribeira,

Cais dos Guindais, Túnel, Praça do Infante, Rua Mouzinho da Silveira, Praça Almeida Garrett e volta à Praça da Liberdade.

INICIATIVAS — Na Praça da Ribeira serão lançadas ao rio Douro garrafas com mensagens de paz para todos os povos do mundo. No final da Marcha, num palco instalado na Praça da Liberdade, realizar-se-á um espectáculo com a participação de grupos corais, de teatro, bandas, grupos de folclore, cantores, declamadores.

Manifestações pela paz — um movimento sem paralelo

Precisamente porque as forças da guerra procuram progredir assistiu-se a um avanço das forças da Paz. “Gigante adormecido” — como lhe chamaram — o movimento em defesa da paz surgiu em força — mas não ainda em toda a sua plenitude — no ano que passou.

Um pouco por todo o mundo — com particular destaque para os países da Europa Ocidental — gigantescas manifestações protestaram contra a escalada militar que a administração dos EUA e, por sua orientação, a NATO procuram impor. Contra a implantação de novas armas de destruição norte-americanas nos países membros da NATO na Europa se aguçaram multidões nas principais capitais europeias. Ultrapassando divergências, pessoas dos mais diferentes estratos sociais vieram para a rua em defesa do direito à vida. Ignorando mentiras e calúnias dos que pretendem demonstrar as vantagens da corrida aos armamentos milhões de europeus afirmaram com a sua presença nas manifestações que mais importante do que as armas é criar condições para melhorar o nível de vida das populações. Denunciando o cinismo das intenções americanas ao procurarem transformar a Europa num posto avançado da sua política belicista, um dos cartazes empunhado na manifestação de Bonn era elucidativo: “A paz de Reagan é a nossa morte!”

instalar em quantidades maciças nos países da NATO mísseis nucleares fez despoletar o movimento em defesa da paz mundial. Não querendo ser sacrificados em holocausto em proveito dos interesses norte-americanos, no verão de 1981 verificaram-se as primeiras grandes manifestações por toda a Europa. Nova vaga de manifestações ocorreu em Outubro desse mesmo ano. Em 21 de Julho de 1981 começa em Copenhaga, na Dinamarca, a Marcha da Paz e termina no dia 6 de Agosto (aniversário do bombardeamento de Hiroshima) em Paris, depois de ter atravessado a Dinamarca, República Federal da Alemanha, Holanda, Bélgica e França.

Mas nos meses seguintes de Setembro e Outubro o movimento em defesa da paz iria ganhar maior amplitude. De tal modo que a primeira manifestação ocorre em Washington, a 19 de Setembro, com a participação de meio milhão de pessoas. Os norte-americanos voltariam a manifestar-se contra a ameaça da guerra nuclear, desta vez em Nova Iorque, a 24 de Outubro. Entretanto, na Europa, as manifestações — algumas delas as maiores concentrações de massas verificadas nos últimos anos — sucedem-se a um ritmo sem paralelo. Mais de 500 mil pessoas manifestam-se em Roma respondendo ao apelo nesse sentido. Dois mais tarde, a 31 desse mês, mais de 100 mil manifestam-se em Milão. Também a 24 de Outubro, em Londres, cerca de 250 mil pessoas marcharam durante cinco horas até à concentração no Hyde Park, dizendo não ao

“suicídio nuclear”. A 25 de Outubro, em Paris, mais de 100 mil pessoas desfilaram. Entre os manifestantes era visível a participação massiva da juventude. Também nesse dia, a capital da Bélgica — Bruxelas — era palco de uma grandiosa manifestação que juntou mais de 200 mil pessoas. Ainda nesse dia, em Oslo, capital da Noruega, se registou uma manifestação em prol da paz. No dia anterior idêntica iniciativa ocorrera em Estocolmo (Suécia) exigindo-se a desnuclearização dos países nórdicos. Igualmente a 24 de Outubro, uma grande concentração na capital austríaca assinalou uma festa pela paz. O movimento pela paz não ficou inactivo na Suíça onde a recolha de milhares de assinaturas se manifestava contra todas as armas de destruição massiva. Mas seria na República Federal da Alemanha que o movimento

pela paz ganharia maior projecção. Em Bonn, a 10 de Outubro, mais de 300 mil pessoas vieram para a rua, em filas compactas de alguns quilómetros de comprimento, para manifestarem a sua oposição à instalação de novos mísseis. Esta manifestação durou praticamente desde as 8 horas da manhã até às 5 da tarde. Trinta e três comboios especiais e cerca de três mil autocarros transportaram para a cidade os manifestantes dos arredores. Na Finlândia, registaram-se concentrações e manifestações em cerca de 53 cidades. Em Madrid, a 28 de Outubro, dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se contra a entrada da Espanha na NATO. Em Copenhaga, na Dinamarca, diversas iniciativas, nomeadamente uma maratona de 24 horas em redor do Parlamento, solidarizaram-se com o movimento que por toda a Europa se fazia e faz sentir.



O movimento em favor da paz e contra as armas nucleares tem ganho cada vez mais amplos sectores da população, com especial destaque para a juventude. Na foto, uma imagem sugestiva do que pensam os jovens deste país sobre a política “AD” de submissão ao imperialismo. Na última manifestação que trouxe à rua centenas de milhares de pessoas, as palavras em favor da paz diziam bem da vontade dos trabalhadores, dos jovens e dos democratas em geral



Harry Belafonte, conhecido artista norte-americano, canta: “Vou dizer a Reagan que renuncie à sua bomba de neutrões”. Belafonte tem à sua direita o escritor alemão federal, Heinrich Böll, e a viúva do pastor Martin Luther King

UM MOVIMENTO SEM PRECEDENTES

É sintomático que o movimento pela paz ganhe uma força sem paralelo poucos meses depois de Reagan ter assumido a presidência dos EUA. Os povos do mundo e nomeadamente da Europa vêem-se novamente confrontados com a corrida aos armamentos. É a decisão de



Por toda a Europa capitalista, ameaçada com a política agressiva dos Estados Unidos, de se transformar de um dia para o outro num vasto campo de morte, um grande movimento de massas levanta-se contra a guerra. Em manifestações grandiosas, muitas delas sem precedentes em algumas capitais europeias, os povos dizem não à proliferação das armas nucleares, não à guerra!

Portugal também pode ir para a guerra

● “bases” AD de uma política agressiva

Poderia parecer que a luta pela paz, à frente da qual estiveram e estarão sempre os comunistas ao lado de outros democratas que recusam para a solução dos grandes problemas mundiais o risco de ver desaparecer a Humanidade, é uma luta que não tem incidências especiais em Portugal. Ainda há poucos meses, com a finalidade de estabelecer essa confusão, Freitas do Amaral dizia ao defender o uso da bomba de neutrões, que uma guerra na qual essa arma fosse utilizada se passaria longe das nossas fronteiras.

Passemos sobre a hipocrisia e o cinismo que tais palavras mostram — longe das fronteiras, longe do coração... O que pretendemos deixar claro é que uma guerra nuclear, para além do perigo de destruição total do planeta — só as armas hoje existentes dariam para aniquilá-lo cerca de 20 vezes! —, representaria, logo nos primeiros segundos em que fosse desencadeada, um perigo real e iminente para todos os países no território dos quais estacionam forças ou se acumulam armas que, pela sua natureza possam constituir um risco para os países contra os quais se encontram dirigidas.

Uma vela na mão e bomba na outra

A política externa do “AD” tem-se pautado pelo alinhamento

mento mais servil em relação ao imperialismo. Não só ao imperialismo em geral, mas ligado particularmente aos interesses dos Estados Unidos. Com efeito, quando Reagan acende uma vela, o Governo “AD” acende duas, enquanto nos restantes países da Europa capitalista, mesmo entre os membros da NATO, crescem as distâncias entre a política dos governos e a do Departamento de Estado norte-americano aconselha ou pretende impor.

Assim, enquanto há pela Europa governantes que procuram distanciar-se das posições assumidas pela administração Reagan e que, através de declarações públicas, têm encorajado o desanuviamento, o Governo “AD”, desde os tempos de Sá Carneiro — então com Freitas do Amaral em ministério dos Negócios Estrangeiros — procurava reforçar a presença estrangeira em Portugal, dotar o País de armamento mais sofisticado, implementar a criação de mais bases, reforçar as existentes.

Com Freitas ou sem ele — recordemos que o sinistro presidente do CDS esteve aparentemente ausente da governação enquanto lhe durou a vergonha de ter dito que não seria ministro com o actual Presidente da República eleito —, o “AD” não deixou de prosseguir a sua perigosa política de submissão aos intuídos dos Estados Unidos que vêem em

Portugal «um país muito importante para os EUA e para a defesa do Ocidente».

A política “AD” reaviva perigos da destruição do País. E, achando pouco o que já existe em Portugal, pretende acender perigos novos com o reforço das bases já conhecidas.

Têm pois razão os democratas que se preocupam com o avanço dos perigos de guerra no mundo. Aqui mesmo, em Portugal, subterraneamente, um Governo desacreditado perante o povo por causa da sua política interna, põe ao serviço da guerra os seus esforços.

As bases da “rectaguarda”

O porta-aviões nuclear ainda não está fundeado em frente a Lisboa: mas não tardará a aparecer por aí, para ficar, se o Povo português não der uma boa resposta às intenções do Governo que, aqui e ali, em declarações sobretudo para consumo externo, se afirma disposto a fazer com que Portugal seja «a retaguarda segura da NATO continental».

Portugal, cuja Constituição «preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares», está entregue à política de um Governo que pretende contribuir para o reforço armamentista de um

dos blocos no seio do qual pretende ver a sua presença cimentada.

Para se ver que o nosso País está sempre na eminência da guerra para onde Reagan e a “AD” pretendem empurrar o mundo, basta uma vista de olhos pelas bases estrangeiras que já existem, enquanto não fundeio no Tejo o porta-aviões e não é criado um Centro de Detecção de Satélites.

Começemos pela base das Lajes, na Terceira, uma base na qual se pretendem gastar 45 milhões de contos em «melhoramentos» americanos. Esta base, ocupada por cerca de 6 milhares de cidadãos dos EUA, entre militares e civis, prevê várias funções, entre as quais o entreposto de armas nucleares. Constitui uma peça importante na acção da chamada Força de Intervenção Rápida dos EUA e realiza várias operações de rotina — vigilância aeronaval, luta anti-submarina, reabastecimento e serviço técnico para aviões, escala para aviões americanos com destino à Europa ou à Israel.

Ainda nos Açores, em Ponta Delgada encontra-se uma instalação da NATO com capacidade para armazenar combustível de petroleiros gigantes. Nas Flores existe outra base no âmbito de um acordo com a França. Em Santa Maria há outra base americana, esta desactivada.

Antes de passar ao continente cumpre referir Porto Santo, no Arquipélago da

Madeira. Por agora trata-se de uma pista de aviação e de um depósito de combustível. Mas as intenções do Governo “AD” e as pretensões do Governo Regional apontam para a construção, pela NATO, de um grande porto para submarinos e petroleiros da Aliança.

Em Portugal continental, começemos pelo Norte e, logo em Ovar, regista-se a existência de uma base desactivada. É um aeródromo. No Montijo, uma parte da base pertence também à NATO, que a pode utilizar para treino, embora se encontre desactivada.

Em Lisboa existe um depósito de munições; na Costa da Caparica, um depósito de combustíveis; na Fonte da Telha, a Instrução Ibérica NATO, centro de comunicações que «vigia» o Atlântico.

Por fim a base de Beja que, das mãos da RFA irá parar às mãos dos Estados Unidos, que a consideram «uma das melhores da Europa».

Todas estas bases, depósitos e centros da NATO não se encontram no território nacional para defender Portugal de um ataque «inimigo». Estão cá para ajudar o imperialismo a prosseguir a sua política agressiva que pode levar o mundo todo à beira do abismo. Como os outros povos da Europa, também o Povo português se encontra ameaçado. Também ele vai dizer não à guerra cujos perigos a “AD” pretende aumentar.